Juventudes, Educação e Interculturalidade

Márcia Esteves de Calazans
Maria Aparecida Bergamaschi
Isael da Silva Pinheiro
Anelise Gregis Estivalet
(Orgs.)

Demos prioridade às reflexões que buscam contemplar questões relacionadas à identidade, ao imaginário, à economia, às tecnologias sociais, ao acesso à justiça, à saúde coletiva, aos controles democráticos e ao planejamento, no âmbito das políticas públicas e das demandas coletivas, difusas e individuais em diferentes territórios e à governamentalidade política e suas disputas. Neste sentido, foram contemplados os estudos que ressaltaram as relações entre ambiente, desenvolvimento e saúde, sistema de justiça e violências, assim como aqueles que discutem as diferentes formas de estratégias de intervenção e conhecimentos utilizados pelos grupos aqui citados. E, como há uma agenda comum em rede que vem discutindo diferentes juventudes, considerando as instituições citadas inicialmente, o protagonismo das juventudes na agenda nacional ao que confere enfrentar historicamente as dificuldades acentuadas nesse período histórico, ao que confere suas expectativas de futuro e utopias possíveis, as cartas e os artigos aqui presentes abordam as percepções dessas juventudes sobre o Estado e as organizações da sociedade civil no sentido de discutir os movimentos sociais e suas lutas tendo como objeto as diferentes estratégias e seus resultados. A escrita de cartas no âmbito da academia já mostra uma vontade de mobilizar sensibilidades intelectuais e afetivas que possibilitem evidenciar o envolvimento com o campo de atuação dos/as discentes pesquisadores/as, bem como significar este tempo de isolamento social e de atividades acadêmicas remotas, em que outras formas de encontro foram acionadas. Por um lado, as cartas expressam aprendizagens produzidas no seminário, relacionadas ao tema de pesquisa de cada discente e, por outro, mostram a disposição ético-política com os temas pesquisados e que envolve o diálogo respeitoso e equitativo com conhecimentos e povos indígenas.

9 786559 176106

editorafi.org

CC BY SA

JUVENTUDES, EDUCAÇÃO E INTERCULTURALIDADE

CONSELHO EDITORIAL

Antonio Carlos da Silva
(Universidade de Salamanca)

Bas'Ilele Malomalo
(UNILAB)

Carla Beatriz Meinerz
(UFRGS)

Edwin Alexander Canon-Buitrago
Universidad de la Republica Uruguay (Udelar)

Lodenir Becker Karnopp
(UFRGS)

Luís Henrique Sacchi dos Santos
(UFRGS)

Marcelo Gobato
(FURG)

Mary Garcia Castro
(FLACSO)

Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti
(UFBA)

JUVENTUDES, EDUCAÇÃO E INTERCULTURALIDADE

Organizadores
Márcia Esteves de Calazans
Maria Aparecida Bergamaschi
Isael da Silva Pinheiro
Anelise Gregis Estivalet

Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Lucas Margoni

Fotografia: Mauricio Velloso

A Editora Fi segue orientação da política de distribuição e compartilhamento da Creative Commons Atribuição-Compartilhalgual 4.0 Internacional https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

CALAZANS, Márcia Esteves de; BERGAMASCHI, Maria Aparecida; PINHEIRO, Isael da Silva; ESTIVALET, Anelise Gregis (Orgs.)

Juventudes, Educação e Interculturalidade [recurso eletrônico] / Márcia Esteves de Calazans; Maria Aparecida Bergamaschi; Isael da Silva Pinheiro; Anelise Gregis Estivalet (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022.

173 p.

ISBN: 978-65-5917-610-6

DOI: 10.22350/9786559176106

Disponível em: http://www.editorafi.org

1. Interculturalidade; 2. Juventude; 3. Povos originarios; 4. Estado; 5. Brasil; I. Título.

CDD: 370

Índices para catálogo sistemático:
1. Educação 370

SUMÁRIO

JUVENTUDES DIREITOS E INTERCULTURALIDADE: UMA APRESENTAÇÃO 9

1 17

CARTAS ÀS/O ALUNAS/OS DO SEMINÁRIO AVANÇADO EPISTEMOLOGIAS CRÍTICAS MUNDIAIS: EDUCAÇÃO INDÍGENA E INTERCULTURALIDADE

Márcia Esteves de Calazans

Maria Aparecida Bergamaschi

2 22

CARTA PARA OS JOVENS GUARANI: O SIGNIFICADO DA TERRA SEM MALES

Isael da Silva Pinheiro

3 27

CARTA AO INVASOR DA MINHA TERRA

Woie Kriri Sobrinho Patté

4 31

CARTA AOS COLEGAS PROFESSORES

Adriana Colling

5 35

CARTA PARA MINHA FAMÍLIA MBYA GUARANI

Adriana Marques Kerexu Kyra

6 39

CARTA PARA OS JOVENS INDÍGENAS QUE ALMEJAM ENTRAR NA UNIVERSIDADE - MANIFESTO DE UM SENTIPENSAR

Berenice Schelbauer do Prado

7 43

CARTA PARA MEUS ALUNXS

Ingrid Oyarzábal Schmitz

8 48
CARTA ÀS ESTUDANTES E AOS ESTUDANTES DA ESCOLA DA COMUNIDADE MBYÁ GUARANI GUAJAYVI - CHARQUEADAS, RS
Márcia Luísa Tomazzoni

9 53
CARTA PARA AS FUTURAS GERAÇÕES LATINO-AMERICANAS
Marina Araujo Vargas

10 57
CARTAS AOS JOVENS DA TEKOÁ PARA ROKE: RIO GRANDE/RS
Michele Neves Meneses

11 62
CARTA À POPULAÇÃO LGBTQIA+
Roberta Madeira de Melo

12 66
A JUVENTUDE NEGRA E O SEU TERRITÓRIO QUILOMBOLA: PROPRIEDADE COLETIVA, SEU DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E FINANCIAMENTO
Cléia Costa dos Santos
Gilmar Bittencourt Santos Silva

13 90
POVOS TRADICIONAIS E AFRO-BRASILEIROS: VULNERABILIDADE E RESISTÊNCIA FRENTE À PANDEMIA
Andaraí Ramos Cavalcante

14 117
EMOÇÕES JUVENIS, (SOBRE)VIVER NO BRASIL EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19
Francisca Verônica Cavalcante
Miriam Abramovay
Ursula Zurita Rivera

15 147
A INTERCULTURALIDADE E A POÉTICA EM TEMPOS PANDÊMICOS
Carine Josiéle Wendland

SOBRE AUTORES/AS 169

JUVENTUDES DIREITOS E INTERCULTURALIDADE: UMA APRESENTAÇÃO

Este livro começa a ser gestado no inverno de 2021 e no caminho da ideia inaugural vai tomando formas, cores, e diferentes sentidos e intensidades o que faz reunir docentes e discentes pesquisadores/as que se encontravam em diferentes investigações, porém pautadas pela mesma temática.

O percurso da troca de artigos e resultados de pesquisa emergiam do campo, considerando espaços acadêmicos distintos como o Conselho Latino-americano de Ciências Sociais-CLACSO, a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais-FLACSO, a Universidade de Santa Cruz do Sul-UNISC, a Universidade de Brasília-UnB e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS. Nesta estávamos iniciando o *Seminário Avançado Epistemologias Críticas Mundiais: Educação Indígena e Interculturalidade* junto ao Programa de Pós-graduação em Educação, atividade coordenada pelas Professoras Maria Aparecida Bergamaschi e Márcia Esteves de Calazans.

Cabe ressaltar que um número significativo de discentes que integraram o Seminário são indígenas mestrandos e doutorandos neste Programa, e todos os integrantes vivenciam a realidade dos povos indígenas, seja na área da educação, saúde, história e museologia. Portanto, o período de desenvolvimento do Seminário esteve marcado por uma agenda nacional de resistência ao Marco Temporal, mobilizando coletivos dos povos indígenas, principalmente reunindo-se na capital federal,

Brasília, exigindo que o Supremo Tribunal Federal garanta o direito constitucional aos territórios originários, na ocasião em que os ministros decidiam se as demarcações de terras indígenas devem seguir ou não a tese do "marco temporal". Somou-se a este movimento a 2ª Marcha das Mulheres Indígenas que reuniu mais de 5000 mulheres indígenas desde a manhã de 10 de setembro, *mulheres biomas* com suas riquezas e diversidade linguística. A Marcha constituiu-se pela busca da afirmação dos direitos, da vida das mulheres e de todos os povos indígenas do Brasil.

Nesse sentido, durante alguns encontros do Seminário, tivemos o discente Woie Kriri Sobrinho Patté, do povo Xokleng, participando direto do Acampamento Indígena em Brasília. Defendida por ruralistas, a interpretação do Marco Temporal considera que os indígenas só teriam direito à terra se estivessem sob sua posse no dia 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal, ignorando as históricas violações que esses povos sofreram ao longo dos anos e as mobilizações e retomadas que ocorreram após esta data.

O Recurso Extraordinário com repercussão geral (RE-RG) 1.017.365, que tramita no STF, é um pedido de reintegração de posse movido pelo Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA) contra a Funai e indígenas do povo Xokleng, envolvendo uma área reivindicada da TI Ibirama-Laklanõ. O território em disputa foi reduzido ao longo do século XX e os indígenas nunca deixaram de reivindicá-lo. A área já foi identificada pelos estudos antropológicos da Funai e declarada pelo Ministério da Justiça como parte da sua terra tradicional.

Em decisão do dia 11 de abril de 2019, o plenário do STF reconheceu por unanimidade a "repercussão geral" do julgamento do RE 1.017.365. Isso significa que o que for julgado nesse caso servirá para fixar uma

tese de referência a todos os casos envolvendo terras indígenas, em todas as instâncias do Judiciário.

Há muitos casos de demarcação de terras e disputas possessórias sobre TIs que se encontram, atualmente, judicializados. Também há muitas medidas legislativas que visam retirar ou relativizar os direitos constitucionais dos povos indígenas. Ao admitir a repercussão geral, o STF reconhece, também, que há necessidade de uma definição sobre o tema. No limite, o que está em jogo é o reconhecimento ou a negação do direito mais fundamental aos povos indígenas: o direito à terra. Há, em síntese, duas teses principais que se encontram atualmente em disputa: de um lado, a chamada "teoria do indigenato", uma tradição legislativa que vem do período colonial e que reconhece o direito dos povos indígenas sobre suas terras como um direito "originário" – ou seja, anterior ao próprio Estado. A Constituição Federal de 1988 segue essa tradição ao garantir aos indígenas "os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam". Do outro lado, há uma proposta restritiva, que pretende limitar os direitos dos povos indígenas às suas terras ao reinterpretar a Constituição com base na tese do chamado "Marco Temporal".

Há ainda a possibilidade de reavaliação das chamadas "salvaguardas institucionais", conhecidas como "condicionantes", fixadas, em 2009, no julgamento do caso da TI Raposa Serra do Sol (RR) e que igualmente restringem a posse e o usufruto exclusivos dos povos indígenas sobre suas terras.

Portanto, o Marco Temporal é uma tese jurídica que busca restringir os direitos constitucionais dos povos indígenas. E como mencionamos, é uma interpretação defendida por ruralistas e setores interessados na exploração das terras tradicionais dos povos indígenas,

que só teriam direito à demarcação das terras que estivessem sob sua posse no dia 5 de outubro de 1988. Alternativamente, se não estivessem na terra, teriam que comprovar a existência de disputa judicial ou conflito material na mesma data de 5 de outubro de 1988.

A tese é perversa porque legaliza e legitima as violências a que os povos foram submetidos até a promulgação da Constituição de 1988, em especial durante a Ditadura Militar. Além disso, ignora o fato de que, até 1988, os povos indígenas eram tutelados pelo Estado e não tinham autonomia para lutar, judicialmente, por seus direitos. Por tudo isso, os povos indígenas vêm dizendo, em manifestações e mobilizações: "Nossa história não começa em 1988!".

Ressaltamos, conforme escrito inicialmente, a ideia do livro surge em torno da busca de articular os estudos das transformações sociais, em suas dimensões cultural, territorial e política e refletir sobre as complementaridades e conflitos que marcam a relação entre sociedade e estado durante o período de março de 2020 a 30 de maio de 2021 quando vivemos momento histórico do primeiro ano da pandemia produzia pela COVID-19, sobretudo considerando o impacto nas juventudes. Além disso, buscamos compreender como se deu a relação entre os/as pesquisadores/as e seus territórios nesse momento pandêmico.

Demos prioridade às reflexões que buscam contemplar questões relacionadas à identidade, ao imaginário, à economia, às tecnologias sociais, ao acesso à justiça, à saúde coletiva, aos controles democráticos e ao planejamento, no âmbito das políticas públicas e das demandas coletivas, difusas e individuais em diferentes territórios e à governamentalidade política e suas disputas. Neste sentido, foram contemplados os estudos que ressaltaram as relações entre ambiente, desenvolvimento e saúde, sistema de justiça e violências, assim como

aqueles que discutem as diferentes formas de estratégias de intervenção e conhecimentos utilizados pelos grupos aqui citados.

E, como há uma agenda comum em rede que vem discutindo diferentes juventudes, considerando as instituições citadas inicialmente, o protagonismo das juventudes na agenda nacional ao que confere enfrentar historicamente as dificuldades acentuadas nesse período histórico, ao que confere suas expectativas de futuro e utopias possíveis, as cartas e os artigos aqui presentes abordam as percepções dessas juventudes sobre o Estado e as organizações da sociedade civil no sentido de discutir os movimentos sociais e suas lutas tendo como objeto as diferentes estratégias e seus resultados.

Contemplando estes caminhos que registram reflexões resultantes de pesquisas e, sobretudo do ativismo social afetado pelo tempo atual da vida e da luta e que acompanha a produção intelectual corazonada[1], o livro está organizado em duas partes: 1) cartas produzidas pelo coletivo que participou do Seminário e, 2) artigos de pesquisadores/as que responderam à chamada pública para o livro.

A escrita de cartas no âmbito da academia já mostra uma vontade de mobilizar sensibilidades intelectuais e afetivas que possibilitem evidenciar o envolvimento com o campo de atuação dos/as discentes pesquisadores/as, bem como significar este tempo de isolamento social e de atividades acadêmicas remotas, em que outras formas de encontro foram acionadas. Por um lado, as cartas expressam aprendizagens produzidas no seminário, relacionadas ao tema de pesquisa de cada discente e, por outro, mostram a disposição ético-política com os temas

1 Inspiradas pela leitura de Guerreiro Arias (2010), consideramos o corazonar como expressão da totalidade humana, em que a afetividade nutre a razão, em que a produção do conhecimento e a própria aprendizagem se dá na relação entre o sentir e o pensar. Corazonar sugere uma dimensão epistemológica insurgente, ao considerar a afetividade dos povos que se posicionam descoloniais.

pesquisados e que envolve o diálogo respeitoso e equitativo com conhecimentos e povos indígenas.

E esta disposição começa a se materializar na carta para os jovens Guarani, em que o doutorando Isael da Silva Pinheiro discorre sobre o significado da terra sem males na luta pela terra e na opressão colonial que foi acirrada pela pandemia. De igual forma, o mestrando Woie Kriri Sobrinho Patté, ao dirigir sua carta ao invasor das terras indígenas, mostra a violência vivida historicamente por seu povo, também acentuada no tempo presente, tanto pela pandemia como pelas ações governamentais que conferem força ao Marco Temporal. Temos, nestas duas cartas, um exemplo da autoria indígena que ocorre na academia, mas que se faz encharcada de vivências tradicionais, das lutas, da cultura e dos conhecimentos próprios de cada povo.

As demais cartas que compões a primeira parte do livro, escritas por pesquisadoras envolvidas com espaços e tempos indígenas, expressam o compromisso ético com jovens alunos e alunas indígenas e não indígenas, de escolas de ensino fundamental e de instituições de ensino superior. São textos que mostram, igualmente, o quanto cada uma delas é afetada pela relação que estabelecem com escolas e comunidades indígenas da região sul do Brasil. São aprendizagens constituídas e constituintes de vivências interculturais, em que a interculturalidade é exercida na sua radicalidade, em que a história e a cultura dos povos indígenas são evidenciadas no campo dos conhecimentos, consideradas no centro epistemológico como epistemologias críticas mundiais.

Neste sentido, as cartas dialogam com os artigos que constituem a segunda parte do livro, em que os tempos pandêmicos vividos por pesquisadores/as são evidenciados, principalmente no diálogo com juventudes negras e comunidades afro-brasileiras. Nessa segunda

parte, que contempla artigos de pesquisadores/as, temos quatro importantes contribuições.

No primeiro artigo, **A juventude negra e o seu território quilombola: propriedade coletiva, seu desenvolvimento sustentável e financiamento,** os autores Cléia Santos e Gilmar Silva, problematizam as dificuldades enfrentadas pela população jovem das comunidades quilombolas em Cachoeira, na Bahia, particularmente quanto ao financiamento da terra coletiva de quilombo, que, segundo os autores, ajudaria a fixar a juventude quilombola, fixação essa que trataria não somente de uma política pública sustentável, mas, também reparatória enquanto uma nova forma de solidariedade para além do Estado.

O segundo artigo, de Andaraí Cavalcante, **Povos tradicionais e afro-brasileiros: vulnerabilidade e resistência frente a pandemia,** está construído a partir de notícias, que foram veiculadas nas mídias no primeiro ano da pandemia, propõe uma discussão acerca das consequências que a COVID-19 trouxe para os povos indígenas, quilombolas, moradores das periferias e, em particular, para a juventude negra, considerando, tanto as crises política e econômica enfrentadas quanto o negacionismo adotado pela autoridade máxima do país.

No terceiro artigo, **Emoções juvenis, (sobre)viver no Brasil em tempos de pandemia da Covid-19,** Francisco Cavalcante, Miriam Abramovay e Ursula Zurita Rivera, revelam parte dos resultados da pesquisa "**Trajetórias/Práticas Juvenis em Tempos de Pandemia da Covid-19**", liderada pela FLACSO Brasil. Buscando compreender o que é ser jovem no Brasil em tempos de pandemia da covid-19, os autores problematizam como as juventudes brasileiras se veem no contexto pandêmico, assim como apresentam reflexões em torno das aproximações realizadas com as narrativas juvenis, buscando conhecer o lugar social por elas

ocupado, suas práticas e subjetividades. Sem dúvida, o artigo contribui para que possamos, cada vez mais, conhecer essas juventudes, temporalidade essa muitas vezes marcada por sofrimentos e resistências.

Por fim, em **A interculturalidade e a poética em tempos pandêmicos** , Carine Wendland, nos traz uma reflexão sobre a interculturalidade e a colonialidade em tempos pandêmicos. O artigo tem como ponto principal pensar os indígenas enquanto modos de produção de alma e saúde. Assim, a autora, ao tomar como base de sua reflexão as etnias Mbya Guarani e Kaingang, repercute temas como a produção de saúde, a vivência da espiritualidade e a poética enquanto produtoras de sentidos e de vida. Com isso, ao propor esta Com-versa, Carine encerra o livro colocando-nos no campo do imaginário, da educação, da cultura e da política, fazendo-nos pensar sobre a fome, a falta de saúde e a busca por uma educação poética.

REFERÊNCIAS

GUERRERO ARIAS, Patricio. Corazonar el sentido de las epistemologías dominantes desde las sabidurías insurgentes, para construir sentidos otros de la existencia (primera parte). In: **Calle14: revista de investigación en el campo del arte**. 4 (Julio-Diciembre), 2010.

1

CARTAS ÀS/O ALUNAS/OS DO SEMINÁRIO AVANÇADO EPISTEMOLOGIAS CRÍTICAS MUNDIAIS: EDUCAÇÃO INDÍGENA E INTERCULTURALIDADE

Márcia Esteves de Calazans
Maria Aparecida Bergamaschi

Porto Alegre, outubro de 2021

Dirigimos a vocês esta carta, para registrar e compartilhar o processo de construção e desenvolvimento do Seminário. Mas, em primeiro lugar agradecemos a escolha de cada uma/a se inscrevendo e participando com muita disposição, fator que certamente qualificou nosso Seminário. Esta atividade de ensino resultou do encontro de duas professoras-pesquisadoras, que, em seus percursos, realizam diálogos com pensadores/as indígenas e negros/as, tanto no estudo de obras importantes, algumas compartilhadas com vocês no Seminário, como na escuta atenta e nas conversas com pesquisadores, professores, sábios/as e intelectuais indígenas e negras/as, igualmente situações que compartilhamos com o grupo. Esse compartilhar se deu ao longo dos encontros, pela presença de dois estudantes indígenas, pertencentes aos povos Guarani-Nhadeva e Xokleng, respectivamente; mas também, porque tivemos professores convidados que, numa perspectiva intercultural e interepistêmica, trouxeram para o grupo um pouco de seus conhecimentos.

A proposta de ensino gestada em semestres anteriores, foi experimentada como prática de pesquisa em educação e então alçada a Seminário Avançado. Na ementa do Plano de Ensino anunciamos

> Há uma sensível presença indígena na universidade e nos programas de pós-graduação - como discentes. Como repercute na instituição acadêmica esta presença? Que epistemologias e metodologias começam a frequentar a universidade a partir da atuação indígena? O que a educação e os conhecimentos ameríndios trazem como elementos transformadores da academia, da educação e das escolas em geral? Como, o diálogo simétrico com culturas, histórias e conhecimentos ameríndios podem incidir na formação docente e discente, na busca de um diálogo intercultural? Ao trazer os conhecimentos indígenas para o centro das reflexões epistemológicas e científicas em torno da educação, podemos falar em interepistemologias e interciência? São questionamentos e posicionamentos que direcionam este seminário, que dispõe refletir acerca de conhecimentos, metodologias, linguagens, sensibilidades, éticas e estéticas indígenas que estão ou poderão estar na universidade e na escola, desde uma postura intercultural e descolonizadora – em suma, referenciar uma centralidade em/com epistemologias críticas mundiais. (Plano de Ensino, 2021/1)[1].

No sentido de efetivar/afetivar o que anunciamos, principalmente como questionamentos que imaginamos e pleiteamos atravessar a academia e seus fazeres, buscamos trazer para o centro das reflexões científico/acadêmicas educacionais saberes, conhecimentos, metodologias e sensibilidades indígenas, compondo a pluralidade de epistemologias críticas mundiais; olhar e sentir a universidade e os fazeres acadêmicos, especialmente no campo da educação e da educação indígena, desde diferentes epistemologias e metodologias; considerar a

[1] https://www.ufrgs.br/ppgedu/wp-content/uploads/2021/06/Maria-Aparecida-Bergamaschi-SA.pdf. Acesso em 24 de setembro de 2021.

interculturalidade que constitui as epistemologias a partir de lugares epistêmicos plurais, priorizando as produções indígenas.

Sentimos a ressonância no grupo, que *topou* a proposta. A programação dos encontros ao vivo, que aconteceram por meio de plataformas virtuais, visto que em tempos de pandemia a universidade desenvolveu um Ensino Remoto Emergencial (ERE), priorizaram temas e bibliografias de autores/as indígenas: tivemos oportunidade de ler e refletir sobre produções de Grada Kilomba, Ailton Krenak, Jaider Esbell Makuxi, Bruno Ferreira, Patricio Guerrero Arias. Lemos também parte do livro Cartas para o Bem Viver, organizado por Rafael Xucuru-Kariri e Suzane Lima Costa (2020), que, além de trazer a força das palavras de um elenco considerável de ativistas-intelectuais e lideranças indígenas em doze cartas que expressam a urgência do Bem Viver nestes tempos de pandemia, foi uma inspiração para o trabalho final do Seminário, em que convidamos vocês a produzirem as cartas que constam nesta publicação. E, como dizem os organizadores do livro-inspiração, a carta, além de um gênero literário que permite o encontro num tempo de distanciamento social, é também uma possibilidade de dizer do "estar singular na vida coletiva, do que é fazer da beleza conflituosa das conversações um lugar ativo de experimentos de si e de partilhas com os outros" (COSTA e XUCURU-KARIRI, 2020, p. 11).

Fizemos um percurso conjunto de aprendizagens, resultantes do envolvimento do grupo, que se debruçou nas leituras, que refletiu e escutou atentamente as vozes dos professores e da professora convidados/a. Graziela Oliveira Neto contou das ressonâncias que produziram nela a leitura de *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano,* livro de Grada Kilomba, que também lemos, mas que precisamos perscrutar os efeitos das palavras de Kilomba em uma

pesquisadora-professora-ativista negra, evidenciados no depoimento emocionado e emocionante de Graziela. Do mesmo modo, ao "trazer para o centro" conhecimentos indígenas, escutamos atentamente Bruno Ferreira, aprofundando os sentidos de sua tese, *Ũn Si Ag Tũ Pẽ Ki Vẽnh Kajrãnrãn Fã. O papel da escola nas comunidades Kaingang,* que também constituiu leitura obrigatória no programa do Seminário. Nos encaminhando para o final do percurso, anunciando tempos e espaços do caminhar, recebemos o professor Gerônimo Verá Tupã Franco, que falou da Trilha Etnoecológica como uma escola viva na sua aldeia Mbya Guarani, a Tekoá Yvy Poty. Abrir espaços para a oralidade, linguagem viva de produção e transmissão de conhecimento, relativiza o papel da escrita na academia e a postura escritocêntrica que ainda predomina. Por isso, numa proposta de pensar um centro epistêmico plural, que contemple a intelectualidade negra e indígena e a produção do conhecimento, a escuta, a fala e o silêncio que compõem a oralidade, faz muito sentido.

Sentimos, nestes dois meses de encontros, bem como no tempo de fecundação e gestação do Seminário, que podemos mudar nossas práticas acadêmicas. Sentimos, também na leitura das cartas de cada um/a de vocês, que os efeitos de nossos encontros coletivos repercutiram e constituíram sentidos, em um momento que somos impulsionados/as a trilhar caminhos para a Cultura do Bem Viver (KRENAK, 2020), que nos convida a "suspender o cotidiano" e experienciar o que ele chama de "fricção com a vida" (p. 5). Ailton Krenak nos convoca a alargar nossas compreensões, nos permitindo experiências sensoriais com a *Madre Tierra* e seus elementos, tendo em vista que o Bem Viver, embora dependa de cada singularidade, não é uma decisão isolada e pessoal; está conectada ao coletivo de pessoas e de todos os seres da Madre Tierra,

constituindo uma rede que cria e sustenta. Sentimos, nas cartas que cada um/a escreveu, a ligação com seus coletivos principais neste momento, e a disposição ética com a vida, com o planeta, com a Educação Intercultural, produzindo diálogos generosos e acolhedores, mas também demarcadores de uma urgência. Dispomos a produção coletiva do grupo neste livro, iniciando com as cartas de Isael e Woie, pós-graduandos indígenas que possibilitaram de forma mais contundente ao longo do Seminário, a prática intercultural e interepistêmica. Na sequência, as demais produções do grupo.

Somos gratas pelo convívio com cada um/a de vocês e pelas aprendizagens que a com-vivência nos propiciou.

Um forte abraço, das professoras

REFERÊNCIAS

COSTA, Suzane Lima; XUCURU-KARIRI, Rafael. (orgs.) **Cartas para o bem viver.** Salvador: Boto-cor-de-rosa livros arte e café, 2020.

KRENAK, Ailton. **Caminhos para a cultura do bem-viver**. Escola Parque do Rio de Janeiro, 2020.

2

CARTA PARA OS JOVENS GUARANI: O SIGNIFICADO DA TERRA SEM MALES

Isael da Silva Pinheiro

Terra Indígena São Jerônimo, 24 de setembro de 2021

> A minha provocação sobre adiar o fim do mundo é exatamente sempre poder contar mais uma história. Se pudermos fazer isso, estaremos adiando o fim.
>
> (Ailton Krenak, 2019)

Vivemos em mundo complexo e confuso, marcado pela multiplicação incessante da violência e da morte. Estou convencido de que esse "mundo" está fadado ao desaparecimento. Mas, gostaria de iniciar esta carta tratando do nosso mundo guarani, começo, assim, abordando os temas culturais e sociais. No Brasil, atualmente, somos mais de cinquenta mil guaranis vivendo em sete estados diferentes e divididos em três parcialidades: Kaiowá, Ñhandeva e Mbya. Além disso, temos "parentes" vivendo na Argentina, na Bolívia e no Paraguai.

Talvez muitos de vocês não saibam, mas fomos um dos primeiros grupos "indígenas" a ser contatados após a chegada dos colonizadores. Vocês já ouviram falar em Pierre Clastres? Ele foi um importante antropólogo e etnógrafo francês da segunda metade do século XX. Talvez vocês não saibam, mas ele escreveu e publicou muitas obras sobre "nós" guarani. Em um dos seus livros (CLASTRES, 1990) está escrito que, na aurora do século XVI, nós guarani contávamos às centenas de milhares. Nossos tudjás (mais velhos) já havia falado sobre isso, mas também é de

suma importância saber o que esses autores escreveram sobre nós, principalmente acerca do nosso tekoporã (modo de ser).

No Brasil, lutamos pela sobrevivência e vivemos à margem do "mundo branco", um mundo de males que vem impondo sobre nós outro modo de ser — um tekovai (modo de viver em desarmonia). Diante disso, precisamos fortalecer nosso tekoporã e também à nossa espiritualidade. Vocês se lembram dos ensinamentos dos tudjás? Como era bom poder ouvir as ñe'ë porã (belas palavras). Sei que muitos de vocês também sentem falta, mas é triste ter que saber que muitos de vocês já não possuem uma opyguatsu (casa de reza). Mas, desejo que todos possam ouvi-las. Sei que gostam mais da oralidade e sabemos que nossos sábios e sábias usam à oralidade há anos como produção e transmissão de conhecimento; sabemos também, que muitos foram silenciados pela colonialidade do poder, do saber e do pensar. Talvez vocês ainda não saibam o que isso significa, mas poderão sentir em seus corpos e em suas mentes.

Triste realidade é a nossa: sofremos com a presença dos fazendeiros em nossas terras; nossas crianças passam fome; nossos líderes vêm sendo assassinados; nossos jovens cometem suicídio por falta de uma vida digna; sofremos preconceito e discriminação por protegermos nossa cultura, nossos territórios tradicionais e também a própria natureza.

Talvez vocês não saibam, mas nossos territórios tradicionais quase todos foram tomados pelas vastas redes de fazendas de gado e de plantações de soja. Além disso, destruíram nossas florestas, mataram nossos animais e poluíram nossos rios. Não temos mais terras suficientes para todos, muitos "parentes" vivem em áreas exíguas, sem condições para praticarem o tekoporã.

O sonho de alcançar uma **terra sem males** se tornou praticamente uma utopia. Vocês se lembram das profecias sobre a yvy marãey (terra sem mal)? Uma terra bonita, perfeita, onde não há mais morte, doenças, fome e dores. Essa terra perfeita vem sendo trocada pela yvy mba'emegua (terra feia, triste, má, enganadora). Essa terra enganadora nos colocou perante a história como povos condenados. Na segunda metade do século XX, em seu livro, *O povo condenado*, Eliezer Pacheco (1977) já dizia que os povos indígenas eram povos condenados e, estava certo quando dizia que "as últimas aldeias, que perdidas na longínqua floresta ainda sobrevivem, parecem perceber sua marcha para a destruição" (PACHECO,1977, p.11). Podemos dizer com o autor, que sua afirmação hoje faz muito sentido, pois temos uma falsa política protecionista que nos transformou em marginais em nossa própria terra

Talvez vocês também possam lembrar, pois já se passaram 18 anos do assassinato do cacique guarani-kaiowá Marco Veron[1], ele lutou bravamente pela demarcação de suas terras, por uma vida digna e por justiça. Ceifaram sua vida por defender as terras dos seus ancestrais. Atualmente, temos como missão defendê-las e protegê-las. Como não lembrarmos também do assassinato do nosso parente *Avá Guarani*, Virgínio Tupa Benites[2], do município de Diamante do Oeste,PR. E como não falar também do preconceito sofrido pelo cacique Crídio Medina[3], Avá Guarani, do Tekoha Guasu Guavirá, aldeia Ywyraty Porã, município de Terra Roxa,PR, quando foi acusado e preso em plena Pandemia de Covid-19 por roubo de espigas de milho? Por não terem terras suficientes

[1] Para saber mais consulte o site: https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/morte-de-veron-completa-16-anos-com-processo-em-aberto-e-reu-centenario.

[2] Para saber mais consulte o site: https://cimi.org.br/tag/virginio-tupa-rero-jevy-benites-ava-guarani/.

[3] Para saber mais consulte o site: https://www.brasildefato.com.br/2020/09/03/parana-cacique-denuncia-abuso-policial-apos-ser-preso-acusado-de-furtar-espigas.

para plantar, algumas crianças recolheram do chão espigas de milho que foram deixadas pelas máquinas e foram humilhadas e acusadas de roubo pelos fazendeiros da região oeste do Paraná.

A pandemia do novo coronavírus nos impactou de forma direta, os dados elaborados e divulgados pela APIB — Articulação dos Povos Indígenas do Brasil[4], que é a maior organização indígena do país, mostram que, até o dia 24 de setembro, houve 59.319 indígenas infectados com o número exorbitante de 1.208 óbitos pela Covid-19.

Temos também de lembrar que muitos sábios e sábias tiveram suas vidas ceifadas por esse vírus, sendo também fruto da negligência e dos descuidos do nosso (des)governo, pois o Brasil, que ainda se encontra numa situação caótica vem sofrendo por ter um presidente irresponsável no comando. Devemos também lembrar da terrível perda do nosso saudoso cacique Guarani Domingos Venite[5] da aldeia de Sapukai, no Rio de Janeiro; e também, do nosso amigo Carlos Terena[6], um dos fundadores dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, entre tantos outros, pertencentes aos mais de 305 povos indígenas (re)existentes no país. Então, quero dizer a todos: nossa luta é histórica, e devemos continuar **(re)existindo**. E creio que podemos alcançar uma terra sem males, mas, para isso, teremos que cultivar o amor e a compaixão entre os seres humanos e não humanos. Este é o nosso sonho, esta é a nossa luta.

Com um abraço afetuoso,

[4] Para saber mais consulte o site: https://emergenciaindigena.apiboficial.org/

[5] Para saber mais consulte o site: https://trabalhoindigenista.org.br/nota-de-pesar-pelo-falecimento-do-cacique-domingos-venite-da-aldeia-sapukai/.

[6] Para saber mais consulte o site: https://www.metropoles.com/brasil/morre-carlos-terena-criador-dos-jogos-mundiais-dos-povos-indigenas.

REFERÊNCIAS

KRENAK, Ailton. **Ideias para Adiar o Fim do Mundo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5727070/mod_resource/content/1/ideias-para-adiar-o-fim-do-mundo-1-34.pdf.

3

CARTA AO INVASOR DA MINHA TERRA

Woie Kriri Sobrinho Patté

Retomada Floresta Nacional São Francisco de Paula, outubro de 2021

Foram dias tristes e que ainda continuam sendo...

Sendo massacrado e chamado de invasor em minha própria terra, você o invasor, que estuprou, assassinou, roubou minhas histórias e minha sabedoria. Além disso tudo, me considerou sem alma e chamou minha cultura de diabólica. Quero aqui te falar que você pode ter feito tudo isso, mas resisti e sobrevivi e quero de volta tudo o que é meu por direito, como herança deixada por meus antepassados há milhares de anos antes de sua invasão, em 1500. Escuta isso que te falo e me respeita, respeita os povos e as memórias dos nossos sábios, respeita nossas crianças, que não puderam se defender. Sou VAJ, filho de Xokleng que você roubou. Antes de você chegar e gritar, como se fosse dono desta terra, "antes do Brasil de coroa, existe o Brasil de cocar", como disse Célia Xacriabá. Passou muito tempo, mais ainda ouço e sofro pelas mesmas coisas de 1500. Posso não ser mais massacrado por pistoleiros e bugreiros, mais agora sou atacado por esse governo assassino e genocida, que assina dentro de seu gabinete para roubar meus direitos, direitos conquistados com muita luta e garantido por leis deste pais. Hoje o genocídio se dá também pela caneta. Devolva minha paz que tu roubaste, demarque minha terra: "sangue indígena, nenhuma gota a mais" (Kretã Kaingang). Minha história não começa em 5 de outubro de 1988,

por isso digo não ao marco temporal[1], que desconsidera a história de meu povo. Minha história é milenar e exijo respeito por ela, pois estou aqui antes de sua invasão.

Há muito tempo antes da invasão do europeu, o povo Xokleng andava na mata e, comparando aos dias de hoje, seria como se você estivesse em sua casa: iam de Porto Alegre, RS ao noroeste de São Paulo. Caminhando em paz com as famílias faziam a colheitas de frutas, alimentos que a natureza dava em abundância sem precisar derrubar nem uma árvore. No caminho também tinha mel, peixes nos rios limpos e sem agrotóxico, havia muita caça na mata para alimentar a grande família Xokleng, que se identificava por marcas familiares. Nas matas, quando os grupos se encontravam, havia grandes festas, batizados, casamentos, furos dos lábios em cerimonias de passagem da criança para a vida adulta do homem guerreio.

O povo Xokleng se dividia em grupos na grande casa que era a mata, para coletar. Em cada época, se encontravam para mostrar as tecnologias que tinhas descoberto e a ciência desenvolvida pelos Kujá. A cultura era bem preservada e os velhos, os grandes sábios, ensinavam as crianças os cânticos tradicionais. Com a invasão do Brasil, a situação foi mudando, principalmente no sul do Brasil, onde hoje são os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, pois os colonizadores começaram a destruir a mãe terra, a natureza que nos dava tudo para sobreviver. O povo Xokleng tive que lutar contra o homem branco, que veio para roubar, destruir e matar; a ganância tomou conta de todos os brancos, que começaram a enviar pistoleiros, na época chamado de

[1] A tese do marco temporal diz que os povos indígenas só podem reivindicar direitos pelas terras onde já viviam quando a Constituição Federal entrou em vigor, em 5 de outubro de 1988, desconhecendo a violenta história de colonização, invasão e ocupação indevida das terras indígenas.

bugreiros, para matar os indígenas. No pensamento pobre de branco, os povos originários atrapalhavam o desenvolvimento do país.

Os Xokleng, assim como outros indígenas do Brasil, lutaram contra a invasão do território e muitos no nosso povo foram assassinados cruelmente. Para sobreviver tivemos que nos esconder em pontos estratégicos; fomos expulsos de nossas próprias terras; tivemos que fugir para sobreviver. Muitos saíram em várias direções e acabaram se separando das suas famílias. Bugreiros contratados caçavam dia e noite a mando dos colonizadores: sua tarefa era matar todos os Xokleng que encontravam e o pagamento destes bugreiros era um valor x por cada par de orelhas. Quando encontravam mulheres grávidas cortavam seus ventres e tiravam as crianças, zombando, falando "olha, é um macaquinho já vem com o cipó", em seguida jogavam o bebe para cima e aparavam com a ponta do facão, mantando cruelmente a todos. Isso foi muito triste e doloroso e todos nós Xokleng trazemos isso na memória até os dias de hoje. Quase fomos exterminados e os poucos que ficamos ainda sofremos, esperando que as nossas terras sejam devolvidas através da demarcação.

Hoje me encontro na Floresta Nacional de São Francisco de Paula, na retomada do território que foi roubado do povo Xokleng. Hoje, eu e outros filhos da terra, filhos de um povo guerreiro que ainda chora a perda dos antepassados que morreram lutando para que hoje pudéssemos estar vivos e continuar a luta pelo direito de viver em paz, criar nossos filhos e ensinar a cultura e a ciência do nosso povo. Enquanto viver, vamos estar sempre lutando por respeito. Hoje lutamos, resistimos para existir. Quero dizer a sociedade não indígena que ouça nosso chamado, ouça nosso clamor de sobrevivência. Que faça este governo nos ouvir e devolver para nós o que é nosso. Setores internacionais

precisam pressionar o governo brasileiro para que respeite o que é nosso. Existem tratados internacionais que precisam ser válidos. A Constituição Federal precisa ser respeitada. Precisam demarcar nossas terras! Os países europeus que invadiram e ocuparam o Brasil precisam reparar as terras roubadas e a ONU precisa se posicionar. Já não sabemos mais para onde correr, pois quando uma liderança se levanta para defender seu povo, ele é criminalizado, processado, quando não é esperado em emboscada, morto numa esquina, assassinado numa beira de estrada. E nada acontece com quem mata, pois dizem que foi acidente, foi atropelamento. Só lideranças são atropeladas?

Hoje, sou eu que estou falando. Não tenho medo de morrer, tenho medo de perder nosso território. Podem me caçar, podem me mandar ameaças. Eu tenho dó dessas pessoas que não respeitam o seu próximo. Sou uma liderança Xokleng e vou lutar pelo povo Xokleng. Vou lutar para que a futura geração do povo Xokleng continue viva. O que eles não sabem é que quando matam uma liderança, tem várias outras para assumir o lugar. Podem derrubar um homem, mas há mil homens de pé para ocupar este espaço. Somos a natureza. Assim como uma árvore dá sua semente, nós damos a nossa, que já estão prontas para germinar.

Aqui termino minha carta e afirmo que vou continuar gritando, cantando, pintando, dançando com meu povo, na universidade e em todos os lugares onde eu estiver. Xokleng og vã, ju jó gy og vã, entxó enh gó to katej vã (sou Xokleng, sou guerreiro, vim buscar minha terra).

4

CARTA AOS COLEGAS PROFESSORES

Adriana Colling

Chiapetta, RS, outubro de 2021

Escrevo esta carta em um momento muito delicado: já estamos a 584 dias vivenciando a pandemia de COVID-19, onde mais de 600 mil brasileiros tiveram suas vidas ceifadas. Neste período, a crueldade do sistema socioeconômico em que vivemos e os pilares que o sustentam, foram agravados e/ou ficaram mais aparentes: racismo, desigualdade social, destruição do meio ambiente, entre outros. Contudo, apesar desse cenário desolador, escrevo a partir do meu esperançar em um amanhã melhor. E, para mim, um amanhã melhor parte da construção de um mundo onde caibam vários mundos.

Pensando que essa (des)construção é coletiva, na condição de professora, me dirijo a vocês, colegas, para convidá-los a sonhar comigo um futuro bonito para a terra e todos os seres que nela habitam. Esse sonho está conectado a caminhada, aprendizagens e lutas empreendidas pela vida social e profissional, que carinhosamente partilho com vocês, pois me colocando como gente, sinto-me mais próxima de todas as gentes que irão acessar e me ler nessas linhas de compartir a vida.

Durante minha caminhada como estudante e como professora, muitas vezes escutei e falei que um dos objetivos da escola é preparar para o mundo, em uma clara referência à necessidade de instrumentalizar os jovens para o mercado de trabalho, para a competitividade, para

a dureza do "mundo lá fora". Contudo, penso que ao invés da educação endurecer, tolher a afetividade e as individualidades para tentar adequar a juventude a um sistema em crise, que explora à exaustão humanos e natureza, é importante pensar a formação de jovens para questionar essa realidade e agir sobre ela, ressignificando-a e transformando-a.

Pensar na educação libertadora, que rompa com a educação bancária - como nos inspira Paulo Freire- perpassa uma escolarização que permita conhecer e respeitar as várias formas de ser e estar no mundo e compreender que a ideia de universalidade esconde a violência da invisibilização de povos indígenas e negros e tantos outros grupos que já foram dizimados ou são acometidos e silenciados todos os dias.

Nesse sentido, urge repensarmos os currículos de nossas escolas, pois são eles que estruturam os fundamentos e práticas endereçadas a formação e a constituição do conhecimento educacional da nossa população brasileira. Durante minha formação, ouvi e falei que eles - os currículos - continham os "conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade", "saberes universais", "conhecimentos globalizados". No entanto, estão longe de abarcar a pluriversidade de epistemologias, pois, a maioria dos conhecimentos nele presente são ocidentais e tidos como "verdadeiros", carregados de uma branquitude que se pretende impor a todo momento, ser universal. Assim, repensar a dimensão curricular significa romper com a história única, de cujos perigos nos alerta Chimamanda Ngozi Adichie (2019), e tornar a escola um espaço onde as múltiplas histórias e as múltiplas epistemologias possam ser compartilhadas e construídas cotidianamente; onde múltiplos "seres e saberes" estejam presentes e sejam igualmente valorizados, como nos ensina o

grande educador Paulo Freire (1987, p.68): “não há saber mais ou saber menos: há saberes diferentes”.

Sonho com escolas interculturais, onde as epistemologias negras e indígenas estejam verdadeiramente presentes e esses povos não sejam abordados de forma superficial e estereotipada nos dias 19 de abril e 20 de novembro. Sonho com escolas que preparem as crianças, adolescentes, jovens e adultos para se perceberem como parte de um mundo plural, concebido e vivido de forma única por cada povo.

Esperanço escolas que estejam à serviço da vida e não do capital, do consumo, do resultado. Nesse sentido, que elas sejam espaços de semeadura e abundante em possibilidades de vida e de relações que se contrapõe (superem) o capitalismo, em que as formas de vida não humanas sejam respeitadas e não percebidas apenas como uma possibilidade de lucro. Que possamos nos insurgir contra a banalização da vida, contra a ideia de progresso relacionada ao desgaste da terra e que ajudemos a construir um futuro em que a ideia de desenvolvimento já não esteja atrelada ao ecocídio, a produção de pobrezas e desigualdades, e sim com o envolvimento pleno com a natureza, a alteridade e o coletivo.

Sonhos que se sonham no coletivo, tem mais força! Como professora, sei das dificuldades e desvalorização da docência e da educação, mas como nos ensina Catherine Walsh, é importante que encontremos as brechas, as rachaduras a partir das quais é possível construir escolarizações diferentes. Ou ainda conforme Freire (1992, p. 10-11),

> Pensar que a esperança sozinha transforma o mundo e atuar movido por tal ingenuidade é um modo excelente de tombar na desesperança, no pessimismo, no fatalismo. Mas prescindir da esperança na luta para melhorar o mundo, como se a luta se pudesse reduzir a atos calculados apenas, à pura

> cientificidade, é frívola ilusão. Prescindir da esperança que se funda também na verdade como na qualidade ética da luta é negar a ela um dos seus suportes fundamentais. O essencial [...] é que ela, enquanto necessidade ontológica, precisa de ancorar-se na prática. Enquanto necessidade ontológica, a esperança precisa da prática para tornar-se concretude histórica. É por isso que não há esperança na pura espera, nem tampouco se alcança o que se espera na espera pura, que vira, assim, espera vã.

É possível que minha escrita soe um tanto utópica. Mas, é no sentido da utopia que nos impele o movimento e não no sentido de impossibilidade. Tanto é, que os povos indígenas e quilombolas há séculos lutam, resistem e re-existem - suspendem o céu. Inspirada por Ailton Krenak (2020b), esperanço que nós abandonemos nossa "coreografia ridícula e utilitária" e tomemos lugar na "dança cósmica" da vida e nos aliemos aos povos negros e indígenas e às suas lutas pela vida, pelo direito de sermos "radicalmente vivos".

Um abraço sonhador,

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020b.

NGOZI ADICHIE, Chimamanda. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

5

CARTA PARA MINHA FAMÍLIA MBYA GUARANI

Adriana Marques Kerexu Kyra

Itapuã, RS, outubro de 2021.

Ao iniciar a escrita desta carta me veio à mente que não escrevo uma, há muito tempo. Atualmente, em nossa sociedade dita moderna, esta forma de comunicação ficou ultrapassada, como tantas outras coisas de nossas vidas, que foram se perdendo. Porém, ao escrevê-la, percebi o quanto é emocionante descrever nossos pensares e sentires e remetê-los a alguém, uma forma *sentipensante* que Eduardo Galeano nos apresenta, que diz assim:"Me gusta la gente sentipensante, que no separa la razón del corazón. Que siente y piensa a la vez. Sin divorciar la cabeza del cuerpo, ni la emoción de la razón"[1]. Meu caso, aqui nesta carta, não é endereçada apenas para uma pessoa, mas sim pra uma comunidade inteira, e em especial, a uma família.

Para mim é muito forte registrar estas palavras, pois são carregadas de muito amor, gratidão e espiritualidade. Esses dois últimos anos, em que enfrentamos uma pandemia, foi e ainda é muito difícil para todos nós, porém foi justamente neste ciclo em que mais me conectei comigo mesma e com a espiritualidade da comunidade Mbya Guarani de Pindo Mirim. Como venho me redescobrindo ao lado de vocês, e sim, nada é por acaso, logo estarei chegando na marca de uma década nesta caminhada na educação escolar indígena, como professora da Escola

[1] https://www.youtube.com/watch?v=wUGVz8wATIs. Acesso em 24 de setembro de 2021.

Nhamandu Nhemopu'ã, e posso dizer que aprendi, e aprendo, muito mais do que ensino. Quando iniciei, sabia do desafio que me aguardava, o que eu não sabia era o quanto a cultura e a cosmologia Mbya tem a nos ensinar, a nós não indígenas. Senti também, não na pele, mas presenciei muitas vezes ao lado de vocês e das Kyringue (crianças), o preconceito e o julgamento de uma sociedade cruel que exclui e inferioriza o que não conhece e o que lhe é diferente, e mais uma vez aprendi que a re-existência do povo indígena vai além de 500 anos, e o que eu percebo agora não é nem um pedaço do que enfrentaram seus antepassados e o que vocês ainda enfrentam na sociedade ocidental, porém isso não os enfraquece, pois, sua força é ancestral. Como diz o parente escritor Krenak, 2020, nosso futuro é ancestral. Ao contrário do que muitos pensam, os indígenas vivem e convivem com os seus a partir de uma outra lógica cosmológica, de estar nesse mundo, se reconhecem como portador da Palavra que cria um modo de ser, vivem e se permitem estar presentes no agora, sem a pré-ocupação do que ainda não foi vivido ou está por vir. Este, estar nesse mundo, ou estar sendo, de uma forma não linear, e sim circular, onde o tempo e espaço se complementam ciclicamente, numa perspectiva acolhedora, fértil e seminal, a partir da afetividade, do próprio coração. O Mbya Reko, um modo de vida também compreendido como Bem Viver, é conectado a outros sentidos, muito mais profundos e afetivos dos modos de viver não indígenas. No Mbya Reko tudo está interconectado, o tempo e espaço, o todo, o coletivo, o Ser a própria natureza, e não o estar somente nela. Nada é indissociável, como separamos e discriminamos em "nossa sociedade útil". Que vergonha que tenho em meu nome, e por toda minha sociedade que perdeu sua essência, se é que alguma vez a tivemos.... Enfim, são aprendizagens e sentires tão profundos e seminais, que diante deles só o que eu fazia era

chorar. Vocês bem se lembram não é mesmo, quando tínhamos nossas reuniões e rodas de conversas com toda comunidade, e alguém já dizia: "Lá vem a chorona...". Assim fui me constituindo como uma nova Adriana, (que carinhosamente as crianças me nomearam de Kerexu Kyra), que aceitei a este chamado de me desvencilhar de velhas roupagens e paradigmas.

Dia após dia, ciclo após ciclo, fui me tornando mais forte e uma parceira e apoiadora das lutas de Pindo Mirim. Muitas crianças nasceram, comemoramos juntos conquistas e lutas, vivenciamos perdas e momentos de reclusão, mas sempre com a certeza de que um novo amanhecer nos acordaria. Acompanhei mudanças de lideranças-caciques, através do Seu Turíbio Nhe'Engatu, Vhera Poty, Arnildo Wera e, atualmente, Valdecir Xunu, cada um com suas contribuições e na luta por sua comunidade e seu povo. Entendi que os Mbya são um povo extremamente político e que muitas vezes este re-esxistir também significa a reclusão em sua própria força, na Tekoa, através de sua espiritualidade. E esse modo de ser e viver Guarani que foram me transformando e com toda certeza afirmo, me transformando em uma Adriana melhor, que busca em meu interior minha verdade, minha verdadeira essência... Ah, quanta gratidão por isso! E quando iniciamos neste ciclo de doença planetária pelo covid-19 onde todos nós estávamos preocupados e com medo, para minha surpresa, mais uma vez, fui profundamente abraçada pela espiritualidade de Pindo Mirim, tendo a honra de vivenciar momentos únicos de cerimoniais de cura do corpo, da alma, de autoconhecimento e revelações. A família Moreira me acolheu como parte de sua família, quanta emoção! Tive a oportunidade e o privilégio de estar em conexão com o rezo sagrado e de conhecer um sábio, a verdadeira enciclopédia viva Mbya, Karaí Alcindo Wera Tupã de 112 anos,

assim como a convivência de aprendizados e curas junto ao Seu Agostinho Vera, meu compadre e também liderança espiritual Karaí Arnildo Vera, Paulo Karai e Valdecir Xunu. Sentindo a amorosidade e o acolhimento, junto as altas risadas com as mulheres xondaria kuery, e a energia de vida das kyringue que são o centro e a razão de tudo nas comunidades Mbya Guarani. Nas rodas de chimarrão, nos almoços, nos puxões de orelha, por que todo crescimento também dói e comigo não foi diferente. Assim, quando recebi o convite de escrever essa carta, meu primeiro pensamento foi em escrever para a comunidade de Pindo Mirim, em especial a família Moreira, como forma de gratidão por todo esses momentos de cura, por me fazerem sentir parte da família, como vocês costumam dizer quando estamos brincando: "agora que eu já interferi já era, já sou uma interferência que ficou!"

Quero também deixar registrado, o que sempre falo: o quanto me orgulho de estar ao lado de vocês, lutar pelas causas indígenas, que é de todos, porém nem todos entendem essa urgência e seguem cegos. Mas não quero falar deles, minha carta é endereçada a vocês.... Acredito que já saibam que essa professora aqui está sempre com vocês e agora não somente como professora e parceira, de como iniciei escrevendo esta carta, mas sim como parte da família, uma amiga, amizade esta, que foi cultivada ao longo dos anos e que se fortalece a cada dia que passa! Ha'evete Família Mbya Moreira, ha'evete Pindo Mirim, é com muito carinho e respeito que finalizo esta carta, e que certamente quando o Seu Agostinho a estiver lendo, estarei sentada ao seu lado.

Carinhosamente,

6

CARTA PARA OS JOVENS INDÍGENAS QUE ALMEJAM ENTRAR NA UNIVERSIDADE - MANIFESTO DE UM SENTIPENSAR

Berenice Schelbauer do Prado

Florianópolis, 24 de setembro de 2021

Escrevo para vocês com as palavras do coração.

E por que eu digo que escrevo com as palavras do coração? Porque durante este Seminário aprendendo com dois doutorandos, indígenas estudantes, e todo o coletivo (de não indígenas) envolvidos com a Educação Indígena e a Educação Escolarizada, tema que discuto no meu projeto de tese, e todas as leituras que subsidiaram a temática das aulas, eu pude olhar para o meu aprendizado que vem sendo construído na última década sobre as políticas públicas para os povos indígenas.

Esse aprendizado começa no meu primeiro contato com os professores e lideranças indígenas no I Simpósio de Educação e Diversidade, no ano de 2009, no estado do Paraná, para discutir Políticas Públicas para a Educação Escolar Indígena com a implementação da Lei n. 11.645/2008. Minha conversa com o professor Guarani, Teodoro Tupã Alves, foi um despertar para o retorno aos meus estudos sobre a Cultura Indígena e às minhas memórias da infância no interior do Paraná e da minha ancestralidade, (da qual, infelizmente muito pouco eu sei sobre minha trisavó da etnia Guarani). E é também em respeito a ela que eu escrevo.

Desde então, minha trajetória como educadora me levou a me aproximar da Educação Escolar Indígena, por entender a educação como uma das principais vias para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e democrática que possibilita minimizar as desigualdades e os processos de exclusão, tornando-se um dos caminhos para a autonomia dos sujeitos e o seu exercício de cidadania e o respeito à interculturalidade

Catherine Walsh (2005), em seu texto Interculturalidade, conhecimento e descolonialidade, diz que o que realmente precisamos fazer é lançar projetos políticos, éticos, pedagógicos e epistêmicos de interculturalidade, projetos nos quais o conhecimento coletivo, a análise e as ações coletivas são essenciais. Ela cita como exemplo as palavras de um xamã huichol que diz o seguinte: "Juntar os momentos em um só coração, um coração de todos nós fará sábios um pouquinho mais para enfrentar o que vem. Só entre todos sabemos todo." (WALSH, 2005, p. 47)

Que essa interculturalidade crítica possibilite que os povos indígenas sejam respeitados no seu conhecimento próprio e que possam ter autonomia para escrever suas próprias histórias, e que se convertam em lutas políticas e transformação social. Que nossas narrativas não são sejam apenas só para falar de vocês, por vocês. Que sejam falar com vocês, ouvi-los, como está sendo neste Seminário.

É essa educação que eu almejo na Universidade Pública, hoje atuando como Técnica em Assuntos Educacionais, assim como em todas as Universidades, uma educação para todos os sujeitos, uma educação horizontalizada, uma educação inclusiva, acolhedora e intercultural. Uma educação que respeite a diversidade cultural, um espaço que tenha professores pesquisadores sensíveis à Educação Indígena, uma

Universidade com sujeitos "donde no se quede nadie atrás". Que seja uma Universidade comprometida com a vida, que conceda "afectividad a la inteligência" (ARIAS, 2010, p.89); uma universidade comprometida com o Bem Viver e que tenha muitos Bruno Kaingang, Woie Kriri, Isael Pinheiro, Gerônimo Verá, Marcos Kaingang, Rejane Kaingang, Maria Aparecida Bergamaschi, Rodrigo Manoel Dias da Silva, Gersem Baniwa, Adriana Colling, Adriana Marques, Márcia Calazans, Ingrid Schmitz, Roberta Melo, Márcia Tomazzoni, Marina Vargas, Michele Meneses e tantos outros que estão tentando descolonizar a educação formal.

A Universidade Pública e todos os espaços da educação formal só será descolonizada com a participação de vocês, jovens indígenas. Venham e ocupem esse espaço e façam com que as Fronteiras Interculturais possibilitem uma Interculturalidade de fato e de direito com um Corazon-ar, um Co-razonar (ARIAS, 2010, p.89). E parafraseando Martí, "La educación ha de ir dónde va la vida" (2001, p. 308) e Ailton Krenak, "o presente é ancestral", o saber indígena é ancestral e de respeito à vida. Vocês são o presente!

Ore mbo'e epejepe. (que na língua Guarani significa "Ensinem-nos").

Com um abraço esperançoso

REFERÊNCIAS

ARIAS, Patricio Guerrero. 2010. **Corazonar el sentido de las epistemologías dominantes desde las sabidurías insurgentes, para construir sentidos otros de la existencia (primera parte).** In: Calle14: revista de investigación en el campo del arte. 4 (Julio-Diciembre).

KRENAK. Ailton. **Programa Roda Viva**. Entrevistador: Danilo Baniwa, [abr. 2021]. São Paulo: TV Cultura, 2021

MARTÍ, José. **Obras Completas**, Tomo II. Disponível em http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/marti/Vol22.pdf acesso em 20 nov. 2021.

MONTOYA, Antonio Ruiz (1640) **Arte de la Lengua Guarani**. Transcripción y transliteración por Antonio Caballos. Introducción por Bartomeu Melià, SJ. Asuncion del Paraguay: CEPAG, (p. 199-2011).

WALSH, Catherine. **Interculturalidad, conocimientos y decolonialidad.** Signo y Pensamiento, Bogotá, v. XXIV,n. 46, p.39-50, jan./jun.,2005.

7

CARTA PARA MEUS ALUNXS

Ingrid Oyarzábal Schmitz

Porto Alegre, outubro de 2021

Primeiro, não sei se isso é uma carta. Fiquei dias pensando em como poderia escrever para vocês, até que me dei conta: faz muito tempo que não escrevo uma carta. Hoje estamos cercados das mensagens curtas, às vezes sem significados, às vezes esquecidas, às vezes com um grito de ajuda - que muitas vezes a gente não reconhece. De todo modo, espero que mesmo sendo um pouco mais longa do que essas mensagens, ela possa de algum jeito ser um afago, ainda que de longe.

Vocês devem lembrar que sou professora de todos os níveis do ensino básico, então trabalhei desde os bebês até os adultos. Mas sabe, percebi que quanto mais vocês crescem, menos francos conseguimos ser. Parece que a instituição Escola, que deveria estar ali para ampliar os nossos horizontes, nos diz que tem certos terrenos que não são nossos. Talvez vocês não saibam, mas já briguei muito por isso, por acreditar que tinha que ser honesta com vocês. Honestidade no sentido de diálogo, de acolhimento e, também, de conhecimento.

Do mesmo modo que procurava formas de ser docente que se encaixassem nesse movimento, de honestidade, também pesquisava diferentes realidades, outros contextos e outros modos de ser humana. Sempre pensando que levaria esses outros mundos para nossas salas de aula. Esses outros mundos foram chegando a mim em diferentes

formas, mas tem um - que na verdade são vários -, que tem me mostrado outros modos de conceber a infância e de reconhecer suas crianças.

Airton Krenak é um dos grandes pensadores desses *mundos outros*, ele é do povo indígena Krenak, e fala justamente sobre esse modo de ser honesto com a criança: "o povo indígena conta tudo para as crianças para que elas não vivam assustadas". Mesmo que existam mais de 305 povos indígenas no Brasil, cada vez que leio um de seus pensadores, ou vejo um de seus filmes, ou escuto uma de suas falas, eu me lembro de vocês! Eles falam sobre o acolhimento a criança, o respeito a quem ela é, o cuidado da criança por todos - afinal, para eles a criança não é do pai e da mãe, é de um povo todo. Poderia ficar horas, só listando sobre a relação desses povos com suas crianças e o quanto devemos aprender com eles.

O respeito em torno da criança, talvez até não seja novidade para vocês, mas no meu lugar, como adulta, como professora, como cidadã, e como alguém que já foi criança, vi em diversos momentos vocês não sendo respeitados. Por exemplo, o que foram esses dois últimos anos de pandemia? Acompanho vocês, sei que dentro do possível, vocês estão bem. Mas, e ao redor de vocês? E, quanto ao retorno das aulas de modo presencial, quais as discussões que foram feitas com vocês?

Nesse meio tempo, já fizemos videochamadas, já trocamos cartas, e, com alguns, já tivemos o privilégio de estarmos juntos. E, novamente, mais uma pergunta - e, não deixem de me responder ;) - quantas perguntas vocês fizeram aos adultos do seu redor sobre a pandemia que não foram respondidas? Olha aí, a tal de honestidade que sempre volta.

Junto com a falta de respostas, sinto que vamos - lentamente - soterrando a vontade que vocês têm de perguntar e fazendo com que vocês omitam curiosidades ou tenham até vergonha delas. Na idade adulta,

muitos dos meus pares têm medo de fazer perguntas, tem medo de errar, tem medo de pedir ajuda, tem medo de trabalhar em (e com um) grupo (pasmem!!). Agora, sou eu que me pergunto: será que a cada pergunta que deixamos de responder para vocês, estamos soterrando não só essa curiosidade, mas a chance de levar uma infância até uma idade adulta?

Lembro de épocas que vocês vinham cheios de perguntas, com alguns discutimos se roupa tinha gênero (e até se nós temos), sobre os cabelos serem lindos (TODOS, sem exceções), sobre o direito que todos têm de amar quem quiser. Nossa! Eram infinitas as perguntas! E, muitas, vinham acompanhadas de um longo "depende", pois tem coisas que não tem respostas fixas. Algumas vem com o que pensamos no momento, outras sobre a necessidade de respeito ao outro, e, algumas, vem com muita pesquisa. E, não tem problema!

Vish, falei que essa ia ser uma carta de afago, mas estou aqui, enchendo vocês de perguntas. Vê se pode?! Talvez seja para mostrar que tem adulto que ainda pergunta - no meu caso, que pergunta muito! -, ou, talvez, para mostrar que responder algo, não seria só sobre certo e errado, mas sobre aprendermos juntos os nossos caminhos. Ai, os caminhos! Outra questão que me tira do eixo, já pensaram para onde que eles nos levam? Será que tem que ser para frente? Será que tem que ser só aquela ideia de 'progresso'? Mesmo que seja acima de tudo e todos?!

Isso me fez lembrar um dia, quando um de vocês me contou que ia passar o fim de semana na casa da avó e que ia ser um pouco chato - ela queria te ensinar algumas coisas de bordado. E você estava indignado, porque já sabia bordar, não precisava de ajuda com isso. Conversamos. Chegamos à conclusão que a vó poderia te ensinar outras coisas, diferentes dos modos que você já dominava. Eu não tinha uma resposta

certa para a sua indignação, mas a gente fez junto, um caminho diferente.

Como eu queria que todos vocês tivessem essa virada de chave, de poder olhar o outro como diferente e entender que não tem problema aprender com ele. Ou então, se dar conta de como é importante a gente conversar com os mais velhos, podendo sim divergir deles, mas também poder trocar com eles. E, se olharmos tudo o que estamos vivendo no hoje, também precisamos da máxima que esse caminho que estamos a seguir, que o futuro a que seguimos, é ancestral. "O futuro é ancestral" é mais um dos conceitos que o Ailton Krenak defende e nos explica da sua importância.

O tempo de hoje, de pandemia, nos mostrou o quão perto estamos de perder nossos passados, e, nesta lógica de um 'futuro ancestral', pois podemos estar apagando também o nosso futuro. Eu não sei vocês, mas esses tempos parecem estar aflorando fragilidades em nossas sociedades. Parece que a gente chegou em um ponto que as pessoas acham bonito sentir raiva do outro, ou se sentem no direito de 'cancelar' a existência de outros sujeitos. Juntou pandemia, juntou raiva, juntou um individualismo em excesso (egoísmo será?!), entre tantos outros, que fico zonza.

Vish, me veio mais uma pergunta! Vocês têm tido confrontos por causa dessas fragilidades que tem acontecido em nossa sociedade? Eu tenho... *respira fundo*. Acho que esse é o passo inicial de tudo, *respira fundo*. Tenho alguém, bem pertinho de mim, na minha família que passou a expressar mais raiva pelas pessoas, a se sentir no direito de ofender o outro. Toda a vez que conversamos, podem ser minutos ou horas, mas é - *respira fundo* - e pergunta, 'porque você pensa assim?'; 'porque você se sente no direito de falar algo que machuca outra

pessoa?'; ou então, 'não, isso está errado, você precisa ler sobre isso'; ou, 'essa informação é falsa por esse motivo aqui'; ou, até, 'vou pesquisar para poder conversar sobre, porque não conheço esse assunto...'.

Essa necessidade de respirar, de *respirar fundo*, me lembrou sobre um aspecto cosmológico que Davi Kopenawa explica sobre um céu que pode cair. Será que estamos nesse momento em que o céu nos pressiona sobre a terra? Perdemos a sintonia com a terra, muitos de nós perdemos a sintonia entre os próprios seres humanos, e perdemos tanto dos nossos passados que a gente nem sabe o que fazer para seguir 'em frente'.

Mas não quero acabar essa *carta* assim, sem ar, quero respirar fundo, quero que a gente tente olhar com mais carinho esses outros *mundos* que existem tão pertinho da gente. Quero propor que a gente tente voltar às sintonias, e que dancemos para isso. Acho que não contei, mas foi o Ailton Krenak que me apresentou esse outro significado, de uma dança que pode ajudar o céu a não cair. Então, dancemos! Dancemos para dividir os pesos! Ah, sem esquecer, claro, das perguntas, não as deixem, nunca! E as respostas, ahh, aí depende! Em parte, que entre os adultos as perguntas se tornem compromisso, e entre vocês, se torne possibilidade.

Com carinho,

8

CARTA ÀS ESTUDANTES E AOS ESTUDANTES DA ESCOLA DA COMUNIDADE MBYÁ GUARANI GUAJAYVI - CHARQUEADAS, RS

Márcia Luísa Tomazzoni

Porto Alegre, outubro de 2021

Resolvi escrever essa carta para tentar explicar a vocês e a mim mesma um pouco de tudo que vem acontecendo nos últimos dois anos, desde que essa doença - a pandemia de COVID-19 - tomou as notícias, whatsapps, conversas do cotidiano e, enfim, a vida de todos nós, de um jeito ou de outro. Lembro ainda do dia em que recebemos a notícia: estávamos há duas semanas do início das aulas de 2020 e eis que de repente chegou um aviso, Claudio - o cacique, mas também papai, ou tio Claudio, ou Wera -, trouxe a mensagem que recebera da Secretaria de Educação de que deveríamos suspender as aulas no dia seguinte. Lembro que não entendemos bem o que estava acontecendo e que passamos algum tempo sem qualquer orientação sobre como as coisas iriam seguir na escola - no país e no mundo, as pessoas estavam tentando se encontrar em meio ao caos instalado pela pandemia -, apenas nos recolhemos em nossas casas e aguardamos. Porém, as coisas foram mudando e, aos poucos, devido aos impactos diretos da pandemia, as necessidades imediatas foram aparecendo.

A primeira vez que conversamos, logo após a esse momento, foi sobre a necessidade da venda de artesanatos, já que as mulheres não estavam mais saindo para vender nos centros das cidades vizinhas. Foi

então que tive a ideia de fazer aquelas fotos dos artesanatos e semanalmente divulgar entre amigxs no facebook, o que, graças ao trabalho belíssimo de vocês, dos seus pais e mães, nos fez conseguir levantar por algum tempo o que era necessário. Também precisamos de campanhas de doação de alimentos, o que fizemos pelo segundo ano, agora em 2021 em parceria com a Associação Amigos do Meio Ambiente, ONG de Guaíba, Rio Grande do Sul.

Nesses primeiros meses de afastamento da nossa rotina juntos, a sociedade não indígena foi bombardeada de notícias muito tristes por causa da pandemia e não demorou muito, um grande amigo meu partiu. Apenas para que vocês saibam sobre esse espírito, ele foi Rafael, 42 anos, enfermeiro, lutou na linha de frente num hospital grande na capital; uma pessoa muito boa e alegre: lembro sempre dos seus risos largos. A querida professora Maria do Socorro Pimentel, que leu com muito carinho meu trabalho sobre nós e a escola, também partiu.

Entre compreender como eram nossas vidas antes e depois disso, havia um vazio imenso, de incompreensão, de não saber como agir, mas nos reorganizamos como escola dentro do que era possível diante do momento. Pensei em atividades que vocês pudessem fazer em suas casas, infelizmente, sem a explicação oral da professora. Lembro então, que cheguei na aldeia e a grande porteira de madeira estava fechada, pela primeira vez desde que conheci a Guajayvi. Claudio veio abrir e me explicou que, por ora, manteria a porteira fechada, para evitar a entrada costumeira de muitos não indígenas na aldeia, a fim de resguardar a comunidade de possíveis contágios. Entrei, nos encontramos, coloquei uma classe e entreguei a cada um e a cada uma a atividade que havia preparado. A primeira delas: como vocês estão se sentindo? Eu perguntava. O que andam fazendo? Aprendendo? Indiquei a leitura de um texto

de um professor Mbyá que eu havia descoberto nesse tempo de resguardo e leituras. Foi uma das primeiras vezes em que senti o estranhamento de ter de nos falarmos usando máscara, talvez um pouco constrangida pois, tinha o receio profundo de que alguém interpretasse como algo rude, ou pensasse que eu temia principalmente ser contaminada; pois bem, saibam que o meu maior medo sempre foi contaminar, isto é, passar essa doença - triste e ainda pouco conhecida - para vocês, suas famílias, a comunidade. Tempos difíceis para quem estava acostumada aos abraços e colos.

Vocês começaram a me devolver as atividades; um pouco feitas, um pouco em branco e alguns me diziam, com aquele sorriso de canto, constrangido: "professora, eu não consegui fazer"; "professora, eu não consegui entender". E eu dizia: "não tem problema, a gente sabe que está muito difícil estudar assim, vamos fazendo o que a gente conseguir". Agora confesso que, ao entrar no carro e fechar a porta, as lágrimas desciam. Não há como aprender e ensinar sem espaço para a conversa, sem a explicação e sem os exemplos ditos na hora conforme a paisagem e o entorno, e mais, sem a troca de olhares, sem o toque, sem o carinho e a atenção. Vocês me apontavam o caminho. Eu sei, não tinha como, mesmo, Iana. Não tinha como, Joni. E, assim, fui tentando elaborar as atividades conforme percebia o que vocês conseguiam fazer. Pedir as escritas das palavras em guarani, deixar espaços para desenhar as histórias, colocar imagens para pintar e motivar contos sobre a urukure'a, a popo, o xivi, o jagua. Fui aprendendo aos poucos e com dificuldade a como ser professora num tempo de pandemia na nossa escola, com vocês e com tudo o que vocês já haviam me ensinado em 2019.

Ouvi alguns parentes de vocês de outros lugares do país. Seu Ailton Krenak deu uma lição sobre como nós juruá precisamos olhar e sentir o

mundo de outra forma, de como precisamos urgentemente aprender com vocês. Eu queria dizer com muito carinho ao Krenak que eu tenho o privilégio de poder aprender com cada um de vocês, que me fizeram não apenas outra professora, mas outra pessoa. Uma pessoa que já estava em sementinha germinando aqui, mas que vocês regaram com ensinamentos de tantas formas pelo exemplo vivo que ela vem crescendo, cada vez mais certa de que se existe um caminho para esse mundo ressurgir belo e bom, é aprendendo com vocês.

Quero terminar essa carta contando algo que ouvi de outro parente de vocês, o professor Gersem Baniwa, falando da escola sonhada pelos indígenas e com quem aprendi alguns "princípios indígenas". Um deles, como ele disse "o princípio de amor à natureza como amor a si próprio", uma lição que vocês já estavam me ensinando desde o primeiro dia em que eu coloquei os meus dois pés na Guajayvi. O que eu quero contar na verdade, é que ele disse que apesar da escola ter o seu papel, os povos indígenas nunca aprenderam tanto quanto nesse tempo de ficar livre junto à família, em todos os tempos-espaços das aldeias, com suas comunidades e territórios. E eu tenho certeza disso. Visivelmente, percebi as muitas casas que foram construídas nesse tempo e mesmo a Opy; algumas modificações no espaço, como a construção de um novo lugar para a escola. Lembrei dos vídeos que um dia recebi do Alex, pai da Iana, da Isabela e da Yasmin, ajudando na construção da Opy e cantando lá dentro. Lembro o quanto me emocionou e o quanto, ao mesmo tempo que sentia uma felicidade profunda ao ver as meninas num momento tão especial, a faísca da saudade acendia mais. Bebês nasceram, mais famílias chegaram, Iana ganhou a bicicleta que tanto queria. Ver os cabelos da Iana voando na sua bicicleta de cestinho me lembra o farfalhar

do vento nas árvores quando fazíamos nossas incursões de conhecimento no território até a Guajayvi mais antiga e que deu nome à aldeia.

Quantas mais descobertas e vivências eu não vi? Tenho certeza que tiveram muitos outros kaxo com a vó Marta em volta do fogo! Estou ansiosa para saber tudo. Essa carta é para vocês, estudantes, mas também para todos os pequeninos que já me acolhem, abraçando minhas pernas e me chamando de professora a cada ida na aldeia para levar as atividades que, como combinamos, retomaremos juntxs quando a nossa escola voltar como antigamente, todas as manhãs. Espero que a gente possa logo voltar à convivência, pois descobri mais filmes como "Pachamama", que vocês adoraram e o meu armário em casa está abarrotado de tintas e pincéis, nos esperando para colorir a nova escola.

Um grande abraço e um beijo, da professora

9

CARTA PARA AS FUTURAS GERAÇÕES LATINO-AMERICANAS

Marina Araujo Vargas

Porto Alegre, 30 de setembro de 2021

Muitos de vocês talvez ainda não tenham chegado por aqui e quando chegarem, provavelmente, encontrarão um planeta em profunda crise. Essa crise se apresenta nos âmbitos econômico, social, ambiental e, recentemente também se tornou uma crise sanitária, ocasionada pela pandemia de Covid-19, que iniciou no Brasil em 2020. E não é só isso, a crise causada pelo novo coronavírus age, de certa forma, potencializando as crises anteriormente citadas.

Houve um momento em que o medo desse terrível vírus nos uniu. No início, tivemos esperança de que a pandemia poderia alterar paradigmas mercantis e de individualismo exacerbado. Ledo engano, a pandemia provocou, de fato, um aprofundamento das desigualdades. Enquanto ricos ficam mais ricos, uma proporção ainda maior da humanidade passa a viver abaixo da linha da pobreza, fazendo eclodir com mais força situações de miséria e a volta da fome em nosso país.

Assim como vocês verão, a nova geração, que são os jovens de hoje, já possuem consciência do buraco em que estamos enfiados, e sofrem com uma forte ansiedade pela falta de perspectivas de futuro. É o que diz um estudo realizado por pesquisadores das Universidades de Stanford (EUA) e Helsinque (Finlândia), com financiamento da plataforma

Avaaz[1]. A pesquisa ouviu 10 mil jovens entre 16 e 25 anos de idade de dez países, dentre eles o Brasil. Eles descobriram que mais da metade dos jovens estudados estão muito preocupados com as mudanças climáticas e acham que terão menos oportunidades que seus pais por conta delas. Essa ansiedade causada pelas mudanças climáticas igualmente afeta a decisão desses jovens de terem filhos, já que temem o futuro do planeta. Esses jovens também acreditam que a humanidade falhou em tomar conta do planeta, e enxergam um futuro assustador.

Apesar do pessimismo, a juventude atual tem consciência do desafio que está por vir. Ela não se conforma com a injusta distribuição de renda e nem com a degradação ambiental provocadas pelo neoliberalismo posto em prática pelas gerações anteriores. Essa geração começa a perceber sua posição de juventude latino-americana, uma posição geopolítica periférica frente ao capitalismo global. Também entende que o colonialismo que constitui a nossa história ainda se encontra presente nas relações sociais, culturais e de poder. Essa mesma juventude busca ocupar espaços políticos e de conhecimento, seja através das redes de comunicação e informação, representadas principalmente pela *internet*; seja se engajando em grupos e movimentos sociais; seja pelos espaços tradicionais de conhecimento, como as Universidades.

Já aviso que não vai ser fácil habitar as ruínas causadas pelo capitalismo predatório, mas suas mães/pais e irmãs/irmãos já vêm pensando alternativas. Cada vez mais o paradigma de individualismo meritocrático ligado ao mercado vem sendo questionado. O acúmulo de bens materiais não está diretamente ligado a uma vida plena e saudável. Com a chegada do coronavírus muitas famílias optaram por morar mais

[1] Os dados da pesquisa podem ser acessados em: <https://climainfo.org.br/2021/09/14/pesquisa-crise-climatica-faz-jovens-repensarem-planos-de-ter-filhos/>. Acesso em 30 set. 2021.

perto da natureza com acesso à espaços verdes. A alimentação livre de agrotóxicos, que respeita os produtores rurais, a biodiversidade e os ciclos da natureza também vêm aumentando seus adeptos.

Estas simples opções de viver em respeito à natureza e aos outros seres já vem sendo desenvolvidas por meio da concepção de *bem viver*. E nesse sentido, os autores que abordam o *bem viver* tem buscado relacionar essas formas mais profícuas e plenas de vida com os conhecimentos ancestrais dos povos originários que, com seu modo de vida em profundo respeito e em relação direta com os ciclos da natureza, têm resistido a séculos ao preconceito e aos mais diversos ataques a suas formas de viver e ser.

Enfim, querida juventude do amanhã, não temam o futuro. Busquem construí-lo com a sabedoria dos antigos que veem na cosmologia dos povos originários muitas respostas para os desafios de hoje. Aproveitem a tecnologia para potencializar a troca e a solidariedade entre homens e mulheres e não permitam que essas tecnologias mercantilizem seus modos de vida. Busquem os espaços políticos e de conhecimento, mas entendam que pode ser necessário desconstruir paradigmas eurocentrados – ou seja, os conhecimentos enviesados pelo olhar dos próprios colonizadores – valorizando conhecimentos locais e ancestrais.

Finalizo esta carta com a frase de Gramsci (1999, p. 556) que diz: “a crise consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo não pode nascer; neste interregno, uma grande variedade de sintomas mórbidos aparecem”. Vejo a atual crise como a representação desses “sintomas mórbidos”, mas vocês são o novo que está por nascer.

REFERÊNCIAS

GRAMSCI, Antonio. **Selections from the Prison Notebooks**. ElecBook, London, 1999.

10

CARTAS AOS JOVENS DA TEKOÁ PARA ROKE: RIO GRANDE/RS

Michele Neves Meneses

Rio Grande, RS, outubro de 2021

Queridos jovens da Tekoá Para Roke. Em especial a Manu, Cris, Júlio e Marcel.

Sento-me para escrever essa carta, já é noite e possuem estrelas no céu. Faz frio (12°C), mesmo em outubro: estranhos esses tempos de agora! Ainda estamos vivendo uma pandemia, mais de 600 mil vidas foram ceifadas no Brasil, principalmente por um desgoverno que pratica o genocídio. Dessas violências praticadas pelo Estado, não preciso falar muito, porque dói muito em saber que vocês experenciam isso desde a colonização, em 1500. Reflito há quanto tempo não me dedicava a essa forma de escrita. Parece coincidência, mas nesse final de semana, que antecedeu à escrita, a Ana Clara pediu para visualizar álbuns de fotos antigas e no meio deles havia uma carta. Uma carta escrita à mão pela minha mãe, pai e irmão. Essa carta foi enviada a mim no momento que eu passava as férias na casa da minha avó, em São Gabriel. Eu passava três meses lá e minha comunicação era realizada por cartas. Quando retornava escrevia, semanalmente, cartas para a minha querida avó. Sabem, meus queridos, meu pai faleceu em 2000, já se vão 21 anos. Minha vó, que tive a honra de conviver em todas as férias, também já fez a passagem, mas guardo na memória as lembranças e no peito o amor com que me ensinou a respeitar essa terra, percebendo-me parte dela

em comunhão com todos os seres. Agradeço a ancestralidade que está em mim e por recantos dessa terra.

Conto-lhes isso, em função do saudosismo que percorreu minhas veias e marejou meus olhos ao encontrar essa carta e revisitar, mesmo em pensamentos, os momentos de escrita que eram trocados e compartilhados em família naquela época, década de 1990. Também, fez-me recordar a quantidade de desejos que nossas cartas possuíam. Desejos esses que perpassavam o encontrar os familiares bem ao repensar outros caminhos na vida. Revivendo esse momento fiquei pensando no propósito de uma carta, além do anunciar, comunicar como função essencial de meio de comunicação, talvez as cartas sejam ferramentas importantes da arte de desejar, da estética do esperançar. Quem sabe uma configuração dos sonhos, mas que nos fazem continuar a caminhar nessa construção humana, como anuncia o grande narrador indígena Ailton Krenak.

Com isso, antes de continuar a desejar, queria contar-lhes a fim de registro histórico alguns pontos importantes. Saibam que em Rio Grande não havia permanência de indígenas até o ano de 2017. Apenas no veraneio, algumas famílias Kaingang, da região de Iraí e Planalto vinham vender seu artesanato na praia do Cassino. Contudo, em janeiro de 2016, a Talcira (vó de vocês) que morava na Tekoá Nhundy resolveu, após um sonho, conhecer Rio Grande. No dia que ela chegou, uma amiga em comum me ligou avisando que Talcira estava na cidade, pedindo para eu ir conhecê-la. Fui até seu encontro. Passamos um tempo ao redor do fogo conversando e me despedi. Dias depois já seria o Fórum Social Mundial[1]. Chego lá e sou convidada a compor uma mesma roda

[1] O Fórum Social Mundial é um espaço de encontro e articulação de movimentos, organizações sociais e pessoas que fazem resistência e re-existências, buscando alternativas ao modelo de globalização

com a Talcira. Nessa roda compartilhamos impressões sobre a possibilidade de mais idas à Rio Grande. Desde então, tornei-me como parte da família. Em fevereiro, fui convidada para ir no Encontro de Sepé Tiaraju, em São Gabriel Aceitei no mesmo momento, já que é a cidade dos meus avós. Fomos juntas, Talcira, eu e Ana para a casa do meu avô e para o encontro. Nesse momento, que se passaram apenas dois meses de convivência, mas que parecia desde sempre, talvez desde a eternidade!

Formamos um vínculo bem importante, entre famílias, fomos nos conhecendo mais e mais. Em 2017, a Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO) do Rio Grande do Sul é desmontada pelo governo estadual vigente, deixando vários prédios desocupados e terras produtivas sem ocupação. Nesse sentido, a partir de uma visita à FEPAGRO em Rio Grande, vimos juntamente com a gestão municipal da época a possibilidade da retomada dessa área para a permanência dos Mbyá Guarani. Após, foi organizado toda uma articulação em que o município do Rio Grande concedeu a área de seu pertencimento para a permanência da Tekoá Para Roke. Destaco que essa área ainda não foi legalizada pelo Estado, porém, já temos a permanência de 18 famílias Guarani.

Nessa convivência, ressalto que vocês nunca pediram para eu "aprender a ser Mbya", jamais colonizaram minha fala, meu modo de vestir, ser ou pensar. Ao contrário, vocês me fizeram compreender a importância do respeito à pluralidade no sentido mais profundo no exercício de coexistir. Compreensão essa que perpassa o silêncio, não necessitando do diálogo oral e sim estar disposta ao encontro dos seres

neoliberal. Foi criado em 2001, na cidade de Porto Alegre, sendo realizado anualmente e, de forma itinerante, percorrendo outros países, como Índia, Quênia, Tunísia, etc.

com a escuta pelo coração. Escutar a terra, as árvores, o *tatá*[2] ou a fumaça do *Petengyá*[3]. Processos de escuta que vão além da audição propriamente dita. É escutar com nossos corpos, escutar com o coração. Escutar na profundidade do silêncio o que precisa ser ouvido, sentido e percebido. Escutar em comunhão, na intrínseca relação com todos os outros seres sagrados que constituem o mundo, onde é preciso muita atenção e que, afetuosamente descrevo como *escutança:* escutar na arte do silenciar, com o toque da batida do coração!

Nesse processo de *escutança*, compreendi suas lutas, suas dores e seus sonhos. Me emocionei, chorei e sorri nessas *escutanças*, contudo compreendi que a arte de resistir com tudo isso que é imposto a vocês, meus queridos, é a re-existência. Re-existência no sentido da expressão em outros modos de enfrentar os desafios atribuídos por essa sociedade não indígena. Na estética de re-existir com horas de risadas, aquelas que doem a barriga, lavam a alma e produzem brilho ao olhar. Na estética de re-existir pelo silêncio, por horas ouvindo os mais sábios falarem ou ao redor do fogo, fazendo mbojape[4]. Retomo, nesse momento, as *escutanças* que fazia lá com minha avó, em que a mesma, em silêncio, dialogava com a terra, com os animais e me ensinava, sem conversa alguma, a conexão verdadeira com a mãe terra. Ponho-me a pensar nesse exato momento que aprendi desde muito criança o exercício de escutar por outros modos, sobretudo pelo silêncio!

Desde que os conheci, meus queridos, já vinha andarilhando por trilhas de outras aprendizagens, percorrendo ensinamentos com algumas constelações de saberes como me lembra Ailton Krenak para não

[2] Fogo em Mbya Guarani.

[3] Cachimbo sagrado em Mbya Guarani.

[4] Pão de farinha de trigo que se assa na brasa e se cobre com cinza. Comida típica Mbya Guarani.

trilhar caminhos de uma narrativa só! Nesse sentido, gostaria de reforçar a grandiosidade que é vocês estarem junto ao seu povo, aprendendo, existindo de outras formas, seguindo a coletividade orientadora de ações, respeito aos mais sábios e viver em união com a terra. O sentido de uma vida em beleza e de um bem viver que se faz diariamente. Realizar essa demarcação de quem vocês são indicará o sentido dos melhores caminhos. Sei que vocês são pequenos, ainda, para esses desejos, por vezes, fortes, mas quero que saibam que estarei ao lado de vocês. E, por onde eu caminhar, tentarei encontrar brechas possíveis e consolidar caminhos para que vocês possam e tenham o direito de ali estar.

Enfim, vou me despedindo dessas poucas linhas escritas, querendo agradecer por me possibilitarem a convivência dessa existência. Ainda é noite, mas agora chove! Chove muito, como se as águas pudessem levar meus escritos a terras férteis, onde possam ser semeadas! Intenciono, mais forte ainda, com palavras vindas do coração que mais pessoas não indígenas reflitam na necessidade das *escutanças* dos silêncios, dos sonhos, da descolonização, dos cosmos, sobretudo em comunhão com a mãe terra e que caminhando juntamente às estrelas possamos fazer emergir uma nova era de solidariedade e companheirismo, em coletividade. Porque a cada momento que um parente, uma árvore, um rio morre, morremos todos. Sigam no *Nhandereko*[5] porque aqui está o sentido de estarmos nessa Terra.

Com muito afeto,

[5] Modo de viver Mbya Guarani.

11

CARTA À POPULAÇÃO LGBTQIA+

Roberta Madeira de Melo

Porto Alegre, outubro de 2021

> Ano passado eu morri, mas esse ano eu não morro.
>
> (Canção Sujeito de Sorte, Belchior)

Sou, Roberta, branca, lésbica, professora, curso Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e sou uma militante sonhadora. Eu gostaria de começar essa carta contando uma história para vocês. Infelizmente, ela não é agradável.

O Brasil é um dos países líderes em violência contra pessoas lgbtqia+[1]. E uma de suas primeiras vítimas foi ceifada pela invasão/colonização europeia. Em 1613, na cidade de São Luís do Maranhão, missionários capuchinhos por ordem de invasores franceses, condenaram um indígena Tupinambá por "praticar o mais abominável dos pecados: a sodomia". Esse termo, sodomia, era utilizado para se referir a homens que tinham relacionamentos homoafetivos. Tibira, na língua Tupinambá significava "homem gay", então, na época, o homem assassinado foi chamado de Tibira. Ele foi preso à boca de um canhão e lançado em uma bola do pelouro. Tibira foi assassinado por ser quem é, aos olhos do colonizador/invasor ele não poderia ser assim.

[1] De acordo com uma pesquisa do SUS realizada entre os de 2015 e 2017 um LGBT é agredido no Brasil a cada hora. Para mais informações ver: https://www.cartacapital.com.br/diversidade/um-lgbt-e-agredido-no-brasil-a-cada-hora-revelam-dados-do-sus/. Acesso em: 24 set. 2021.

Bom, eu descobri essa história ao conhecer o Coletivo de indígenas lgbtqia+ chamado Tibira[2], cujo nome é em homenagem a essa primeira vítima da homofobia europeia. Conto essa terrível história do Brasil colonial para frisar a vocês que a homofobia no Brasil, na América, chegou com as caravelas. As heranças coloniais refletem até hoje, mesmo que com dinâmicas diferentes, as inúmeras opressões sofridas por pessoas lgbtqia+. Não existe mais Inquisição, mas corpos lgbtqia+ são dizimados e violentados, praticamente, todos os dias.

Agora volto-me para o presente. A população lgbtia+ é um dos segmentos da sociedade brasileira que mais sofreu durante a pandemia. De acordo com a pesquisa realizada pelo coletivo #VoteLGBT em parceria com a Box1824 e coordenada por pesquisadores da Unicamp e da UFMG[3], os três maiores impactos da pandemia na população lgbtqia+ foram: agravamento da vulnerabilidade financeira, piora na saúde mental e afastamento de rede de apoio e insatisfação acentuada com o governo. É perceptível que a pandemia Covid-19 agravou ainda mais a situação da população lgbtqia+. Nesse sentido, pergunta a vocês: o que é mais terrível, enfrentar uma pandemia ou a lgbtfobia? Ambos podem matar, e se não matam, podem deixar graves sequelas.

Mas, o que eu posso dizer a vocês, depois dessas horríveis constatações?

Para vocês lgbtqia+ que adquiriram um novo medo na lista, a pandemia covid-19, quero dizer que vai passar, como já cantava Belchior "ano passado eu morri, mas esse ano eu não morro". Sejam fortes,

---

[2] Para conhecer o coletivo e também a história de Tibira ver: https://www.instagram.com/indigenaslgbtq/. Acesso em: 23 set. 2021.

[3] Para mais informações ver: https://static1.squarespace.com/static/5b310b91af2096e89a5bc1f5/t/60db6a3e00bb0444cdf6e8b4/1624992334484/%5Bvote%2Blgbt%2B%2B%2Bbox1824%5D%2Bdiagno%CC%81stico%2BLGBT%2B2021+b+%281%29.pdf. Acesso: 24 set. 2021.

porque essa pandemia irá acabar, principalmente através da vacinação da população. Já a lgbtfobia construída há pelo menos 521 anos, acabará a partir da resistência e da luta, das políticas públicas, da justiça e da educação.

Acredito que uma forma de honrar Tibira, primeira vítima de homofobia nesse país, é continuar lutando para que corpos e mentes não sejam mais presos e ceifados pela colonialidade.

Existiram e existem mais formas viver além desse sistema capitalista, colonialista, heteronormativo e racista trazido nas caravelas. Uma dessas maneiras de se experienciar a vida se chama o Bem Viver e chegou até mim, como diria nosso querido professor, Ailton Krenak (2020), através dos Rios Voadores. Nossos parentes andinos trouxeram o seu *Kumak Kawsai*, que se juntou a um conjunto de cosmovisões e saberes ancestrais de diferentes povos originários que conceituamos como Bem Viver. Essa tradução não define a complexidade dessas cosmovisões, mas nos ajudam a compreendê-las, mesmo que parcialmente.

O Bem Viver trazido pelos Rios Voadores nos ensina que nós estamos conectados à Terra e a todos os seres que nela vivem, tudo forma uma unidade. O tempo e o espaço não são lineares, são cíclicos. Nesse sentido, o passado está presente e se recria no futuro, por isso, trouxe a história de Tibira, ela não está longe de nós, está aqui, sempre esteve e continuará indo e vindo. O passado colonial se reflete no presente e se recria no futuro. Mas, o passado dos ancestrais originais dessa terra, dos que resistiram à invasão, também está presente e se recria. Quando falamos de descolonizar corpos, modos de vida e saberes estamos dizendo que o futuro é ancestral.

Para o Bem Viver as diferenças se complementam, a multipolaridade precisa existir. A Mãe Terra criou tudo, inclusive, corpos lgbtqia+,

o equilíbrio está relacionado com a existência de todos os seres sendo o que eles são.

A Mãe Terra nos criou para sermos o que somos e nela dançar sua dança cósmica. É bonito viver. É bonito ser quem a gente é.

Por isso, gostaria de terminar essa carta de forma mais agradável.

Eu sei que não foi fácil viver nesse mundo pandêmico que não deixou de ser lgbtfóbico, racista, sexista, classista e opressor. Mas, acredite nos Rios Voadores, eles nos trouxeram a história de Tibira, sua memória viva, mesmo que triste, nos movimenta. Acreditem, toda a nossa luta, toda a nossa resistência e toda a nossa crença em modos de Bem Viver, podem sim, ser levados pelos Rios Voadores para outros espaços-tempos e gerações que nossa limitada imaginação não alcança.

REFERÊNCIAS

COSTA, Suzane Lima; XUCURU-KARIRI, Rafael. (orgs). **Cartas para o bem viver**. Salvador: Boto-cor-de-rosa livros arte e café, 2020.

VOTELGBT. **Diagnóstico LGBT+ na pandemia 2021**. Disponível em: https://static1.squarespace.com/static/5b310b91af2096e89a5bc1f5/t/60db6a3e00bb0444cdf6e8b4/1624992334484/%5Bvote%2Blgbt%2B%2B%2Bbox1824%5D%2Bdiagno%CC%81stico%2BLGBT%2B2021+b+%281%29.pdf. Acesso: 24 set. 2021.

KRENAK, Ailton. **Caminhos para a cultura do bem-viver**. Escola Parque do Rio de Janeiro, 2020.

PUTTI, Alexandre. Um LGBT é agredido no Brasil a cada hora, revelam dados do SUS. **Revista Capital**, 16 jul. 2020. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/diversidade/um-lgbt-e-agredido-no-brasil-a-cada-hora-revelam-dados-do-sus/. Acesso em: 24 set. 2021.

SITE:

https://www.instagram.com/indigenaslgbtq/

12

A JUVENTUDE NEGRA E O SEU TERRITÓRIO QUILOMBOLA: PROPRIEDADE COLETIVA, SEU DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E FINANCIAMENTO

Cléia Costa dos Santos
Gilmar Bittencourt Santos Silva

1 INTRODUÇÃO

No final de 2019, começou-se a falar de um novo vírus o qual, em 2020, se espalhou rapidamente ocasionando muitas mortes. Essa tragédia vivenciada pela humanidade foi chamada de Covid-19. Esse novo vírus e o debate sobre o desenvolvimento sustentável e equilibrado, tornou obrigatoriedade do autossustento e sobrevivência a pauta diária para a população negra do Brasil, alcançando diferentes níveis de exclusões, seja do Sistema Único de Saúde (SUS) para enfrentamento dos efeitos gerais e nefastos do covid-19, seja do mercado de trabalho tradicional. No meio rural ou no urbano, cada vez que a pauta política quilombola se consolida, mais inadequadas se tornam as respostas engessadas do modelo capitalista vigente e seu conjunto de instrumentos e institutos jurídicos.

Será oportuno realçar que, muito embora a mídia nacional tenha impingido a marca de "atuação democrática" do vírus covid-19, porque se manifestava independentemente de cor, raça, gênero ou idade, as pesquisas demonstraram que, a partir da situação social que cada um carregava e carrega passou a definir quem permanecia vivo e quem morria, embora atacado pelo mesmo vírus.

Mais uma vez, a questão racial veio à tona, em um país que já adotava atos de desmonte do SUS, que enfrentava o desemprego em massa e adotava uma política de privatização e desmonte do Estado brasileiro.

Tais considerações introdutórias são necessárias para se examinar a juventude negra inserida em seu território, assim, o desenvolvimento sustentável é indispensável. Porque mais uma vez é importante saber a realidade vigente da questão quilombola na história da sociedade em que está inserida, para não produzir o isolamento tão presente do lugar dessas comunidades.

Inegavelmente, as comunidades tradicionais quilombolas foram consolidadas exatamente na ausência do Estado brasileiro e como estratégia de sobrevivência. A partir da Constituição Federal de 1988, em seu art. 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, este Estado reconheceu as ocupações das terras como propriedade definitiva, estabelecendo uma nova modalidade de titulação e exigiu reflexões sobre novos arranjos nos seus institutos jurídicos relacionados à propriedade, considerando conceitos construídos histórica e dinamicamente por essas comunidades, antes desconhecidos do sistema legal vigente. (BRASIL, 1988).

Assim é imprescindível, para a compreensão da relação de ocupação da terra, com seus efeitos, a forma de viver, produzir e a inserção da juventude quilombola, introduzir novos conceitos e suas consequências, inclusive no campo legal. Todos esses aspectos são fundamentais para as reflexões propostas neste artigo.

2 A JUVENTUDE NEGRA NO BRASIL: RETRATO DE UM QUILOMBO

Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)[1], responsável pela titulação dos territórios tradicionais quilombolas, no fim de 2019 existiam 1.747 comunidades quilombolas com processos abertos no órgão (INCRA, 2019). Dessas, apenas 278 haviam sido contempladas com a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), uma das primeiras e mais importantes etapas do longo processo que, idealmente, leva até a titulação definitiva dos territórios tradicionais dessas comunidades. Na mesma data, apenas 124 comunidades haviam conseguido chegar ao final do processo, com a titulação dos seus territórios.

Quem teve a oportunidade de caminhar pelos meandros das diversas comunidades quilombolas no Recôncavo baiano percebe a juventude como força importante nas comunidades, compreendendo os mais velhos, e suas lideranças depositam nela as expectativas de acesso à educação e, principalmente, as universidades e a troca geracional com as novas tecnologias, especialmente de comunicação, para o desenvolvimento comunitário. Apesar da força política concentrar-se nos mais velhos que representam e dominam a tecnologia da política na comunidade, (quando estas não possuem conselhos deliberativos com as distribuições de poderes e deliberações entre as gerações, incluindo a escuta das crianças), são os jovens a potente força de trabalho que torna vívida a produção e a reprodução dentro dela.

[1] INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Cadastro Ambiental Rural de Territórios Quilombolas.** Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas (DFQ), Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária (DF), 2019. Disponível em: https://bit.ly/3wQ5uCq. Acesso em: 16 nov. 2021.

A realidade brasileira, desde sempre, coloca a juventude rural, e nela compreendida a juventude quilombola, entre as duas possibilidades comuns à vida comunitária no território: deixá-lo e se afastar da vida comunitária, desgarrando-se das proteções locais pelos laços de parentesco e vizinhança, dialeticamente construído a partir das experiências acumuladas nesse *"locus"*, além do aprendizado oral e contínuo da comunidade ou permanecer com costumeiras dificuldades de realizações de projetos de vida, pela ausência de oportunidades, ineficácia de políticas públicas e inocorrência de investimentos em infraestrutura e oferta de recursos subsidiados para a produção de riqueza e desenvolvimento sustentável.

Evidente que as primeiras sequelas do afastamento da vida comunitária é o afrouxamento dos laços com as tradições e a oferta de aprendizado geracional, haja visto que sua presença na comunidade restringir-se-á a datas festivas e comemorações religiosas, dificultando sua própria preparação para a continuidade das providências em prol das conquistas de direitos necessários e de forma coletiva.

Enquanto avança a agudização das forças de ajustamento do capital com o trabalho e se exaurem os recursos do Estado para realização de ajuste macroeconômicos, ao mesmo tempo, com a redução de recursos naturais, a manutenção dos jovens nas comunidades se afigura de pouca probabilidade, senão impossível, muito embora o seu arremesso para o ambiente externo à comunidade não lhe atribua efetiva oportunidade.

Por outro lado, enquanto se instaura um crescente sentimento de que o modelo rentista/especulativo do capitalismo financista não permitirá um futuro para a comunidade global, cresce a necessidade de pensar novas experiências de vida entre as quais os modelos das

comunidades tradicionais se posicionam como alternativas e a juventude pode trazer novos encaminhamentos diante desse dilema.

3 ACESSO À TERRA DA POPULAÇÃO NEGRA

Fraga (2014), ao tratar dos últimos anos da escravidão, dissertou sobre como, por um lado, as habilidades desenvolvidas nos últimos momentos do pacto escravocrata pelos negros e negras foram fundamentais para a sobrevivência posterior e, de outro lado, o autor relaciona como os senhores de terra se concentraram para impedir que aqueles ex-escravizados pudessem ter acesso à propriedade de terra, posto que isso implicaria em risco de escassez de mão de obra com prejuízo às lavouras.

Assim é que se chega aos recentes Séculos XX e XXI com o estoque de terra pública e alta concentração de terras em mãos de poucos. Os quilombos são, em resumo, a estratégia traçada pela população negra, ao arrepio das leis vigentes, por tradição histórica e comunitária, para acesso à terra, sem, contudo, a formalização da propriedade individual, ainda que a propriedade coletiva estivesse num contexto das relações de produção como assevera Menezes (2009). Os territórios quilombolas mantiveram-se como espaços de convivência de conflitos com as grandes propriedades individuais, mas de eventual fornecimento de víveres e matérias primas, embora invisíveis no cenário jurídico e econômico até a Constituição Federal de 1988.

Até os dias presentes, o sistema escravocrata produz seus efeitos de exclusão do direito à terra para a majoritária população negra e demais comunidades tradicionais, ainda que tenha sido reconhecida a propriedade histórica dos remanescentes de quilombos, urbanos ou

rurais, pois a tentativa é de enquadrar tal relação nos mesmos institutos jurídicos de normatização previstos para a propriedade europeia, adquirida pelo sistema de sesmaria ou regularizadas após a publicação da Lei n° 601 de 18/09/1850, preparatória e eficaz na exclusão de ex-escravizados, com o fim da legalidade do modelo escravocrata. (BRASIL, 1850).

O acesso à terra, bem indispensável, apropriado culturalmente pelo colonizador para a construção da sua riqueza e domínio político, com a qual adquiriu títulos de nobreza, cargos, subsídios e investimentos para o poderio econômico familiar, foi proibido para a população escravizada, posto que o propósito não era a construção de um novo país com a presença dos povos originários (quase dizimados) e os que foram transferidos à força e sem liberdade para o solo do Brasil.

De forma planejada, a Lei n° 601 de 18/09/1850, determinou que aqueles possuidores de terras a qualquer título, comparecessem nas repartições ou representações paroquiais para demonstrarem sua condição de sesmeiro ou simples possuidor, a fim de regularizar a propriedade frente ao poder imperial, ato que, se não formalizado, incorporaria sua terra ao domínio público. Ocorre que, em tal período, parte da população negra nascida livre, alforriada, beneficiada de algumas formas por doações ou resultado de testamentos de alguns senhores de terra, por aquisição, troca por serviços etc., não pôde cumprir as exigências legais e acessar as vias de regularização de sua posse, já que eram iletrados, aplicando-lhes dupla exclusão do sistema constituído pela falta de educação formal e perda da terra já conquistada.

A mencionada lei, ao tempo em que se constitua a primeira regulamentação do uso da terra, após o sistema de sesmaria, era também a substituição da mercadoria rentável em que se constituía a população

negra pela terra, que assumia esse papel para regular a relação com o imigrante livre e europeu previsto para realizar o trabalho produtivo, com o fim do tráfico transatlântico de seres humanos oriundos de África.

A Lei de Terras funda e reforça no Brasil a política latifundiária, conjugando terra com poder econômico e político, vigente até os dias presentes e garantido pela legislação nacional, embora tensionada por políticas específicas, centrada na ordem constitucional de 1988, com seus diversos princípios republicanos e o desejo de fundar uma pátria solidária, justa, inclusiva e plural.

Sob os auspícios da resistente e histórica lei de terras, fincada na exclusão da população negra, ganha relevância os esforços atuais para destronar o modelo único de propriedade individual e algumas ações, no campo governamental, conduzem ao avanço na estratégia de regularização da propriedade coletiva, a exemplo da Agenda Social Quilombola inaugurada pelo Decreto Presidencial nº 6.261 de 20 de novembro de 2007, onde se previu "integrar os diversos órgãos federais que elaboram e desenvolvem políticas de atenção às comunidades e territórios quilombolas"[2] (art. 1º), com ações prioritárias para o acesso à terra, à infraestrutura e qualidade de vida, à inclusão produtiva e ao desenvolvimento social (art. 2º). (BRASIL, 2007).

A situação de ocupante de terras adquiridas por diversos meios, sem reconhecimento formal no sistema excludente ainda vigente de propriedade individual, permanece para a população negra. Habitante

[2] BRASIL. **Decreto n.º 6.261, de 20 de novembro de 2007.** Dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: https://bit.ly/3Dcqp4X. 15 out. 2021.

histórico das terras, onde produzia e vivia comunitariamente, a partir de tal lei, passou a mero ocupante e sujeito ao "destino" da perda da sua conquista, passando tal bem ao patrimônio do Império e, posteriormente, do Estado. Sem contar, também, com os registros oportunistas daqueles que dominavam o conhecimento da legislação vigente e registravam como suas as terras de preto.

Negado o acesso à terra à população negra, sua forma de relacionar- se com sua propriedade jamais logrou análise ou tratamento legal no modelo histórico e europeu vigente nos institutos legais. A despeito desse perfil incompatível, tais institutos são utilizados e produzem efeitos sobre essas ocupações coletivas, a partir de 1988 com a Constituição Federal, a exemplo do instituto da impenhorabilidade, da inalienabilidade do bem, o instituto da indenização, a demarcação etc., cujo conteúdo e forma produzem dificuldades no processo de reconhecimento da propriedade definitiva e histórica, na medida que todos esses institutos foram pensados para uma propriedade individual e adequada ao sistema de produção capitalista.

A inacessibilidade da terra para a população negra tem ainda uma inseparável aliada: a concepção de proveito econômico da terra, numa visão de exploração individualista, que permite ao titular monetizar sua propriedade e adquirir no sistema capitalista financiamento para os seus negócios, ainda que a aplicação dos recursos recebidos nem sejam efetivamente vinculados à terra.

Mattos (2004), ao destacar o estatuto da pureza de sangue no Império português, para justificar o limite ao acesso a cargos públicos, eclesiásticos, títulos honoríficos e propriedades aos chamados velhos cristãos (famílias que seriam católicas há pelo menos quatro gerações), acrescenta que as Ordenações Manuelinas incluíram nas exclusões os

indígenas e descendentes de ciganos, enquanto as Ordenações Filipinas acrescentaram os negros e mulatos, e

> A manutenção da escravidão e a restrição legal do gozo pleno dos direitos civis e políticos aos libertos tornavam o que hoje identificamos como "discriminação racial" uma questão crucial na vida de amplas camadas das populações urbanas e rurais do período. Apesar da igualdade de direitos civis entre os cidadãos brasileiros reconhecida pela Constituição, os brasileiros não-brancos continuavam a ter até mesmo o seu direito de ir e vir dramaticamente dependente do reconhecimento costumeiro de sua condição de liberdade. Se confundidos com cativos ou libertos, estariam automaticamente sob suspeita de serem escravos fugidos – sujeitos, então, a todo tipo de arbitrariedade, se não pudessem apresentar sua carta de alforria.

O acesso à terra, assim como qualquer possibilidade emancipatória na sociedade brasileira dos africanos e seus descendentes, mesmo que libertos ou nascidos livres, estava interrompido pelo sistema político e legislativo vigente.

Atualmente, ainda não nos trouxeram significativas modificações legislativas e encaminhamentos em políticas públicas ou consolidações de programas para assegurar acesso à educação, saúde e meio ambiente equilibrado, assim como a titulação definitiva de terras quilombolas e sua propriedade histórica, com pouco avanço na reestruturação sistêmica dos institutos necessários a discipliná-la.

Sem qualquer alteração no Código Civil e sua regulamentação, prevista para latifúndios ou propriedades urbanas sempre individuais, no máximo, em condomínios e sua ficcional divisão de área comum e particular, a legislação segue tentando ordenar terras originariamente coletivas com outra denotação quanto a seu uso e função com os

mesmos institutos jurídicos seculares e estranhos às culturas dos povos originais e do continente africano.

Vinculada à ideia de "territorialidade, que funciona como fator de identificação, defesa e força", Almeida (2008) destaca que os laços solidários e de ajuda mútua informam um conjunto de regras firmados sobre uma base física, considerada comum, essencial e inalienável, não obstante, disposições sucessórias, porventura existentes e que caracterizam a terra de comunidades tradicionais.

E continua o citado autor por afirmar o desinteresse do sistema legal pátrio em compreender as experiências seculares acumuladas no trato com essas terras ditas de pretos, santos, indígenas e seu arcabouço de princípios construídos concentradamente na oralidade para o uso coletivo, para sua conservação e sucessão entre gerações. Assim é que:

> O censo agropecuário da FIBGE (1980) acusa tão somente os denominados "pastos comuns ou abertos", sem referência à sua dimensão, às áreas geográficas em que se verificam, à relevância de sua produção e os casos semelhantes em atividades agrícolas. [...].
>
> As análises econômicas, ao se omitirem na interpretação das modalidades de uso comum da terra, fundam-se no mais das vezes em noções deterministas para expor o que classificam como sua absoluta irrelevância. Consideram que se trata de formas atrasadas, inexoravelmente condenados ao desaparecimento ou meros vestígios do passado, puramente medievais, que continuam a recair sobre os camponeses, subjugando-os.

Em outras palavras: a imposição do processo colonial, processo esse que exclui quaisquer das experiências realizadas pelas diferentes culturas continua segue uma engrenagem montada para privilegiar os colonizadores originais e suas descendências, atrelado ao modelo

individualista na relação com a terra planejado pelo sistema capitalista e dominação eurocêntrica, o que para o autor[3]

> Fatores étnicos, a lógica da endogamia e do casamento preferencial, as regras de sucessão e demais preceitos que porventura reforcem a indivisibilidade do patrimônio daquelas unidades sociais, são interpretados como um obstáculo a apropriação individual e, por conseguinte, a que a terra seja livremente disposta no mercado. Não autorizando formal de partilha ou mecanismos de fracionamento que permitam a indivíduos dispô-las às ações de compra e venda, aqueles sistemas de uso comum da terra são entendidos como imobilizando a terra enquanto mercadoria no sendo pleno e impedindo que se constitua num fator de produção livremente utilizado.

A propriedade de preto, portanto, continua mal integrada ao sistema legal vigente, por relevante incompatibilidade de sua forma de apropriação coletiva, sua finalidade e relação com a Natureza inerente nesse processo de ser e viver comunitário.

Embora o sistema de uso comum tenha servido para forjar uma coesão capaz de assegurar o acesso à terra, esse sistema continua mal interpretado e seus efeitos desconectados com a tentativa de enquadramento com um sistema legal incompatível, o que torna, de uma forma em geral, terra de preto fora do comércio e impedida de gerar lucratividade e considerada forma de imobilização para a concepção capitalista.

Contraditoriamente, esse processo de territorialização permitiu a configuração de uma identidade para essa população, tornando-a uma comunidade, atribuindo a seus ocupantes força social e política, de onde travam lutas e reivindicam direitos diante do Estado.

[3] ALMEIDA, 2010, p. 107.

As transformações nas relações materializadas por esses ocupantes históricos da terra consolidaram um modelo político e social de acesso e manutenção de sua forma de ser e viver, garantindo identidade, unidade política, para além da identidade afetiva que ali se constrói, a reclamar tratamento legal e revisão da concepção única e excludente planejada pelo império brasileiro.

A força política decorrente dessa relação entre comunidade tradicional e à terra é elemento desestabilizador da proposta eurocentrada e em processo de permanente transformação, pressiona o sistema político nacional, conflitua positivamente o sistema legal, pois passa a exigir novas modulações organizativas, releitura dos institutos jurídicos vigentes e o reconhecimento de que há outro processo eficaz e efetivo de uso e ocupação da terra.

4 PROPRIEDADE COMO DIREITO COLETIVO E A JUVENTUDE QUILOMBOLA

Silva (2020), ao investigar a política social e pública de acesso e garantia da terra pelos quilombolas, destacou, em entrevistas de jovens da Comunidade do Tabuleiro da Vitória, a percepção que se manifesta da incompatibilidade do processo coletivo de uso e produção na terra e o sistema capitalista atomizado, individual e monetarizado da apropriação da terra, que logra completa normatização no sistema legal vigente, traduzida muitas vezes em insegurança, falta de domínio do local em que vive porque não dispõem de "documento de propriedade".

Com expressões como "eu moro na terra dos outros da mesma forma" (Verde); "os mais jovens não têm terra, não têm recibo... Tem jovens que têm terra, mas aqui não... não tem documento [...]" afirmou Roxo.

O senso de coletividade, por conflitar com a compreensão européia de propriedade, mantida socialmente como prática civilizatória, ensinada na formação de crianças, de adultos e nas universidades, manifesta-se para alguns jovens como impedimentos, a exemplo do que declarou Verde: “É uma área em que cada família faz uma casa e tem um terreno gigante e não podem construir” [...]. Ou ainda a referência expressa a precariedade das condições de vida: “Ainda tem muita casa de taipa”, afirma Roxo. “Não tem financiamento”, diz Rocha.

A propriedade coletiva, esse modo de resistir à completa exclusão relaciona-se com a terra como o lugar de identidade e de força política, como o lugar da produção e manutenção de sua herança cultural e ancestralidade, mal compreendida pelo sistema vigente, ainda teoricamente plural, que enfrenta a releitura do modelo de monoculturas - hoje agronegócio- atraindo para a juventude quilombola desafios insofismáveis e o próprio desconforto e tensões pela incompatibilidade com a provocação geral de ser proprietário de terras que o sistema reconhece e financia, assim como continuar na propriedade coletiva, cuja identificação da titularidade é dos mais velhos.

Ademais, as queixas também habitam o cenário de observação dos mais velhos a exemplo do que se recolheu na pesquisa de campo de Silva (2020) no Engenho do Brejo da Guaíba.

Joel afirmou que o trabalho “é todo manual, não tem máquina”. Raildo concorda, mas acrescenta: “pior é quando consegue produzir [e] não consegue transportar”. Joel confirma essa dificuldade e diz que “[...] plantam banana, mandioca, hortelã, que quase tudo o que precisa ele produz”, enquanto [...] "Outros na comunidade precisam comprar algumas coisas, mas a maioria produz quase tudo o que precisa lá”, concluiu Joel.

No final todos os participantes afirmam não ter interesse em sair da comunidade. Abandonando qualquer axiologia imanente é a partir dessas dificuldades e desses laços que seus membros definiram um senso e contextos de justiça que passam por uma luta conjunta pela terra. Por exemplo, ao falar sobre o ataque à fazenda Guaíba, deste ano de 2019, Joel afirma que "acharam que não estávamos preparados [...] Chamaram para uma reunião e na hora era para retirar a gente, mas nós ficamos, pois a única coisa que a gente quer negociar é para ficar na terra".

A leitura da ata dessa reunião deixou perceber que ante os riscos existentes de perda da terra, todos se uniram e se fizeram presentes. Homens e mulheres estavam lá para manter a terra com quem nela produz. Ainda que de uma forma precária, via meros recibos, as terras ficam em nome dos idosos, à míngua da titulação coletiva em favor da Associação, mas são os jovens que atuam na terra e que ficam sem meios para desenvolvê-la, resultando muitas vezes em abandono da terra ou mesmo absenteísmo. É preciso, portanto, construir soluções sociais e legais para abrigo do modelo de propriedade coletiva, que dialoguem com a função atribuída à terra quilombola, que reconheçam o entrelaçamento coletivo entre ser, viver e produzir, num contexto de colaboração dos membros da comunidade, usando o princípio da reciprocidade e da interdependência ambos do bem viver.

5 A PROPRIEDADE COLETIVA QUILOMBOLA E SEU FINANCIAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: POLÍTICA DO BEM VIVER?

Diante dos desafios propostos e ao mesmo tempo diante dos limites construídos historicamente que segundo Santana Filho (2018. p. 148),

> Devido à escravidão de povos africanos, a população negra sempre foi vista pela historiografia brasileira como algo facultado ao colonizador, que coibia qualquer resistência dos escravizados, o conjunto de homens e mulheres negros traficados e violentados como seres pacíficos que eram.
>
> O que fica invisível nos estudos é a organização e as formas de resistência à política econômica e social no território nacional, mesmo tendo conhecimento do conjunto de insurgências e revoltas estudadas por diversos pesquisadores nacionais e internacionais.
>
> [...]
>
> Em uma reação espacial e temporal, estes (os negros) apresentaram a organização política, social e econômica estabelecida, outra forma de ordenamento territorial baseada na liberdade e no aceso e direito a terra para todos os que habitam o Estado, por meio do quilombo, como identidade étnica e política.
>
> O quilombola será o homem que adquire, na condição radical, a liberdade. Ele não pode ser meeiro, camponês ou posseiro ou arrendatário, só pode ser homem livre

O quilombo e as terras que manifestaram sua existência falam de uma relação-função da vida quilombola com a terra, expressão de liberdade, de sobrevivência e, ao mesmo tempo, de identidade, forjada na insurgência contra o lugar atribuído às pessoas escravizadas em solo brasileiro.

A propriedade coletiva de terras, produzida sob modelo quilombola, portanto, é expressão de uma lógica civilizatória distinta da implantada pelo colonizador e que não pode ser interpretada hoje pelas configurações previstas na legislação histórica de terras. A tradução dos efeitos ocasionados com a ocupação territorial das comunidades tradicionais quilombola é outra, para além do severo e excludente que foi oferecido pela Lei de Terras de 1850, que ainda norteia as disposições de um código civil, útil para tratar o modelo de propriedade eurocêntrico,

mas é despropósito para perceber e disciplinar a relação-função da propriedade coletiva.

Essa, a despeito de coletiva, não pode ser excludente de avanços civilizatórios, de sustentabilidade e desenvolvimento, bem como de seu financiamento para a qualidade do bem viver de seus ocupantes.

Da mesma forma como a concentração de riquezas para parte da população brasileira foi possível em decorrência de investimentos, subsídios e financiamentos com recursos públicos, até hoje mantidos, a propriedade coletiva, lugar de ser e viver, precisa ser percebida e tratada no sistema pátrio, constitucionalmente plural, pelas políticas de desenvolvimento econômico, espaço para a realização de ações reparatórias e compensatórias para a população negra, com linhas de financiamentos públicos, de investimentos estatais, com linhas de créditos subsidiados para as diversas produções agrícolas, extrativistas, com tecnologias e soluções tecnológicas e científicas, que assegurem a relação-função que essa terra possui historicamente.

Manejar novas soluções para o aproveitamento saudável e equilibrado das terras quilombolas passa dos limites de programas governamentais. Deve ser política de Estado, considerando os desafios postos na Constituição Federal, nos seus arts. 1º e 3º, entre eles, a consolidação de uma cidadania nacional, garantia de desenvolvimento nacional, erradicação da pobreza e da marginalização, com redução das desigualdades sociais e regionais e pela dignidade da pessoa humana.

A propriedade coletiva não pode ser impeditiva de que recursos sejam movimentados para o desenvolvimento sustentável necessário a assegurar conquistas históricas na relação-função das terras quilombolas, nem razão para condicionamento de investimentos à míngua de documentos formais produzidos sob visão da Lei n° 601 de 18/09/1850,

porque ali não houve nenhuma previsão para um modelo de propriedade que lhe era estranho. Todo o arcabouço de regularização da propriedade no Brasil só se relacionou com a propriedade privada e individual pensada pelo modelo eurocêntrico.

Nesse particular, há um vazio legislativo, incompatível com o modelo da propriedade coletiva e quilombola, apesar do esforço do Decreto n° 4887/2003, concebido nos limites dos institutos jurídicos planejados na Lei de Terras de 1850 e o Código Civil brasileiro, com os seus desdobramentos das legislações complementares.

O tradicional direito de propriedade é naturalmente excludente do outro e o sistema de proteção legal parte desse pressuposto. Silva (2018) destaca ao tratar sobre a oposição de alguns aos efeitos do Decreto n° 4887/2003 que:

> O direito de propriedade, segundo um direito de dispor de um bem, em sua forma plena, e em detrimento de todos os demais, é um direito de exclusão. Veja-se que os outros direitos podem ser exercidos em compartilhamento, mas ao falar do direito de propriedade não se permite achar que alguém é proprietário que tenha o direito de opor seu direito a outrem.
> [...]
> Os que argumentam contra o decreto afirmam que este dispositivo incluiu uma forma diferente de propriedade. Essa nova forma implica reconhecer não uma propriedade individual, ou individuada, mas uma propriedade coletiva e indivisível. Outros assinalam que em virtude dessa conduta somente a lei poderia regularizar o direito do Estado de intervir, retirando a propriedade legal e repassando aos quilombolas.

Os mesmos que assim argumentam, também afirmam que não poderá haver investimentos, financiamentos para produção de terras coletivas e sem titulação e nesse jogo de disputa política desprezam a determinação constitucional que reconheceu a propriedade histórica

dos remanescentes de quilombos — efeito declaratório inerente à ordem constitucional — razão para a titularidade definitiva do que já pertence a tais comunidades.

O primeiro ponto, portanto, para o imediato plano de desenvolvimento social e econômico da propriedade coletiva quilombola é reconhecer que a nova forma de propriedade foi reconhecida na Carta Magna e que a legislação infraconstitucional que lhe for contrária é inaplicável. A titulação deverá ser pautada nos princípios norteadores da construção histórica dessa propriedade e seu reconhecimento para financiamento com recurso público orçado obrigatoriamente nas políticas federais, estaduais e municipais para o desenvolvimento sustentável é exigência constitucional decorrente do tardio reconhecimento dessa forma de ser e viver, estratégia vitoriosa da população negra.

Da mesma forma, os recursos disponíveis para investimentos e financiamentos da riqueza no Brasil precisam ser canalizados por bancos de desenvolvimento estatais ou de recursos transnacionais captados em ajustes internacionais do Estado brasileiro para desfazer o fosso de desigualdade reinantes no território nacional.

A juventude quilombola, que representa a força de trabalho nas comunidades deve ser inserida nesses programas, nessas linhas de investimentos, haja vista que a natureza coletiva é incompatível com a alegação de que o documento de titulação é em nome dos mais velhos, na medida que os mais velhos são nomeados em tais documentos como representantes das comunidades.

É impossível ao Estado brasileiro continuar alegando a impossibilidade de agir, através das políticas públicas e linhas de investimentos específicas para promoção do desenvolvimento econômico e social,

equilibrado com o meio ambiente saudável para o bem viver por falta de documentação de uma propriedade que é anterior à própria lei de terra de 1850, a ponto de determinar as provocações de José Bonifácio para a revisão do modelo de ocupação das terras na era do império, para limitar as sesmarias e regularizar as terras de pretos e mulatos livres, como frisou José Luiz Cavalcante (2005), quando tratou da lei de terras de 1850 e a reafirmação do poder básico do Estado sobre a terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que os obstáculos estejam postos para a emancipação econômica das comunidades quilombolas, sempre objeto de receio do sistema constituído dos grupos econômicos e laborais do país, especialmente as produções individualistas do agronegócio com seu capital transnacionalizado, é necessário frisar que o processo dialético e renovado de resistências continua operando resultados para a configuração da propriedade coletiva, reconhecida no texto constitucional e, na prática, existente para milhares de remanescentes de quilombos em áreas rurais e urbanas.

As mulheres quilombolas, especialmente a juventude, tem oferecido notáveis exemplos dessa reinvenção para o Século XXI de produção coletiva, partindo da compreensão da propriedade coletiva e histórica, a exemplo do Núcleo de Mulheres Quilombolas Marias Filipas do Vale do Iguape – Cachoeira-Ba.

Santos e Jovelino (2021) destacam a estratégia de produção coletiva, em terras quilombolas, ao explicitar:

> A participação ativa e o protagonismo das mulheres quilombolas no Conselho Quilombola pontuam um conjunto de demandas. Desse modo as

> mulheres no processo coletivo fundaram o Núcleo de Mulheres Quilombolas da Bacia e do Vale do Iguape Marias Filipas, cujo nome homenageia a quilombola e ativista Maria Filipa e que, sob a forma de instituição de natureza civil, registrada juridicamente e sem fins lucrativos, sem distinção de raça, cor, ideologia política, é ferramenta para a ampla divulgação do modo de produzir, de viver e de pautar no interior e fora da comunidade as pretensões dessas mulheres em franca transformação, com o visor de observação no passado de sua ancestralidade para construir o futuro indispensável para as próximas gerações.
>
> Sua estrutura é colegiada, com a participação de representação das 16 comunidades quilombolas localizadas na região da Bacia e Vale do Iguape, no Recôncavo da Bahia.
>
> A escolha das conselheiras respeita critérios de ter assento e assiduidade no Conselho Quilombola da Bacia e Vale do Iguape, sendo, portanto, constituído de mulheres, lideranças ativistas quilombolas. As reuniões são rotativas entre as 18 comunidades e rotativas na coordenação entre as conselheiras nas das assembleias gerais ou extraordinárias.

Ainda segundo as autoras,

> Para a consecução de suas finalidades, o Núcleo de Mulheres Marias Filipas articula, mobiliza, organiza, apoia ou executa ações e projetos com base nos princípios da Justiça e igualdade étnico-racial, combate ao racismo e violência contra a mulher, autonomia, representatividade coletiva, participação e respeito às diversidades.

E concluem:

> A partir da criação desse Núcleo, as mulheres quilombolas da Bacia e Vale do Iguape perceberam que os diálogos e as estratégias em rede, as celebrações comunitárias, os fazeres cotidianos poderiam originar, pela potencialidade que possuem, alternativas de geração de trabalho e renda, com o aproveitamento dos saberes locais, seja com a agricultura,

> gastronomia, com recursos naturais e a partir daí estabeleceram estruturas produtivas e de organização social.

Destaque-se, também, que o ordenamento jurídico não está à míngua de disposições legais que traduzem o desejo constitucional de emancipação social e econômica da invenção bem sucedida da insurgência do povo preto, na medida que a lei federal n° 12.228 de 20/07/2010 já estabelece, de forma objetiva, a implementação de políticas públicas capazes de promover o acesso da população negra à terra e às atividades produtivas no campo (art. 27) e tratamento diferenciado, assistência técnica e linhas especiais de financiamento público, destinados à realização de suas atividades produtivas e de infraestrutura (art.33)[4].

Não é mais possível pensar o Brasil sem a pluralidade de suas organizações comunitárias e ancestrais, onde se vislumbram soluções inclusivas para a construção de uma sociedade inclusiva e justa.

O Estado brasileiro, sendo naturalmente um centro conflituoso de interesses, com prevalência muitas vezes do império do capital, dissociado da própria condição humana de ser e viver coletivamente para sua consolidação, atravessa, mais uma vez, a confluência entre o modelo autoritário e o democrático social, com retrocessos que alcançam as comunidades tradicionais, entre elas, as comunidades quilombolas reconhecidas pelo texto constitucional de 1988, a partir da propriedade coletiva, fonte de sua identidade política e social.

Para avançar na tão pretendida inclusão pela Constituição Cidadã é indispensável reconhecer a inaplicabilidade do sistema de

[4] BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de junho de 2010** Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 15 out. 2021.

propriedade privada e individual prevista no ordenamento jurídico pátrio e manejar alterações legislativas específicas para a consolidação e delineamento da propriedade coletiva, que reflete da relação entre - ser humano - terra - uma visão ancestral, modo de viver e ser e de produzir baseada em princípios que contradizem o capitalismo vigente.

O Estado brasileiro há de consagrar como política de Estado e não apenas programa de governo o financiamento, com linhas permanentes de investimentos na forma de produção de cada comunidade quilombola, mediante amplo diálogo, compreendendo que não se trata unicamente de produção agrícola que se configura nessas comunidades.

Encetando esforços republicanos, o Estado brasileiro, alimentado pelos princípios constitucionais, precisará de políticas compensatórias representadas por crédito subsidiado, captação de recursos internacionais e política tributária diferenciada, com imposição da redistribuição de renda e desconcentração de riqueza a partir de impostos progressivos e com programas governamentais que incluem tais aportes tributários em infraestrutura, pesquisa e aparato tecnológico para o desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas.

Os beneficiários diretos executores dessas ações coletivas na comunidade serão certamente a juventude, já qualificada pelas políticas educacionais construídas coletivamente, baseadas na pluralidade formativa desse país.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de**. Terra de quilombo, terras indígenas, "babaçuais livre", "castanhais do povo", faixinais e fundos de pasto**: terras tradicionalmente ocupadas. 2. ed, Manaus: Pgsca–Ufam, 2008. *E-book*. Disponível em: https://www.ppgcspa.uema.br/wp-content/uploads/2017/07/Alfredo-Wagner-B-de-Almeida_Terras-Tradicionalmente-Ocupadas.pdf. Acesso em: 15 out. 2021.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras de preto, terras de santo, terras de índio:** uso comum e conflito. *In:* BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasil rural em debate: coletânea de artigos. Coord. Nelson Giordano Delgado. Brasília: CONDRAF/MDA, 2010. *E-book.*

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 out. 2021.

BRASIL. **Decreto n.º 6.261, de 20 de novembro de 2007.** Dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6261.htm. 15 out. 2021.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasil rural em debate: coletânea de artigos. Coord. de Nelson Giordano Delgado. Brasília: CONDRAF/MDA, 2010.

BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de junho de 2010** Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 15 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850.** Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Brasília, DF: Presidência da República, 1850. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm. Acesso em: 15 out. 2021.

CAVALCANTE, José Luiz. A Lei de Terras de 1850 e a reafirmação do poder básico do Estado sobre a terra. Governo do Estado de São Paulo, 2 jun. 2005. Disponível em: http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao02/materia02/. Acesso em: 16 jun. 2021.

FRAGA, Walter. **Encruzilhadas da liberdade**: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2014.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Cadastro Ambiental Rural de Territórios Quilombolas.** Coordenação Geral de Regularização de Territórios

Quilombolas (DFQ), Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária (DF), 2019. Disponível em: https://bit.ly/3wQ5uCq. Acesso em: 16 nov. 2021.

LIMA, Marcia; MILANEZI, Jaciane; SOUSA, Caio Jardim; GUSMÃO, Hugo Nicolau Barbosa de; BERTOLOZZI|, Thayla Bicalho. Desigualdades Raciais e Covid-19: o que a pandemia encontra no Brasil? **Afro:** Informativo Desigualdades raciais e Covid-19, out. 2021. Disponível em: https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2020/11/Afro_Informativo-1_final_-2.pdf. Acesso em: 15 out. 2021.

MATTOS, Hebe Maria. **Escravidão e cidadania no Brasil monárquico.** 2. ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2004.

MENEZES, Olindo Herculano de. **Perfil da propriedade contemporânea:** destaque da propriedade fundiária. 2009. 517 f. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de Brasília, (UnB), Faculdade de Direito, Programa de Pós-graduação em Direito, Brasília, 2009. Disponível em: http://dominiopublico.mec.gov.br/download/teste/arqs/cp148976.pdf. Acesso em: 11 nov. 2021.

SANTANA FILHO, Diosmar Marcelino de. **A Geopolítica do Estado e o Território Quilombola no século XXI.** Jundiaí, SP, Paco, 2018.

SANTOS, Cléia Costa dos; JOVELINO, Rosane Viana. Mulheres Quilombolas, identidades insurgentes. A experiência dos Núcleos Produtivos de mulheres quilombolas da Bacia e Vale do Iguape *In:* SILVA, Edith Amara Rodrigues da; MUNIZ, Veyzon Campos (Org). **Direito Antirracista e Antidiscriminatório.** Studio Sala de aula, 2021. Coleção Direito para todos, 1º vol.

SILVA, Gilmar Bittencourt Santos. **Direitos dos Remanescentes de Quilombolas:** dimensão de um direito constitucional. Salvador: Ed. do Autor, 2018.

SILVA, Gilmar Bittencourt Santos. **Quilombo como categoria do pluralismo das ordens Jurídicas: efeitos sobre as Políticas Sociais Públicas de acesso à terra.** 145 f. 2020. Tese (Doutorado em Políticas Sociais e Cidadania) - Programa de Pós-Graduação de Políticas Sociais e Cidadania, da Universidade Católica do Salvador, 2020.

13

POVOS TRADICIONAIS E AFRO-BRASILEIROS: VULNERABILIDADE E RESISTÊNCIA FRENTE À PANDEMIA

Andaraí Ramos Cavalcante

INTRODUÇÃO

Neste artigo serão apresentadas consequências da pandemia do coronavírus/covid-19 em grupos populacionais, culturais e indentitários que historicamente vivenciaram e vivenciam situações de vulnerabilidade em decorrência das marcas profundas deixadas por séculos de colonização/escravidão e consequentemente subalternidade a que foram submetidos e que continuam a exemplos dos povos indígenas, quilombolas, moradores das periferias e em particular a juventude negra. Tais populações tiveram suas situações agravadas ainda mais, em decorrência da crise sanitária de ordem mundial e que no caso particular do Brasil ganhou uma dimensão ainda mais drástica devido à crise de ordem política enfrentada no país.

É de conhecimento público nacional e internacional que a sociedade brasileira enfrenta uma crise de ordem econômica e política, agravada ainda mais em decorrência da negação da autoridade máxima do país da gravidade da pandemia. Em função deste posicionamento político foi negligenciado no que diz respeito às ações de combate à crise sanitária. Desta forma não foram tomadas de imediato as medidas necessárias para minimizarem os efeitos na sociedade brasileira e particularmente em relação a determinados grupos populacionais. Tal

realidade tornou ainda mais complexas e dramáticas as marcas históricas das desigualdades brasileiras.

Em meio os discursos minimizadores do impacto da doença adotados por líderes de alguns países, inclusive o nosso, e críticas a uma pretensa cobertura "exagerada" da imprensa, entre os dias 13 e 20 de janeiro de 2020 a doença é detectada em outros países, além da China local de origem do vírus. Três dias depois, a Organização Mundial de Saúde - OMS reconhece o caso como uma emergência na China, e no dia 30, declara emergência de saúde pública de interesse internacional, em função da disseminação do coronavírus em 19 outros países. Aqui no Brasil, naquele momento, nove casos, em seis estados, estavam a sendo investigados, mas conforme o Ministério da Saúde, nenhum foi confirmado[1].

Na primeira quinzena de janeiro, algumas matérias jornalísticas brasileiras sobre o então surto compararam a nova pneumonia misteriosa com doenças respiratórias que ameaçaram sair do controle neste século[2], mostrando que o receio de uma epidemia ou, pior, uma pandemia, rondou as primeiras notícias sobre a infecção viral. Mas, as primeiras declarações públicas sobre o novo coronavírus, dadas pelo presidente da República em finais de janeiro, sugeriram que a situação não era "alarmante"[3], pois não existiam casos confirmados no país. Entretanto, o Brasil registrou seu primeiro caso de covid-19, em finais de

[1] Acessar: https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2020/01/oms-declara-emergencia-de-saude-publica-internacional-para-novo-coronavirus

[2] A Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS), a Síndrome Respiratória do Oriente Médio (MERS) e a Gripe Aviária, as duas primeiras, doenças respiratórias graves causadas por vírus da família coronavírus responsáveis, respectivamente, por um surto e uma epidemia, e a última causadora da pandemia de H1N1. Acessar: https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2020/01/06/a-misteriosa-pneumonia-que-preocupa-a-china.ghtml.

[3] Acessar: https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,nao-e-uma-situacao-alarmante-diz-bolsonaro-sobre-coronavirus,70003173424

fevereiro. A imprensa internacional já fala em crise mundial nas cadeias de produção e abastecimento. A incerteza trazida pelo vírus já começava a afetar a economia mundial.

Mas as incertezas e tensões, evidenciadas em decorrência da desestruturação ou reestruturação de cenário político contemporâneo foi mundialmente suplantada e ou agravada diante do aumento cada vez maior do número de mortes provocadas pelo novo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, causador da doença covid-19. A negação da gravidade da crise sanitária de ordem mundial e particularmente no Brasil por parte da autoridade máximo do país não foi feita só quando das primeiras notícias em decorrência dos primeiros casos, mas tal comportamento passou a fazer parte de uma postura político ideológico do presidente, como parte de posicionamento negacionista em relação à ciência e consequentemente em relação a doença.

As discussões rapidamente pontuadas acima servem de orientação para a construção deste artigo. Além desta introdução, o mesmo está embasado em notícias que foram veiculadas nas mídias, na segunda parte serão abordadas questões gerais visando traçar um panorama da pandemia, na terceira os reflexos das pandemias para as populações tradicionais em especial a população negra e as marcas históricas das desigualdades; por fim, algumas considerações finais.

UM PANORAMA DA PANDEMIA

Nesta segunda parte ainda que de forma sintetizada traçamos em linhas gerais um quadro de como no Brasil no primeiro ano, o número de casos foram crescendo de forma drástica, desde a identificação das primeiras ocorrências em março de 2020 e como chegamos a maio de

2021 com números inimaginável de 16.121.135 casos e 450.026 óbitos pelo coronavírus /covid-19.

Conforme registro da imprensa nacional e internacional os primeiros surtos, casos de uma doença que apareceu na cidade de Wuhan na China e que se assemelhava a uma pneumonia começaram a ser divulgados, particularmente no final de 2019. Já em janeiro de 2020, o "novo coronavírus (SARS-CoV-2) estava concentrado na China, e só alguns casos chegavam a outros países, por meio de pessoas infectadas que viajaram de avião ou navio"[4].Já naquele momento começou a ficar evidente a rapidez da propagação do vírus em decorrência do aumento dos números de infectados que no referido mês, chegou a 10.000 na China e se espalhou por mais 129 países. Agravando ainda mais a tensão devido ao aumento de casos registrados e vários surtos na Coreia do Sul, Itália, Alemanha e Espanha.

É importante sinalizar também as perguntas sobre o aparecimento da doença e quais foram as primeiras explicações para o surgimento do vírus. Os casos iniciais da doença foram identificados e descritos na cidade de Wuhan – a mais populosa da China Central, em dezembro de 2019. A origem inicialmente dada como incerta. Especulou-se que a doença surgiu pela convivência próxima entre humanos e animais silvestres à venda num mercado atacadista da cidade de Wuhan. Desta forma a nova pandemia da globalização traz em si aspectos e interconexões[5] entre os diferentes modos de vida, uma economia globalizada, a facilitação do trânsito (de pessoas, mercadorias, informações, doenças) pelo mundo, as demandas ecológicas.

[4] https://brasil.elpais.com/brasil/2020/03/12/ciencia/1584026924_318538.html

[5] Acessar: https://brasil.estadao.com.br/blogs/inconsciente-coletivo/boaventura-de-sousa-santos-a-quarentena-dentro-da-quarentena/

Na primeira quinzena de janeiro, algumas matérias jornalísticas brasileiras sobre o então surto comparavam a nova pneumonia misteriosa com doenças respiratórias, porém ameaçada de sair do controle neste século[6], mostrando o receio de uma epidemia, são as primeiras notícias sobre a infecção viral. Entre os dias 13 e 20 de janeiro a doença é detectada em outros países, além da China. Três dias depois, a Organização Mundial de Saúde - OMS reconhece o caso como uma emergência na China, e no dia 30, declara *emergência de saúde pública de interesse internacional*, em função da disseminação do coronavírus. Aqui no Brasil, naquele momento, nove casos, em seis estados, estavam a ser investigados e conforme o Ministério da Saúde, nenhum confirmado[7].

No Brasil já no mês de fevereiro começaram a ser identificados casos suspeitos e em 27 de fevereiro de 2020, 132 casos foram monitorados pelas secretarias e Ministério da Saúde. Sendo que nos primeiros dias do mês de março os números de casos suspeitos praticamente triplicaram chegando a 488 casos suspeitos, e em 05 de março a sociedade tomou conhecimento do primeiro caso resultado da transmissão interna, e 8 casos confirmados em pelo menos três estados. Em paralelo, um quadro começava a se delinear, avanços de casos no Brasil. O presidente da nação faz uma fala pública, posição que torna-se a marca da ação política por parte do mesmo, com postura de negação da doença e da gravidade da situação.

A propagação da covid-19, consequentemente a doença, atingiu tal nível de gravidade que em 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde declarou como a pandemia de coronavírus covid-19.

---

[6] Acessar: https://brasil.elpais.com/brasil/2020/03/12/ciencia/1584026924_318538.html

[7] Acessar: https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2020/01/oms-declara-emergencia-de-saude-publica-internacional-para-novo-coronavirus

Quanto à situação no Brasil, foi em 26 de fevereiro de 2020 que o Ministério da Saúde notificou e confirmou o primeiro de caso de Coronavírus no Brasil, na cidade de São Paulo. Um homem não identificado, que esteve em viagem pela Itália sendo identificado também como o primeiro caso de covid-19 na América Latina.

Quanto ao primeiro óbito, registrado em 16 de março de 2020, foi informado que se tratava de um homem de 62 anos que possuía comorbidades, histórico de diabetes e hipertensão.

Ao reconhecer a gravidade da crise sanitária que atingiu um caráter mundial a OMS decreta a urgência e necessidade de medidas de combate à pandemia. Sendo entendida pela OMS como termo que se refere à distribuição geográfica de uma doença e não à sua gravidade. A designação reconhece que, no momento, existem surtos de covid-19 em vários países e regiões do mundo.

O órgão ligado à ONU responsável por tratar destas questões o Comitê de Emergência do Regulamento Sanitário Internacional chama atenção que, dentre as medidas para contenção da propagação do vírus, torna-se de vital importância "isolar e tratar os casos, rastrear contatos e promover medidas de distanciamento social compatíveis com o risco"[8]. Os jornais brasileiros mostraram, impressionados, a agilidade da resposta das autoridades governamentais e sanitárias chinesas, dentre elas, um lockdown (bloqueio), o controle rigoroso da população em Wuhan. Enquanto isso, o Presidente do Brasil afirmou que a pandemia era 'muito mais fantasia' e que a doença causada pelo vírus era

[8] Acessar:https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6100:oms-declara-emergencia-de-saude-publica-de-importancia-internacional-em-relacao-a-novo-coronavirus&Itemid=812

'gripezinha'. Isso nas primeiras semanas do mês de março de 2020, quando o país já tinha registrado mais de 2,5 mil casos e 60 mortes".[9]

Sendo que em 20 de março de 2020 o Ministério da Saúde Pública publica a portaria nº454 declarando reconhecimento de transmissão comunitária do novo coronavírus em todo o território nacional, apesar de nem todas as regiões apresentarem esse tipo de transmissão. A declaração dada pelo Ministério da Saúde, autoridade diante de todos os gestores nacionais, aponta para a adoção de medidas que promovam distanciamento social e evitem aglomerações. Desta forma, em 31 de março o Brasil registra 4.683 casos de covid19 e 140 mortes.

A situação vai crescendo e em março, o colapso se espalha pelo território nacional, os hospitais em todo o país com mais de 100% de índice de ocupação de leitos em unidades de terapia intensiva (UTI) e uma média móvel de mortes na casa de 1.841 após 20 dias seguidos de recordes de óbitos. Mas enquanto, a população de um modo geral reconhecia a "importância do trabalho dos profissionais de saúde e aplaudem pacientes recuperados"[10]e [11]apelavam para que as pessoas ficassem em casa". Mais uma vez, o Presidente da República chamou de "fantasia", "não é isso tudo o que dizem", "histeria", "superdimensionado[12]".

Ainda no mês de março de 2020 apesar da portaria do Ministério da Saúde, o Presidente brasileiro diante de um posicionamento firme dos governadores em relação a acatar todas as medidas proposta pela OMS como as formas mais efetivas de combate a pandemia, segue na

[9] https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52042535

[10] Acessar: https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/04/16/video-paciente-com-covid-19-e-aplaudido-ao-receber-alta-de-uti-apos-29-dias-internado-no-df.ghtml

[11] Acessar: https://oglobo.globo.com/sociedade/coronavirus-profissionais-de-saude-sao-homenageados-com-aplausos-nas-janelas-24319194

[12] https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52042535

contramão do que assevera a Organização Mundial de Saúde (OMS) e a Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI), entre outras entidades. Desta forma ainda segundo a reportagem "diante uma queda de braço com governadores dos Estados brasileiros", afirmando que defendia uma estratégia chamada por ele de "isolamento vertical": onde só idosos e pessoas com doenças pré-existentes deveriam ficar em isolamento"[13].

Todas as demais pessoas deveriam ser liberadas para trabalhar normalmente, pediu o Presidente — o que incluiu a reabertura dos estabelecimentos comerciais, fechados já há uma semana em várias cidades brasileiras[14]

Os embates com relação colocação em prática de medidas de combate ao coronavírus entre o Presidente e Governadores foi alvo de matérias jornalísticas na imprensa internacional com destaque para o Financial Times que chamou atenção para a subnotificação de casos e o grande número de aberturas de covas em cemitérios de São Paulo. Na matéria constam críticas ao Presidente brasileiro, sinalizado que "O presidente Jair Bolsonaro é um dos poucos líderes mundiais minimizando os riscos do vírus"[15]. Destacando, ainda, o posicionamento dele ao afirmar "Ele alega que a pandemia criou um 'clima de terror' e criticou governadores estaduais por imporem bloqueios parciais"[16]

Nos meses de abril e maio, em decorrência do aumento de casos na sociedade brasileira, demandou-se ao Governo Federal novas medidas. Em abril, o país chegou à marca dos 79.685 de Covid-19 e 5.513 números

[13] https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52042535

[14] https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52044708

[15] https://exame.com/economia/financial-times-publica-reportagem-sobre-subnotificacao-de-casos-no-brasil/

[16] https://exame.com/economia/financial-times-publica-reportagem-sobre-subnotificacao-de-casos-no-brasil/

de mortes. Outro dado marcante do agravamento da situação foram os dados evidenciando que o Brasil tinha mais casos confirmados que a China, além do "estudo do Imperial College London apontando que o país estava com a maior taxa de contágio da Covid-19 em todo o mundo".[17]

Ainda no final do mês de abril de 2020, diante da gravidade da situação, foi decretado pela Justiça lockdown no Maranhão por 10 dias, a partir do dia 05 de maio. E, a possibilidade, também, de lockdown no Pará. Sendo várias as razões que explica tal realidade e justifica a medida, sendo uma das apresentadas pela meios de comunicação o colapso do sistema de saúde, e o registro de 50 mortes em domicílios nos últimos dez dias[18]. Outro fato marcante que teve grande repercussão nas mídias nacional e internacional foram as cenas de aberturas de covas em cemitérios de Manaus e São Paulo para atender o aumento do número de enterros. Quando os referidos Estados tiveram aumentos recorde no número de mortes.

Iniciamos o mês de maio com o Brasil ultrapassando a China em números de mortes. Mas mais uma vez o Presidente do Brasil reafirmou o seu posicionamento ao ser questionado em relação ao aumento do número de casos, e respondeu: "E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Sou Messias, mas não faço milagre"[19]. Em 31 de maio de 2020 o Brasil ultrapassa a marca de 500 mil casos confirmados do novo coronavírus. São 514.849 pessoas infectadas desde o início da pandemia. Em 24 horas, o Ministério da Saúde registrou 16.409 novos casos. Com 480 novas

[17] https://exame.com/ciencia/estudo-mostra-que-brasil-tem-maior-taxa-de-contagio-de-covid-19-no-mundo/

[18] https://www.scielo.br/j/csc/a/4BHTCFF4bDqq4qT7WtPhvYr/?lang=pt

[19] https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/04/28/sou-messias-mas-nao-faco-milagres-diz-bolsonaro-sobre-recorde-de-mortes.htm

mortes contabilizadas, o país passa a ter 29.314 óbitos decorrentes da covid-19.

Em junho de 2020, a imprensa, os meios de comunicação e a população em geral foram surpreendidos com o atraso na divulgação por parte do Ministério da Saúde, como normalmente ocorriam, dos dados atualizados sobre o número de casos e mortes devido a covid-19. Nos primeiros meses os dados divulgados eram das Secretarias de Estados, do Ministério da Saúde e do consórcio de veículos de imprensa. No referido mês, por decisão do Presidente de limitar o acesso aos dados sobre a covid-19 e tentar alterar as informações divulgadas, é formado um consórcio de imprensa que passa a publicar os dados divulgados pelo Ministério da Saúde e das Secretarias de Saúde dos Estados. Desta forma o mês foi considerado um dos piores momentos da chamada primeira onda da covid-19 , o mês termina com o registro de um total de casos de 1.402.041 e 59.594 óbitos.

Cinco meses depois da primeira morte, nos meses de agosto, setembro e outubro o povo brasileiro teve por um período a leve sensação de que estaria ocorrendo um certo controle da pandemia já que ocorreu uma mínima estabilidade do número de casos, inclusive uma diminuição no número de mortes. Mas é importante salientar as seguintes considerações: primeiro as autoridades falaram que poderia estar ocorrendo um cuidado maior da população, mas era necessário continuar mantendo os cuidados; segundo para imprensa um possível represamento dos dados ou atraso da notificação dos dados, porém para Alves

tal situação poderia sugerir "uma estabilidade". Porém, Alves chamou atenção para a " descida vista entre julho e agosto não era sustentável".[20]

Uma entre muitas outras características singulares do vírus SARS-CoV-2, causador da pandemia de coronavírus Covid-19, além da rapidez no processo de transmissão, contaminação é também capacidade de mutação, de formação de novas variantes. É importante sinalizar quatro variantes que ainda em 2020 em algum momento tiveram repercussão no Brasil. Em setembro o aparecimento da variante ALFA surgida no Reino Unido. No mês de outubro a DELTA, com sua origem na Índia. A BETA provavelmente em dezembro na África do Sul e a GAMA no Brasil em especial no Amazonas. As consequências, além do risco principal do aumento da contaminação, saíam do controle a manutenção de medidas sanitárias, porque mesmo já com a quantidade de conhecimentos em relação ao coronavírus, ainda sim, trata-se de vírus novo. A indecisão frente a necessidade de fechamento dos aeroportos trouxe consequências negativas para a imagem do Brasil, bem como a posição negacionista do Presidente brasileiro.

No mês de novembro os casos e números de mortes voltaram a crescer no Brasil atingindo um número de 6.336.278 de contaminados e 173.165 óbitos. Ainda segundo dados, o país voltou a registrar 50 mil novos casos em 24 horas. Mas conforme noticiado pela imprensa o mês de novembro de 2020 foi marcado também pelo crescimento recorde nos números de mortes por Covid-19 no mundo. É importante destacar que as análises dos especialistas foram sendo confirmadas, inclusive em decorrência de outros fatores que de certa forma não eram levados em

[20] https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/09/03/brasil-termina-agosto-com-28947-mortes-pela-covid-19-apontam-secretarias-de-saude-especialistas-alertam-que-pandemia-nao-acabou.ghtml

consideração, por parte das autoridades, que na prática já tinham uma postura de negligenciar as consequências da doença, e a população de um modo geral foi relaxando com os cuidados.

Outro momento de tensão desta vez foi entre o Presidente do Brasil e as mais diversas autoridades da saúde, que ficou conhecido como kit Covid-19. Mesmo diante do posicionamento firme da OMS, Epidemiologistas, vários outros Órgãos e pesquisadores/as de Universidades ratificando que não existia tratamento precoce contra a Covid-19. "Não há remédios que previna contra a infecção ou desenvolvimento da doença"[21]. Contudo, o tratamento precoce foi entre outras situações já explicitadas anteriormente, a marca do posicionamento do Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, o negacionismo colocou-se como estratégia para a pandemia em detrimento do distanciamento social. Em seu discurso o Presidente atribuiu aos Governadores e Prefeitos a decisão de adotar a medidas sanitárias, apontando que esses estavam equivocados, esses que são seus adversários políticos"[22]. Desta forma em vários lugares no Brasil o procedimento foi repetidamente propagandeado sendo inclusive disponibilizado na forma de kit Covid-19. "Além de serem ineficazes, alguns dos medicamentos incluídos no chamado kit Covid-19 também podem causar sérios efeitos colaterais em pacientes e até matar"[23].

---

[21] https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/04/14/Rem%C3%A9dios-ineficazes-do-kit-covid-o-que-a-ci%C3%AAncia-diz-de-cada-um

[22] https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/04/14/Rem%C3%A9dios-ineficazes-do-kit-covid-o-que-a-ci%C3%AAncia-diz-de-cada-um

[23] https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/04/14/Rem%C3%A9dios-ineficazes-do-kit-covid-o-que-a-ci%C3%AAncia-diz-de-cada-um

O mês de dezembro foi marcante porque teve início a vacinação contra Covid-19, mas nos países da Europa sendo a Inglaterra o primeiro no dia 08 de dezembro de 2020.

Segundo os dados publicados no mês de dezembro, o Brasil voltou a registrar um aumento nos números de óbitos chegando a 194.976. A sociedade brasileira passou a vivenciar um momento de agravamento que foi identificado com a segunda onda que significou um aumento dos casos, superlotação dos hospitais, mas vale salientar que o público que agora são contaminados em sua maioria deixaram de ser principalmente os idosos, mas também, em sua maioria passaram a ser os jovens. Segundo Alves, "A segunda onda já se impôs desde final de outubro. É óbvio que tenhamos um acréscimo nos números de óbitos, em dezembro – que ainda não acabou –, muito maior que em novembro", [24]passou de 200.000 óbitos.

Mas diferente dos países da Europa, e de alguns países das Américas, no Brasil a vacinação só teve início no mês de janeiro, no mês com o maior número de casos confirmados 1.528.948.

Se por um lado a possibilidade da vacina chegar ao Brasil, por outro ela não avança para chegar no braço dos brasileiros, ainda que o Brasil seja referência mundial em campanhas de imunização. A explicação divulgada pela imprensa quanto as "idas e vindas" nas negociações com o Governo Federal e a demora na assinatura do contrato atrasaram sobremaneira o cronograma e a oferta de vacinas"[25]. Ainda conforme matéria o "Ministério da Saúde avançou e ficou perto de um desfecho positivo

[24] https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/12/29/dezembro-tem-maior-numero-de-mortes-por-covid-19-no-brasil-desde-setembro-indicam-secretarias-de-saude.ghtml

[25] https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/05/27/brasil-poderia-ter-sido-primeiro-do-mundo-a-vacinar-afirma-dimas-covas-a-cpi

em outubro, com a assinatura de um protocolo de intenções no dia 19 para fornecimento de 46 milhões de doses"[26].Mas a postura política negacionista do Presidente brasileiro voltou a agir de forma que resultou mais uma vez em prejuízos e danos para a população brasileira.

O contrato ficou em suspenso por quase três meses após declarações de Jair Bolsonaro contra a aquisição dos imunizantes".[27]

Mesmo com o início da vacinação depois de todos os embates entre Presidente, Ministério da Saúde e governadores e cujo processo de logística para imunização, inicialmente previu grupos prioritários, idosos e profissionais de saúde da linha de frente**.** Neste mesmo mês, o estado do Amazonas começou a viver um colapso com a segunda onda, com a falta de oxigênio nos hospitais de Manaus.

Já viramos um ano de pandemia, quando em 24 de fevereiro de 2021 o país ultrapassou 250.000 vítimas. Pouco mais de um ano após a covid-19 ter feito a primeira vítima no Brasil: e, o mundo, superava 2,6 milhões vidas perdidas para a doença.

No Brasil, as primeiras declarações públicas sobre o novo coronavírus, dadas pelo Presidente da República em finais de janeiro, sugeriram que a situação não era "alarmante"[28], mas chegamos em 05 de abril de 2021 com 320.590 morte confirmadas por covid-19 e março como o mês que ocorrem mais morte segundo dados divulgados de "cada cinco pessoas que morreram em decorrência da Covid-19 no

[26] https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/05/27/brasil-poderia-ter-sido-primeiro-do-mundo-a-vacinar-afirma-dimas-covas-a-cpi

[27] https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/05/27/brasil-poderia-ter-sido-primeiro-do-mundo-a-vacinar-afirma-dimas-covas-a-cpi

[28] Acessar: https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,nao-e-uma-situacao-alarmante-diz-bolsonaro-sobre-coronavirus,70003173424

Brasil, uma perdeu a vida em março de 2021"[29] , sendo que no referido mês ocorreram o dobro de morte do mês anterior e em único dia teve mais mortes que os 10 países com o maior número de mortes em 24 horas. Se conforme demonstrado março e abril foram meses extremamente letais, em maio esse quadro trágico foi alterado com números muito mais altos. Desta forma apresentamos a trajetória de indicadores, pessoas vítimas de um discurso e política negacionista que ceifou vidas de brasileiros e brasileiras , destruindo famílias, resultando no período considerado, 16.545.554 casos de coronavírus e 462.791 vidas perdidas.

PANDEMIA NO BRASIL E GRUPOS POPULACIONAIS, CULTURAIS E IDENTITÁRIOS

Conforme os objetivos do artigo nesta parte será colocado em evidência consequências da pandemia da Covid-19 em grupos populacionais, culturais e identitários no Brasil. Iniciaremos definindo quem são os grupos identificados como identitários neste artigo: povos indígenas, quilombolas, moradores das periferias em sua maioria corpos negros e indígenas que tiveram suas situações agravadas ainda mais em decorrência da crise sanitária de ordem mundial.

Logo nos primeiros meses da pandemia foi-se evidenciando a gravidade de toda essa realidade dos efeitos da crise sanitária de ordem mundial no Brasil em especial para a maioria da sua população negra que segundo dados do IBGE são 54% da população brasileira.

Segundo Molina (2016) afirma que:

[29] https://www.oxfam.org.br/blog/entenda-como-a-pandemia-de-coronavirus-afeta-as-comunidades-tradicionais/

> *A população afrodescendente, juntamente com os indígenas, continua sendo uma das mais desfavorecidas, apresentando níveis mais altos de ruralidade, pobreza, desemprego, analfabetismo e migração, associados com menor acesso aos serviços de saúde e saneamento ambiental.*

Conforme documento da OXFAM baseado em dados do Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento PNUD consta que no Brasil é composto por 25% de comunidades tradicionais sendo que "as comunidades e povos tradicionais ocupam e usam territórios e recursos naturais"[30]. Ainda, o citado documento é referenciado em dados do IBGE em 2019 " existiam quase 6 mil localidades quilombolas no Brasil"[31]. Quanto aos povos indígenas são 255 povos, segundo censo 2010 são 0,47% da população brasileira, ou seja, 896.917 indígenas.

Quem são os jovens brasileiros? No Brasil, de acordo com o Estatuto da Juventude são considerados jovens a parcela da população com idade de 15 a 29 anos, segundo dados do IBGE do censo de 2010, o número de jovens corresponde a um quarto da população no Brasil, ou seja, 51,3 milhões de pessoas. Segundo esse mesmo censo, tais jovens se autodeclararam, com relação à raça/cor e sexo, de cor parda 45%, preta 15%, branca 34%, sendo 49,6% homens e 50,4% mulheres.

Consideramos importante detalhar os índices educacionais, visando evidenciar um quadro que aponta a necessidade de investimento e compromisso por parte da sociedade brasileira com relação à educação. Ainda segundo o censo 2010, apenas 16,2% dos jovens de todo o país chegaram ao ensino superior, 46,3% apenas concluíram o ensino médio

[30] https://www.oxfam.org.br/blog/entenda-como-a-pandemia-de-coronavirus-afeta-as-comunidades-tradicionais/

[31] https://www.oxfam.org.br/blog/entenda-como-a-pandemia-de-coronavirus-afeta-as-comunidades-tradicionais/

e 35,9% têm sua escolaridade limitada ao ensino fundamental. Situação que foi agravada ainda mais diante da forma como as autoridades responsáveis pela referida área encaminharam e enfrentaram os problemas decorrentes do "novo normal".

Desta forma quando falamos na população negra estamos falando de corpos negros, cuja referência inicial são nossos ancestrais africanos e as marcas deixadas em seus descendentes, além das permanências e representações resultantes deste contexto histórico nesses corpos na sociedade brasileira. Quanto aos povos indígenas as referências também são seus ancestrais nativos que ocupavam esse território que foi e continuam sendo usurpados sobre novas formas.

Os encontros resultantes do processo de colonização/escravização no Brasil fizeram surgir entre os descendentes das matrizes orais africanas e indígenas linguagens corporais e sensibilidades que atuaram "em contínuo negociar e refazer de suas inserções, povos e linguagens africanas seletivamente (re)significaram suas tradições, reinventado, Áfricas no Novo Mundo" (ANTONACCI, 2014, p. 18), ou seja, diferentes formas de resistências dos povos tradicionais.

Além do processo de subalternização que historicamente perpassar a realidade dos povos tradicionais índios, quilombolas, populações negras periféricas e em particular jovens negros que sempre os colocou em condição de luta e resistência como forma de continuar existindo. As lutas continuaram na contemporaneidade. E apesar das lutas e conquistas, e a implementação de um conjunto de políticas públicas e mudanças, as lutas continuam em resposta às novas condições de subalternidade e diante da gravidade da crise sanitária de âmbito mundial tal situação se colocou mais em evidência.

Um dado marcante da pandemia no Brasil e que é de conhecimento público foi o fato de que o primeiro caso de contaminação ter chegado em decorrência de viagem de pessoa de classe social com poder aquisitivo. No Brasil, a primeira vítima fatal da doença foi Cleonice Gonçalves, de 63 anos. Ela contraiu o vírus de sua patroa, que voltava da Itália para o Rio de Janeiro. Gonçalves era mulher, negra, hipertensa, diabética e empregada doméstica. Desta forma os primeiros casos resultantes desta realidade e de sua propagação para as periferias, se por um lado colocar em evidência marcas históricas das desigualdades, por outro para esses povos agrava ainda mais a magnitude dos problemas em decorrências da pandemia.

O fato da primeira morte no Brasil ter sido de uma mulher negra na condição de empregada doméstica teve grande repercussão inclusive na imprensa internacional. Mas esse não foi o único caso. Em Feira de Santana interior do Estado Bahia o segundo caso de covid confirmado em 07 de março de 2020 foi de uma mulher de 42 anos que também trabalhava como doméstica e foi contaminada pela patroa que esteve em viagem por países da Europa.

Diante da rapidez e propagação do coronavírus, mas também e principalmente em decorrência de uma realidade que já vinha sendo enfrentados de um modo geral pelos povos tradicionais em especial os indígenas, tal realidade foi agravada ainda mais frente às atitudes do Presidente e de seu Ministro da Agricultura, de não só não combater ações em terra indígenas, pelo contrário até mesmo de agir de forma política e ideologicamente ignorando que os povos tradicionais são mais vulneráveis a viroses, especialmente a infecções respiratórias como a Covid-19. Segundo relatório divulgado pela Articulação dos Povos

Indígenas do Brasil (APIB) já são 757 mortes pela doença, com 156 povos afetados.[32]

Desta forma foi necessário ações de prevenção e combate, tanto por parte de autoridades como também de movimentos a tal forma de agir política e ideologicamente em relação os povos indígenas:

O Juiz Federal Eduardo Ribeiro, titular da Vara Única da Subseção Judiciária de Gurupi (TO), determinou à União e Funai que forneçam kits de higiene, cestas básicas e equipes de profissionais da saúde para o auxílio das populações indígenas que residem na Ilha Bananal, no Tocantins. A decisão liminar foi proferida na segunda-feira (20/7) e determina que nos casos graves de quaisquer pacientes indígenas da Ilha seja realizada a transferência imediata, no prazo de 48h, para unidades de saúde.[33]

Com pouca testagem e controle ineficaz da disseminação do vírus, a subnotificação de casos de Covid-19 é uma realidade no Brasil. Entre os povos indígenas, a situação é agravada pelo abandono deliberado do governo federal. Determinada a romper o anonimato imposto pela negligência, a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoinme) tem se dedicado a coletar e divulgar casos de contaminação e mortes em dez estados.[34]

Com relação os povos quilombola segundo documento "Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), apontou 151 óbitos e mais de 4 mil casos da

[32] https://www.oxfam.org.br/blog/entenda-como-a-pandemia-de-coronavirus-afeta-as-comunidades-tradicionais/

[33] https://portal.trf1.jus.br/sjto/comunicacao-social/imprensa/noticias/governo-federal-devera-executar-medidas-de-apoio-e-protecao-as-comunidades-indigenas-da-ilha-do-bananal-contra-a-covid-19.htm

[34] https://cimi.org.br/2020/07/povos-indigena-nordeste-leste-pandemia/

doença entre quilombolas"[35]. Ainda conforme o documento "a taxa de letalidade entre os remanescentes de quilombo é de 11,09%, mais que o dobro da média nacional, que fica em 4,9%."[36]

Após as mais diversas formas de lutas e resistências dos movimentos negros e mais de uma década de criação do a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), do Estatuto da Igualdade Racial e da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra e mesmo ciente que vivemos tempos difíceis e de negação de direitos de determinados grupos exemplo dos alvos deste artigo. É difícil admitir, mesmo que sejam tempos de retrocesso, que ainda haja a necessidade de solicitar ao Ministério a inclusão da "informação sobre raça e cor nos boletins epidemiológicos" Solicitação feita pelos movimentos sociais, através da Coalizão Negra Por Direitos e o GT Racismo e Saúde da Abrasco. Que só foi atendido a partir de abril de 2020 na qual "no primeiro, ficou demonstrado que, enquanto 55% de negros morreram por Covid-19, a proporção entre brancos foi de 38%".[37]

Também conforme pesquisa PUC/RIO[38] Sobre os óbitos por Covid-19, ficou evidenciado que pessoas sem escolaridade têm taxas três vezes maiores (71,3%) em relação àqueles com nível superior (22,5%). Quando junta raça e índice de escolaridade, a situação fica ainda pior. Pretos e partos sem escolaridade morrem quatro vezes mais pelo novo coronavírus do que brancos com nível superior (80,35% contra 19,65%). E

[35] https://mostra.gife.org.br/project/coordenacao-nacional-de-articulacao-das-comunidades-negras-rurais-quilombolas-conaq

[36] https://mostra.gife.org.br/project/coordenacao-nacional-de-articulacao-das-comunidades-negras-rurais-quilombolas-conaq

[37] https://www.abrasco.org.br/site/gtracismoesaude/tag/racismo-e-saude/

[38] Acessar: http://www.ctc.puc-rio.br/diferencas-sociais-confirmam-que-pretos-e-pardos-morrem-mais-de-covid-19-do-que-brancos-segundo-nt11-do-nois/

mesmo que tenham a faixa de escolaridade igual, pretos e pardos apresentam proporção de óbitos 37% maior, em média, do que brancos.

Outro fato que chama a atenção é o aumento dos números de mortes nestes povos e também entre a população negra conforme dados evidenciados na pesquisa dados do Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde da PUC 55% de covid-19 dos pretos e 38% de branco. Já a pesquisa feita pelo Instituto Polis identificou 172 100 mil de morte de negro e 115 100 de branco. Com relação a vacinação são 3,2 milhões de branco vacinados e só 1,7 milhões de negro[39].

Em decorrência das pressões da sociedade o Executivo e Legislativo articularam a Lei 13.979/2020, publicada no Diário Oficial da União em 07 de fevereiro, que propuseram as ações que podem ser adotadas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional, inclusive medidas de quarentena e isolamento social, em 10 de fevereiro, é publicada uma MP que destina ao Ministério da Defesa crédito extraordinário de R$ 11.287.803,00 para o enfrentamento da então emergência sanitária.[40]

Mas mesmo com medidas o quadro de incertezas que foi agravado pela emergência sanitária, evidenciou ainda mais as desigualdades sociais, considerando-se locais de moradia e estilos de vida das populações, assim como seu acesso a elementos de necessidades básicas que garantam sua sobrevivência, saúde e educação com destaque para fechamento dos postos de emprego tanto formal como informal significado desemprego em massa.

---

[39] https://www.ctc.puc-rio.br/diferencas-sociais-confirmam-que-pretos-e-pardos-morrem-mais-de-covid-19-do-que-brancos-segundo-nt11-do-nois/

[40] Acessar: https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/02/10/bolsonaro-assina-mp-e-destina-r-112-mi-para-enfrentar-emergencia-de-saude-publica-provocada-pelo-coronavirus.ghtml

Contribuindo também, entre muitas outras questões, para um maior tempo das escolas públicas fechadas, números ainda maiores de abandono dos alunos das escolas públicas, pelas mais diferentes razões e dificuldades, falta de acesso às tecnologias necessárias para que esses jovens pudessem participar das aulas. Sendo inclusive desconsiderado os problemas já existentes na educação brasileira, que foram agravados, além da falta de um compromisso político com a educação para todos, bem como não levam em conta a importância das políticas afirmativas que vem sofrendo retrocesso.

Chamou atenção também e é importante serem ressaltados conforme os dados do primeiro semestre o aumento da violência contra os jovens, em particular os jovens negros que é uma marca histórica do Brasil, mesmo em tempos de pandemia. Em 2020, em comparação com 2019, houve um crescimento de 7% no número de ocorrências, sendo 2.934 em 2019 e 3.148 em 2020 de modo geral. Mas ressalta ainda que outro assunto também tem chamado atenção das mídias e imprensa, que são as manifestações em todo mundo, mas principalmente no EUA contra morte de um homem negro Jorge Floyd por policiais brancos, mas é importante salientar que mesmo em meio às manifestações e debates resultantes desse episódio, no Brasil a violência racial segue se materializando sem mais a sutileza predominante.

São vários casos de violência policial contra jovens por todo o Brasil, citando alguns: o caso João Pedro Pinto que ocorreu no Rio de Janeiro quando o jovem de 14 anos morreu mesmo seguindo as orientações da OMS (de se manter em casa devido a pandemia) teve a sua casa metralhada com pelo menos 70 tiros. O caso do jovem Guilherme Silva Guedes de 15 anos em São Paulo que ficou desaparecido e o corpo foi encontrado depois com marcas de tiros em Diadema.

Em destaque, casos que ocorreram em Salvador, com repercussão também na imprensa e mídias sociais nos quais a ação violenta da polícia reproduziu a violência racial impetrada mesmo nestes tempos difíceis. Destaca-se aqui o caso da criança de 11 anos morta no bairro da Sussuarana, o caso do jovem agredido por policial no bairro de Paripe, o caso do jovem morto no bairro de Santa Cruz/Nordeste de Amaralina, o caso ocorrido no bairro da Liberdade, onde cerca de oito jovens foram física, moral e psicologicamente agredidos por policiais militares, o caso do bairro de Nova Brasília de Valéria, onde três jovens foram baleados e o caso do jovem negro de 22 anos preso, segundo a polícia, por suspeita de roubo; o argumento utilizado para justificar a prisão foi a cor da sua pele, como foi identificado por quem o acusou de roubo.

Uma das marcas históricas da realidade dos grupos culturais identitários alvo deste artigo são exatamente o não acesso a água, saneamentos, e serviços adequados de saúde, em instituição públicos de saúde, sistema de transporte público e infraestrutura para cuidados básicos, além da real impossibilidade de cumprir o que são considerados cuidados essenciais para evitar a proliferação da doença. Diante desta realidade a necessidade de distanciamento, isolamento social, lavagem de mãos como uma das formas mais eficazes de evitar ação do contágio pelo vírus, ficou evidente a impossibilidade dessa população seguir tal procedimento.

Diante desta realidade que tem como condição fundamental conforme OMS necessidade de distanciamento e isolamento social como uma das formas mais eficazes de evitar ação do contágio pelo vírus, significando fechamento de quase tudo inclusive e principalmente dos postos de emprego tanto formal, como informal tendo como consequência desemprego em massa. Desta forma foi necessária a adoção de

medidas com o objetivo de proteção social de famílias vulneráveis e medidas de auxílio e incentivo para empresas e trabalhadores[41].A proteção social aos mais pobres durante a crise causada pela pandemia, inclusive, foi recomendação do Banco Mundial para o Brasil[42]. Medidas adotadas em vários países pelo mundo e que o Brasil também teve que adotar.

Conforme foi noticiado:

Em 1 de abril de 2020, após forte pressão de economistas, parlamentares e setores da sociedade civil, foi sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro o projeto de lei nº 9236/17. O projeto, que havia sido aprovado pelo Senado em 30 de março e pela Câmara dos Deputados no dia 26 do mesmo mês, determina concessão de uma Renda Básica Emergencial de R$600 per capita a grupos vulneráveis da sociedade durante a pandemia de covid-19.[43]

A partir do momento que o governo brasileiro resultante de diferentes formas de pressão responder com a criação do Auxílio Emergencial em um contexto histórico marcado pela indiferença, entre muitas situações que ocorreram até todos que vivenciavam naquele momento uma necessidade urgente garantissem o recebimento foram muitas situações constrangedoras. Dentre estas vale ser ressaltado o número de brasileiros que viviam na indivisibilidade, mesmo em sua maioria vivendo nos grandes centros urbanos e partir daquela situação, ações imediatas foram tomadas como forma de mitigar as diversas dificuldades do enfretamento do coronavírus, organizadas pelos movimentos sociais em especial os movimentos sociais negros.

---

[41] https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,ao-menos-45-paises-ja-adotaram-medidas-para-conter-impactos-da-covid-19-em-emprego-e-renda,70003244688

[42] Acessar: https://nacoesunidas.org/artigo-novos-numeros-mostram-por-que-e-crucial-proteger-os-mais-pobres-na-crise-da-covid-19/

[43] https://www.politize.com.br/renda-basica-emergencial/

Um exemplo entre os muitos movimentos sociais e ONGs que já viam realizado um trabalho político efetivo em outros momentos difíceis, de apoio às periferias por todo Brasil e que neste momento pandêmico e tão difícil passaram a ser essenciais. Vale destacar entre muitos outros a Central Única das Favelas (Cufa) que está presente em mais de 500 comunidades brasileiras. Outra experiência interessante em função deste novo normal é o estímulo e amparo ao desenvolvimento do comércio local nas comunidades.[44].

É um marco fundamental nesse contexto que não pode deixar de ser registrado, que foi a força humanitária e política dos movimentos sociais aos grupos populacionais, culturais e identitários rurais e urbanas principalmente nos bairros periféricos por todo Brasil, com respostas mais rápidas e eficazes que as soluções (ou falta delas) propostas pelos governantes. Foram os movimentos que impediram uma tragédia de proporções ainda piores nas áreas rurais e urbanas (periferias) das cidades pelo Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomemos as questões que orientam a elaboração deste artigo que versa sobre propósito de apresentar consequências da pandemia da coronavírus Covid-19 em grupos populacionais, culturais e identitários, povos indígenas, quilombolas, moradores das periferias e em particular a juventude negra que historicamente vivenciaram e vivenciam situações de vulnerabilidades. Considero importante destacar um aspecto fundamental de que não foi colocado em prática por parte da

[44] Acessar: https://revistaafirmativa.com.br/covidnafavela-os-impactos-da-pandemia-e-as-redes-de-protecao-colaborativa-nas-periferias-de-salvador/

presidência da República um plano de âmbito nacional de enfrentamento da pandemia, mesmo levando em consideração a dimensão continental e as particularidades de cada região. Além do fato dele, constantemente se posicionar contra as medidas efetivas de enfrentamento da pandemia tomadas pelos governadores.

Ficando evidenciado também, que tais populações tiveram suas situações agravadas ainda mais, em decorrência da crise sanitária de ordem mundial e que no caso particular do Brasil ganhou uma dimensão ainda mais drástica devido à crise de ordem política enfrentada no país, e em decorrência da negação ciência e da gravidade da crise sanitária de ordem mundial por parte da autoridade máximo dos países.

Sendo ressaltado também que diante da rapidez e propagação do coronavírus, mas também e principalmente em decorrência de uma realidade precarizada que vinha sendo enfrentada de um modo geral pelos povos tradicionais em especial os indígenas, tal realidade foi agravada ainda mais frente às atitudes do Presidente de não combater ações em terra indígenas, pelo contrário até mesmo de agir de forma política e ideologicamente ignorando que os povos tradicionais são mais vulneráveis a viroses, especialmente a infecções respiratórias como a Covid-19.

Diante da realidade apresentado em linhas gerais sobre o Brasil, e frente as primeiras declarações públicas sobre o novo coronavírus, dadas pelo Presidente da República em final de janeiro, na qual sugeriu que a situação não era "alarmante"[45], chegamos em 05 de abril de 2021 com 320.590 mortes confirmadas por Covid-19 e que no país em um único dia teve mais mortes que os 10 países com o maior número de morte em 24 horas.

[45] Acessar: https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,nao-e-uma-situacao-alarmante-diz-bolsonaro-sobre-coronavirus,70003173424

Como apontado anteriormente no período em análise neste artigo o Brasil contabilizou 16.545.554 casos de coronavírus e 462.791 vidas perdidas, sendo evidenciado de forma contundente um quadro dos danos causados em especial, não só nas populações tradicionais, mas também na população brasileira em geral.

Concluímos chamando atenção da força humanitária e política dos movimentos sociais nos bairros periféricos por todo Brasil, com respostas mais rápidas e eficazes que as soluções (ou falta delas) propostas pelos governantes. Foram os movimentos sociais que impediram uma tragédia de proporções ainda piores nas periferias das cidades pelo Brasil. Mas mesmo tendo sinalizado a importância das lutas e forças dos movimentos, vale ressaltar também a mensagem do documentário produzido pelo Oxfam "A Conta Fica para a Juventude", mas não é para todas as juventudes, mas principalmente para a juventude negra brasileira.

REFERÊNCIAS

ANTONACCI, M. A. Memórias ancoradas em corpos negros. São Paulo: EDUC, 201

MOLINA, S. R.; FREITAS, N. M. B. . Memória, Identidades e Políticas Públicas de Cultura. In: Lilian Rodrigues de Oliveira Rosa; Magda Maria de Oliveira Ricci; Adriana Silva. (Org.). A festa religiosa como permanência: um estudo de caso em Ribeirão Preto (Brasil). 1ed.Jundiaí: Paco Editorial, 2016, v. 1, p. 263-286.

14

EMOÇÕES JUVENIS, (SOBRE)VIVER NO BRASIL EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19

Francisca Verônica Cavalcante
Miriam Abramovay
Ursula Zurita Rivera

INTRODUÇÃO

A pandemia da Covid-19 traz diversos desafios e dificuldades a serem enfrentadas cotidianamente por toda(o)s, em escala mundial. Tal situação se apresenta com nuances que guardam suas especificidades relativas ao lugar social, econômico, político e cultural em que os indivíduos se encontram. As especulações científicas, os embates geopolíticos e as angústias existenciais em torno deste novo condicionamento humano geram um cenário de incertezas e o que surge como resultado momentâneo são os assombrosos números sobre o alcance desta pandemia.

A reflexão aqui proposta imbui-se em trazer a problemática das subjetividades juvenis brasileiras frente à crise pandêmica. A aflição diante da iminência da morte e do morrer, as estratégias de sobrevivência, as práticas de valorização da vida, o cuidar de si e o cuidar do outro(a) são perquirições enfrentadas, as quais se evolam nos ambientes socioculturais das juventudes brasileiras.

Neste capítulo, a maneira como os indivíduos se relacionam consigo mesmo e com outrem é compreendida pela expressão cultura emotiva. Koury afirma: "O conceito de cultura emotiva abarca as teias de significados (GEERTZ,1978) construídas nos processos

intersubjetivos cotidianos" (KOURY, 2019, p.10). Nos estudos sobre sociologia e antropologia das emoções encontramos conceitos equivalentes nos autores Goffman (1988) que o denomina de *ethos* e Scheff (2016) que o designa de consciência mútua. Ainda nas palavras de Koury a cultura emotiva: "serve exclusivamente, segundo Erving Goffman, como uma espécie de mapa mental que ajuda o indivíduo a se situar a cada novo encontro que participa" (KORY,2019, 49)

Portanto, é preciso alcançar as teias de significados desenhadas pelas juventudes, a partir de suas trajetórias/práticas no enfrentamento da pandemia da covid-19, colocando em evidência vulnerabilidades e utopias nas quais as experiências juvenis imprimem suas marcas e trazem a lume formas de vivenciar o momento presente em que as suas subjetividades apontam para os possíveis efeitos do distanciamento social, de novas maneiras de vivenciarem a sociabilidade, e também as percepções sobre violência, lazer, educação, trabalho, os usos das tecnologias, os cuidados com a saúde e perspectivas para o futuro e, por fim, toda uma cultura emotiva que evidencia suas crenças e sentimentos.

O estudo realizado alertou que as experiências juvenis narradas são alimentadas por um amplo leque de emoções que assumem um papel fundamental não só para descrever as mudanças, mas também as continuidades que estão vivendo no seu âmbito individual, familiar e comunitário. Também para compreender uma realidade até então desconhecida. As emoções dos jovens face ao impacto da pandemia, reiteram a sua natureza social e, ao mesmo tempo, expressam que os fenômenos, processos e relações sociais também têm uma dimensão emocional (ARIZA, 2020; BERICAT, 2012). É nessa perspectiva que as emoções são retomadas para dar conta das relações sociais em que se

configuram as trajetórias e práticas juvenis diante da pandemia; além de nos permitir examinar as regras sociais, culturais e históricas do sentimento em um momento excepcional da história do mundo (BERICAT, 2002, 2012).

A recuperação analítica das emoções é uma tarefa desafiadora por dois motivos. Em primeiro lugar, pelo que as emoções significam em si mesmas a partir do seu estudo antropológico e sociológico, onde são concebidas em constante transformação, na sua multidimensionalidade, nem sempre consciente ou voluntária, mas que conduz à compreensão de uma situação específica e das relações sociais que a produzem. As emoções individuais sempre têm referência a outras devido à natureza intersubjetiva que distingue os humanos. Em segundo lugar, porque o evento que é tomado como referência central é uma pandemia Covid-19 que teve profundos impactos, não só na saúde, mas também sociais, econômicos, políticos, educacionais e culturais em todo o mundo de uma magnitude até então nunca conhecida.

JUVENTUDES, BRUTALISMO E EDUCAÇÃO

Dayrell (2007), ao abordar juventudes, chama atenção para as características desse segmento que tem suas práticas marcadas por diversidades, experimentos, aventuras, excitações e inconsistências. Segundo Abramovay (2016), a juventude "é um rito de passagem" entre ser criança e adulto, os seus dizeres nos remetem ao trabalho clássico de Arnold Van Gennep (1909), mostrando que o esquema completo dos ritos de passagem admite em teoria três momentos ou sub-ritos: ritos preliminares (separação), liminares (margem) e pós-liminares (agregação). Todavia, não podemos nos esquecer das elaborações modernas e

decisivas de Vitor Turner (2005) a partir desse modelo de Van Gennep, Turner cunha o modelo de drama social em que os três momentos do modelo de Van Gennep se transformam em quatro: ruptura, crise e intensificação da crise, ação reparadora e o último é o desfecho (que pode levar a harmonia ou a cisão social). Nesse estudo, as juventudes e suas práticas são atravessadas por estes trânsitos, movimentos em que as subjetividades, suas experiências se apresentam como uma contingência, como uma condição, uma atitude, uma passagem, um ponto, uma viagem. De acordo com o pensamento de Gennep é um trânsito à medida que há sempre pontos de partida, de chegada, e, novamente, partida. Abramovay (2015) chama atenção para a constatação de que nos últimos anos a condição juvenil foi prolongada. Este fato está diretamente relacionado com a educação e o mundo laboral. Isto é, a maior permanência dos jovens no sistema educacional e a dificuldade que eles têm de ingressarem no mercado de trabalho.

A dialética que existe combinando hoje e amanhã reforça o viver intensamente. A sua socialização é baseada na experimentação, aventura e emoção, quebrando a monotonia do dia a dia com a necessidade de participar nas atividades sociais. Os jovens vivem em constante movimento, ávidos por conhecer, aprender, experimentar o novo e consumir. Sua condição os enraíza no presente, no aqui e agora, o que não significa que não pensem no futuro.

O futuro para muitos jovens é incerto e com muitas perguntas como bem relatam os entrevistados. No entanto há também esperanças de um futuro possível, onde possam cumprir seus desejos:

> Para nós o futuro é incerto, como mulher negra e lésbica é imprescindível a gente melhorar, trabalhar para se sustentar, se formar. Nós somos

> vulneráveis e a gente faz o que dá no momento. O futuro é incerto e não dá pra fazer muito (Estudante de Educação, 22 anos).
>
> Tem coisas que eu quero fazer, tenho vontade, faculdade, coisa que a gente sonha. Mas às vezes tenho vontade de desistir, sensação de que as coisas não têm sentido (Estudante de Jornalismo, 20 anos).
>
> O futuro é de desconfiança, medo e esperança, me vejo seguir o que planejo para minha vida. No contexto maior a situação é desesperadora, tenho fé Trump não vai ganhar as eleições e Bolsonaro também não (Estudante de mestrado em Comunicação, 28 anos).

Os depoimentos acima mostram as incertezas em um país como o Brasil, em termos de desigualdades sociais, que com o advento da Covid-19, escancarou ainda mais uma porta que já havia sido aberta. Antes dessa pandemia, o país contava com um contingente de mais de 10 milhões de brasileiros desempregados. Atualmente, pela primeira vez, mais da metade dos brasileiros não tem trabalho, afirma o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). E ainda, as informações sobre educação mostram que apenas 49,5% das pessoas com idade de trabalhar estavam ocupadas no trimestre encerrado em maio".

Em artigo, que tem relação com a reabertura das escolas no Espírito Santo, onde a Secretaria de Educação ensinava uma série de rituais no caso de morte de um familiar das crianças, dos professores ou o fato dos adolescentes estarem com doenças**,** Carolina Catini escreveu "O brutalismo vai à escola**",** relatando que em um país onde a taxa de homicídios é tão alta, o número de mortes pela Covid 19 não choca mais.

Nesse contexto, mais de seiscentos e três mil[1] mortes se torna corriqueiro já que estatisticamente 50 mil pessoas são assassinadas por ano, ou seja, aquilo que deveria nos tirar do conformismo e nos levar à

[1] Refere-se a outubro de 2021.

desnaturalização de toda violência, desde a mais trivial, se torna o contrário: a acomodação à nova escala de brutalidade como forma de vida. Temos um exemplo concreto de brutalismo, que vai muito além da brutalidade, Achille Mbembe (2020) está chamando de brutalismo a matéria-prima da vida se brutaliza e uma nova forma de desumanização se generaliza. Com a normalização de situações extremas, a morte deixa de ser um evento de exceção e a seletividade define qual a classe de pessoas que será destinada à eliminação se torna puramente aceitável, sem questionamento.

O brutalismo é a violência extrema e sua desrealização: o crime hediondo se esconde na falta de parâmetros, no sofrimento sob suspeita diante da naturalização massiva, na transformação das histórias de vida e de morte em estatísticas**,** no ritmo da sucessão de eventos, na forma de circulação das notícias etc. Por isso é preciso denunciá-lo todo tempo.

Entre as várias desigualdades, a educação aparece como gritante e retrata uma das maiores injustiças de qualquer sociedade. Os jovens enfrentam diferentes limitações de acesso ao sistema educativo e muito do que acontece no cotidiano das escolas não pode ser transmitido online.

Mais de um terço (39%) dos domicílios brasileiros ainda não tem nenhuma forma de acesso à internet. Segundo a pesquisa TIC Domicílios 2017, divulgada pelo Comitê Gestor da Internet (CGI.br), são cerca de 27 milhões de residências desconectadas, enquanto outras 42,1 milhões acessam a rede via banda larga ou dispositivos móveis. O índice de residências sem acesso é ainda maior nas classes D e E: 70%. Na classe A, 99% dos domicílios têm alguma forma de acesso, na classe B, 93% e na classe C, 69%.

Os dados de uma pesquisa (IICA, BID, Microsoft, 2020) apontam que 43% das escolas não têm acesso à Internet. Além disso, a desigualdade no acesso à rede é ainda maior nas classes subalternas e a Covid-19 destacou e aprofundou essas desigualdades. A inclusão digital é uma dívida que tem o nosso país em relação à população mais pobre.

Há o agravante que diferencia escolas públicas e privadas. A pandemia já encontrou o sistema educativo prejudicado com a falta de qualidade, a repetência, o abandono, a evasão, escolas com problemas de infraestrutura, entre outros, e jovens com diferentes limitações de acesso ao sistema educativo, onde não tem espaços para estudar, e muitos com responsabilidades nas tarefas domésticas, cuidando de seus irmãos mais velhos e idosos. Enquanto as escolas privadas continuam funcionando online, com o mesmo horário e dinâmicas de aprendizagem e com famílias que colaboram com os estudantes.

A escola tem um papel importante na vida dos jovens, como fator de proteção, além de ser um local de socialização, de fazer amizades, conhecer regras, de ensino e aprendizagem e para muitas crianças e adolescentes é onde se dá a principal refeição. A escola ensina valores, mostra mudanças e é um equipamento importante para ampliar o mundo, a cultura com um forte impacto na consciência dos estudantes, aumentando seu capital social e cultural (Abramovay et al 2016).

Outra injúria foi o tempo de adaptação ao novo sistema, tanto para estudantes como para os professores, além dos problemas de acesso que muitos afirmam ser estressante e desgastante. O território onde vivem é também um fator que torna a acessibilidade mais ou menos possível, com internet intermitente, quando existe.

Acrescente-se ainda a impossibilidade de muitas famílias terem acompanhado o estudo de seus filhos. Existe uma associação entre a

escolaridade da mãe e a condição de vida dos filhos, que reflete no nível de escolaridade que crianças/adolescentes e jovens alcançam.

As oportunidades de escolarização e a qualidade de vida ao longo da existência dependem, em parte, do grupo doméstico em que as crianças e os adolescentes são socializados, levando em conta o capital cultural e social das famílias (Bourdieu, 2015), mostrando que as condições socioeconômicas e culturais da família, e mais especificamente das mães, são fundamentais para que as crianças tenham êxito na sua vida escolar e de classes subalternas, muitas vezes, não têm na família alguém disponível para ajudá-las, assim também como os adolescentes, seja porque têm um nível menor de escolaridade, seja porque são obrigados a sair para trabalhar.

Muitos especialistas que debatem educação e a Covid-19 mostram que existe um impacto social e emocional para os estudantes - o que, de fato, pode ser esperado de acordo com estudos anteriores onde a doença, o contágio e a morte provocam emoções que perturbam a vida de indivíduos e sociedades desde a antiguidade (ARIZA, 2020, BERICAT, 2002, 2012, 2016) - além de terem deixado a escola e convivência entre seus pares, em casos de violência doméstica a escola pode ser um suporte importante**.** No entanto existe, neste momento, uma janela de oportunidades para repensarmos esta instituição, no seu modo de ensinar, para que seja territorializada e menos desigual.

Para os jovens universitários entrevistados a experiência tem sido difícil pela falta de infraestrutura em suas casas, a impossibilidade de ter acesso ao sinal de *wifi* e as exigências de leitura por parte dos professores, assim como das apresentações de trabalhos, como mostra o depoimento abaixo de uma jovem, negra, lésbica e moradora de favela: "Apesar da Universidade ter facilitado um chip para ajudar, na minha

casa não tenho *wifi* e uma mesa para sentar e estudar, por isso comecei o ano com 5 matérias e estou fazendo 2."

Apesar de todas as dificuldades, os jovens têm desempenhado o papel de cuidadores, à medida que a pandemia foi se intensificando. Alguns já tinham esta prática, outros incorporaram a incumbência de cuidar de crianças e idosos. "Cuido da minha sobrinha; cuido da minha avó; cuido da minha irmã". Isso nos leva à reflexão sobre o alcance do debate de conceitos como acolhimento e economia do cuidado, que mobiliza emoções e "trabalho material e técnico". Zelizer (2012, p. 18) enfatiza que a economia de cuidados (*care*) "Inclui qualquer tipo de atenção pessoal, constante e/ou intensa, que visa melhorar o bem-estar daquele ou daquela que é o objeto" (Castro e Abramovay, 2017). Vale também referir-se aos ensaios sobre o valor da afetividade como bem de consumo (*commodity*), considerando contribuições de Illouz (2008), Foucault, Bourdieu e Giddens – ou seja, focalizando a afetividade não apenas como dimensão do privado, mas condicionada ao público, ao social.

Segundo Soares (2012, p. 55), "O trabalho emocional é crucial para o cuidar. E é perpassado por múltiplas relações sociais de outras ordens e por outras dimensões implicadas nesse trabalho. É preciso retirar da invisibilidade esse componente do trabalho de cuidar", bem como é preciso barrar os processos de violências, notadamente os que têm como alvo o segmento juvenil, como é possível perceber em pesquisas recentes, que apontam o lugar de destaque para jovens neste cenário nefasto.

O cuidado tem sido, de fato, uma das questões que propiciou a proliferação da sociologia das emoções no Brasil como em outros países de nossa região. Como argumenta Ariza (2021) em relação ao cuidado de adultos, doentes ou menores que, em muitos casos, estão sob a

responsabilidade de jovens, as relações de reciprocidade surgem a partir de emoções de lealdade e dedicação, como também, medo, cansaço e desespero que promovem a construção de processos de interação densos que, diante de certas condições e doenças associadas à idade e à saúde, os têm transformado em fenômenos de grande interesse acadêmico.

VIOLÊNCIAS: HOMICÍDIOS E SUICÍDIOS DAS JUVENTUDES BRASILEIRAS

Situações de violências, relatadas por alguns jovens, confirmam os dados que foram lançados no mês de junho de 2020, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP, publicados no Atlas da Violência de 2020. Esse estudo analisa os inúmeros indicadores de violência no país, que nos últimos anos vem decaindo, sem que isto signifique índices desejáveis ou mesmo suportáveis. O documento destaca que "a violência letal acomete principalmente a população jovem". Exatamente quando o Brasil passa por grande transição demográfica, apontando a indicação rumo ao envelhecimento, o que impõe mais gravidade ao fenômeno. Há resultados também em relação a seguimentos identitários, que figuram neste contexto como alvo privilegiado "de violência letal contra públicos específicos, incluindo negros, população LGBT+ e mulheres, no caso dos feminicídios".

O Atlas também mostra que, apesar da queda na taxa de homicídios em 2018, não houve igual benefício para todos os brasileiros. Das 57.956 vítimas 75,7% eram negros, reiterando o racismo estrutural e as desigualdades que imperam no país. Em 2016, a taxa de homicídio para a população negra era de 40,2%, e para o resto da população 16%, o que

implica dizer que 71,5% das pessoas assassinadas, a cada ano no Brasil, são pretas ou pardas (Atlas da Violência, 2018).

Os jovens negros são as principais vítimas e, segundo Feffermann (2018), estigmas expressos no número de mortes, na violência legitimada pelo Estado, nas chacinas e no encarceramento em massa, tirando de circulação um número considerável de indivíduos, preferencialmente negros. É o chamado juvenicídio, que alude à morte precoce, ao assassinato de jovens.

Outro resultado estatístico, que infla a galeria de absurdos nacionais, é o feminicídio. Entre 2007 e 2017 houve aumento de 20,7% na taxa nacional de homicídios de mulheres, quando ela passou de 3,9 para 4,7 mulheres assassinadas por grupo de 100 mil mulheres e a cada duas horas uma mulher é morta no Brasil.

Outro fenômeno que muito chama atenção é o suicídio, considerado como violência. É um tema presente e preocupante em que Ideações, planejamentos, tentativas e obtenção de êxito do suicídio estão nas experiências juvenis no contexto de pandemia da Covid-19. Desse estudo, percebe-se uma cultura emotiva que traz à tona as emoções vivenciadas consigo mesmo e com o outro, relativas às várias dimensões que compõem suas vidas, jovens referem-se aos seus adoecimentos e angústias em relação à educação.

O suicídio é um fenômeno complexo, dito multifatorial e multidimensional, que ao longo dos séculos tem atraído a atenção de filósofos, teólogos, psiquiatras, psicólogos, sociólogos, antropólogos, cientistas, políticos e artistas. De acordo com o escritor e filósofo Albert Camus (1989), o suicídio é a única questão filosófica séria. Para compreender o suicídio há de se considerar sua relação com uma gama de fatores, que vão desde os de natureza sociológica, cultural, econômica, política,

religiosa, passando pelos psicológicos e psicopatológicos, até os genéticos e os biológicos.

Émille Durkheim, um dos fundadores da sociologia, publicou em 1897 seu clássico estudo *O Suicídio - um estudo sociológico*, um verdadeiro divisor de águas sobre a temática. Nesta obra ele põe o fenômeno numa perspectiva social, que até então era compreendido como um ato individual, disperso e aleatório. Durkheim estudou as conexões entre indivíduos e a sociedade, pois queria demonstrar o quanto um ato individual é resultado do meio social que o cerca. Conceitos chaves tais como, fato social, anomia, integração social, laço social e toda a questão da moralidade são centrais na compreensão da tipologia do suicídio por ele cunhada.

As sociedades de um modo geral e os países membros da Organização Mundial de Saúde (OMS) têm investido esforços na pesquisa e na produção de documentos de orientação para prevenção e posvenção do suicídio, buscando alcançar diferentes campos do conhecimento, junto aos profissionais da saúde, da comunicação social e da educação. Para este estudo tomamos o suicídio a partir da definição adotada pela OMS e de outras sondagens de autores como Minayo (2016), Botega (2015), Carsola (1991), Shneidman (2001), Beautrais (2002), que o compreendem como um ato de auto violência e questão de saúde pública.

Os estudos sobre suicídio apontam que os dados levantados ainda não são capazes de indicar a realidade em termos precisos, uma vez que há uma subnotificação dos registros por diversas razões, entre elas destacamos a prática de ocultamento por parte das famílias em função de questões culturais, religiosas etc. Ademais, o suicídio no Ocidente é um fenômeno alvo de estigmas. Entre as variáveis sociais, contribuem os conflitos familiares, a violência doméstica, problemas econômicos

como endividamento, conflitos afetivos, desilusões amorosas, perda por morte de entes queridos, o uso abusivo de álcool e dependência química. Pesquisas afirmam que 90% dos casos de adoecimentos que levam à ideação, tentativa e obtenção de êxito do suicídio apresentam transtornos mentais, destacando-se a depressão.

As causas variam de desalentos por falta de trabalho, desilusão amorosa, violência sofrida na escola, nos quartéis, abuso sexual, entre outros. A experiência de ser jovem resulta em muitas especificidades de comportamento, certo imediatismo, um absolutismo enfático, o uso do corpo para responder ao sofrimento vivido, e angustiante busca de significado para a existência. Não crescem com modelos pré-existentes, suas vidas são experimentações contínuas, descobertas, mas que podem levar a situações extremas, a jogos perigosos, a automutilação e ao suicídio. A sensação é estar, segundo Le Breton (2014) diante de um muro que não se pode passar, um presente que não termina nunca, um futuro que não chega e dificuldade de se construir como sujeito. Se o adolescente não tem projetos a situação pode se tornar dolorosa, procurando uma saída nas tentativas de existir com o seu próprio corpo, protegendo-se de sofrimentos agudos. “Não temos presente”. “Foi minha escolha, eu fiz para acabar com meu inferno interior”

O suicídio em geral não é propriamente a procura da morte em sim mesma, o que se busca é o fim de um sofrimento ou da impossibilidade de dar um sentido à vida, de poder controlar suas vidas que está escapando, de escolher que se quer morrer para ultrapassar todo sofrimento. Le Breton (2014) afirma que a percepção da morte para os jovens tem uma dimensão de irrealidade: "ela é sem um cadáver”. É como se não fosse fatal e irreversível, o fim da existência e sim um sono que se vai acordar um dia, sem as tormentas que os atingem.

Falar sobre o tema faz parte da prevenção ao problema. Falar sobre o suicídio passou a ser uma medida de saúde pública. "É preciso falar, falar muito. É preciso debater o tema nas escolas, em todo o lugar. O suicídio é uma questão em que toda a sociedade precisa se envolver", como mostra o depoimento de uma jovem estudante:

> Profª, boa tarde. creio que ainda lembra dos problemas que tenho tido desde o início do ano e acabei comunicando. eu tinha tido uma pequena melhora até que no último mês tudo voltou, tentei tirar a minha própria vida algumas vezes, e isso tem mexido bastante comigo, pois tenho feito tratamento psicológico, mas sinto que não funciona mais. gostaria de mais uma vez pedir desculpas por não estar tão presente, sei que isso prejudica mais a mim mesma do que qualquer outra pessoa e que não sou a única a estar com problemas agora, definitivamente. estou fazendo o possível para não precisar trancar a matrícula (Estudante de Comunicação, 20 anos).

Sobre a irmã de 19 anos, a estudante de pós-graduação em psicologia clínica, afirma que ela tem uma vida marcada por dificuldades consigo mesma, com os relacionamentos com a família, em especial com a mãe e com a escola. Sobre a irmã diz:

> os sentimentos que ela tem em relação a autoestima dela, (baixa os olhos, expressando tristeza) então, ela teve um, um (gaguejando) quadro, ela teve não, eu considero que ela tem um quadro depressivo, mas que nesse momento tá bem melhor, hoje ela tá bem melhor. Enfim... ela chegou a ter algumas tentativas de suicídio de 2018 pra cá, a última foi, acho que tem uns três meses, talvez, a última, não menos, deve ter uns dois meses, foi com a pandemia (Estudante de pós-graduação em psicologia clínica, 23 anos)

Entretanto, encontramos nos depoimentos sobre suas práticas e relações sociais distintas emoções, não somente sobre suas angústias, sofrimentos, medos, dificuldades, mas também sobre amor,

solidariedade, gratidão no âmbito do trabalho, dos relacionamentos com familiares, cônjuges, namorado(a)s e amigo(a)s.

Cumpre acrescentar que, no que diz respeito à violência pela qual passa diariamente a vida de milhões de jovens no Brasil, que pode levar ao homicídio ou ao suicídio, elas expressam a manifestação de múltiplas emoções de ódio, medo, estigma e desprezo. Em contextos de profunda violência social, argumenta Ariza, "os jovens dos setores populares - e os pobres das cidades latino-americanas em geral - estão entre os grupos sociais mais criminalizados, em virtude de sua alta presença entre as vítimas dos acontecimentos. Esse aspecto reforça os processos de exclusão social que sofrem, aprofundando a desigualdade " (2021: p. 4).

AFETOS E EFEITOS DA PANDEMIA NA VIDA DE JOVENS

A limitação da mobilidade ocasionada pela impossibilidade de locomoção na cidade interfere na autonomia dos jovens para forjar seus próprios processos de prazer como forma de expressão em seus territórios. Sabemos que adolescentes e jovens têm necessidade de viver em grupo, são gregários, imediatos, com muita adrenalina.

Sabemos que a pandemia levanta uma série de problemas relacionados à desigualdade social na sociedade, principalmente para os jovens, mostrando uma lógica excludente de acesso à cultura, trabalho, educação, moradia e saúde. As condições objetivas e subjetivas impedem que muitos mantenham o distanciamento social, sejam por habitações inadequadas, falta de saneamento básico na comunidade, condições econômicas e de trabalho, emoções vulneráveis e até mesmo a falta de acesso à internet.

Em artigo na Revista Unisinos (2020), o italiano Lucio Coco, estudioso de espiritualidade e literatura cristã grega e antiga, referindo-se à obra *Los orígenesdel totalitarismo*, de Hannah Arendt, afirma que o isolamento é uma condição solitária em que "todos os contatos entre os indivíduos são rompidos" e "as capacidades de ação são frustradas". O isolamento afeta a função relacional e política do ser humano de se organizar, formar uma equipe, criar um grupo. O ser humano isolado paga o preço, em primeiro lugar, da impossibilidade de socialização.

Do ponto de vista psicológico, o isolamento interrompe as redes de relacionalidade nas quais o ser humano está inserido, o transforma em uma ilha, mas nada impede que, naquela ilha, possa haver vida. Na verdade, embora isolado, o ser humano mantém suas faculdades criativas intactas. Isoladamente você pode continuar trabalhando, projetando. O mundo, do qual ele está isolado, permanece sempre em seu horizonte, justamente por meio de seu fazer e representar. Com efeito, Arendt escreve que, “isoladamente, o ser humano permanece em contacto com o mundo como artifício humano”, e isso na medida em que consegue conservar “a capacidade de acrescentar algo de seu ao mundo comum”.

Sobre as emoções como categoria analítica das ciências sociais, notadamente a antropologia, o investimento está na apreensão do humano e do social, nas relações indivíduo-sociedade, e se constitui como um caminho teórico-metodológico “pautado na observação da ação social e individual, do *self* e das emoções que perfazem a interação entre os atores sociais de uma sociabilidade” (KOURY, 2019, p. 9).

Os sentimentos são dependentes das relações sociais e do contexto cultural em que emergem (Ariza, 2020; Bericat, 2002, 2012, 2016). Pensar “emoções” como objeto das ciências sociais é naturalizá-la desindividualizá-la, a exemplo da sexualidade, do corpo, da saúde e da doença

encontram-se muito distantes de uma não relação com o contexto histórico (Ariza, 2021). Podemos afirmar que os sentimentos, as emoções, não são constantes e nem universais, mas, estão em consonância com a ação da sociedade e da cultura a qual pertencem. Portanto, em tempos de crises pandêmicas, como esta em ato, numa escala global e local, observamos um movimento caleidoscópio das subjetividades e o protagonismo de algumas emoções desencadeadas, sobretudo, pelo distanciamento social, pela impossibilidade ou perigo deflagrado nas táticas de mobilidade.

Destacamos aqui alguns sentimentos, maneiras de ser, agir e pensar de distintos segmentos juvenis deste estudo, que são experimentados, vivenciados em diferentes condições sociais, econômicas, políticas, étnicas e de performances de gênero. Tais como: angústia, medo, vergonha, solidão, amizade, saudade, raiva, tédio, saudade, esperança, amor, solidariedade, fidelidade, gratidão.

As emoções são fenômenos incorporados, situados no corpo, sem que isso signifique afirmar que sejam naturais, posto que tenha com este uma relação permeada sempre por significados culturalmente e historicamente construídos. Lembremos Marcel Mauss, em seu clássico estudo sobre *As Técnicas do Corpo* (2003), chamando a atenção para as relações constantes entre o biológico, o sociológico e o psicológico. Isto é, só se pode ter uma visão clara sobre as técnicas do corpo e sobre os sentimentos "...fazendo intervir uma tríplice consideração em vez de uma única, fosse ela mecânica e física, como uma teoria anatômica e fisiológica da marcha, ou, ao contrário, psicológica ou sociológica. É o tríplice ponto de vista, o do 'homem total', que é necessário" (MAUSS, 2003, p. 405).

O medo, por exemplo, é um sentimento que ocupa lugar de destaque em agudas análises das transformações por que passou a sociedade ocidental moderna (Ariza, 2020, Bericat, 2002, 2012). As obras de Norbert Elias e Jean Delumeau são importantes para refletir sobre a experiência do medo, entendida como inerente à espécie humana, em combinação com uma perspectiva historicista, que atenta para as várias configurações que este potencial humano pode receber.

Pensando nas variáveis que os medos podem alcançar nos segmentos jovens e, notadamente, em função da pandemia da Covid-19, ressaltamos pesquisas que apontam estes sentimentos em um contexto anterior a esta pandemia, mas que parecem potencializados nestas circunstâncias: o medo da morte, estudado por Norbert Elias na obra *A solidão dos moribundos* (2001); o medo de sobrar, identificado por Regina Novaes em 2006, relativos aos sentimentos de jovens quando falavam de suas expectativas em relação ao mercado de trabalho; e o medo de demonstrar medo, lembrando a análise de Peter M. Gay, no estudo *O cultivo do ódio* (1995), sobre os duelos travados por jovens universitários alemães. O medo cíclico é o medo das pestes ou do aumento dos impostos abordado por Jean Delumeau na obra *História social do medo na sociedade Ocidental entre os séculos XIV e XIX* (1989).

As subjetividades das juventudes em análise são atravessadas pelos problemas estruturais da sociedade brasileira, os quais se acirraram mais ainda diante das incertezas interpostas pelas crises pandêmica e política, contribuindo para experiências de sofrimentos e adoecimentos, mas também de resistências, conforme veremos a seguir.

As emoções narradas nas entrevistas com jovens sobre a pandemia confirmam que os problemas sociais são baseados em emoções muito poderosas ao longo da história, como dor, infelicidade e sofrimento

(Bericat, 2016, 87 e H.H.). A partir daí, foram observados processos de desigualdade e estratificação social de sofrimento, dor e infelicidade alimentados por essas características de gênero, raça, idade, nível socioeconômico, entre outras categorias sociais. Trata-se, então, de examinar a estrutura afetiva que os indivíduos se relacionam de maneira completa, por meio da qual se define emocionalmente determinada situação, fenômeno ou circunstância social.

No estudo realizado, os jovens entrevistados partilharam um leque variado, contrastante e dinâmico de emoções que, ao exprimirem as suas vivências cotidianas individuais relativas à escola, ao trabalho, à família, ao futuro, por exemplo, também transcendem o seu corpo, a sua subjetividade e a sua especificidade. Ao fazê-lo, eles fornecerão um registro histórico das emoções sociais - correspondendo a uma certa regulação social das emoções durante os processos de socialização permanentes típicos de uma cultura e história -, que foram implantados em face da pandemia Covid-19 em um único momento da sociedade brasileira (Bericat, 2002).

RESULTADOS PRELIMINARES DA PESQUISA: IMPRESSÕES DAS PRÁTICAS JUVENIS NA PANDEMIA DA COVID-19

Na pesquisa *Trajetórias/Práticas Juvenis em Tempos de Covid-19*, registramos nos relatos de jovens não só o medo relativo às expectativas em relação ao mercado de trabalho futuro, de perder o emprego, mas também de não ter acesso à educação, notadamente entre jovens de classes subalternas que não sentem confiança no governo e duvidam do que vai acontecer no Brasil.

Ainda encontramos manifestações e expressões deste sentimento quando as juventudes nos falam de suas esperanças. Nesse contexto

pandêmico, sentimento de impotência, ainda que ambivalentes, estão presentes nos discursos juvenis, lembrando "o medo de ter medo" de jovens duelistas de Gay. O medo da morte, da letalidade do vírus, da contaminação, de trazer o vírus para as pessoas que amam, para a família, especialmente os que têm mais de 60 anos, podem ser comparados à análise de Elias relativa ao escamoteamento da morte no Ocidente, a dificuldade de entrar em contato com a morte do outro porque lembra a sua própria.

O sofrimento aparece de várias formas, seja porque não conseguem dormir, seja porque trocam o dia pela noite, seja pelos pesadelos: "Às vezes sonho que estou caindo e não consigo me mexer". Também sentimentos de ansiedade e insegurança. O impacto causado pela pandemia nas vidas juvenis lhes provoca sentimentos de solidão, de raiva, de angústia relativa às diversas relações sociais, aquelas estabelecidas com a família, com as amizades, com o mundo do trabalho, inaugurando uma nova forma de lidar com os afetos e estabelecendo novas estratégias de sociabilidades.

Nesse quadro, o surgimento de emoções de diferentes tipos, como emoções primárias ou básicas, que em um nível universal são o medo, a raiva, a tristeza e a alegria (Ariza, 2020). Emoções morais também foram narradas (vergonha, orgulho, indignação, culpa, humilhação, gratidão, por exemplo) por meio das quais "recompensam" ou "punem" comportamentos, atos, posturas, avaliações e, principalmente, conectam as pessoas às estruturas sociais e à cultura, implica autoconsciência e reflexividade (Ariza, 2020). Mas, para além de listar as emoções e classificá-las, o que também interessou aqui é expor como as emoções intervieram, acompanharam e descreveram a reconfiguração das

relações sociais empreendidas pelos jovens entrevistados na sua família, escola, trabalho e contextos sociais reconfigurados.

Os conflitos geracionais com a família, os distúrbios do sono, da ingestão excessiva de alimentos, impossibilidade de sair à rua, ausência de práticas de exercícios físicos, o comportamento auto lesivo, o risco de contrair o vírus, os comprometimentos dos afetos e sexualidades.

> Eu tenho desentendimento com minha mãe. Tenho muito tempo para pensar e fico deprimida , arrumo a casa, ajudo minha mãe e cuido de um primo. Tento ler , escutar música, mas fico pensando nas coisas e ou acabo comendo muito ou não como nada. Eu não me vejo no espelho como eu sou, me vejo como se fosse gorda, meu rosto cheio (Estudante, jornalismo, 20 anos)

Tais sentimentos são redimensionados a partir de estratégias, em alguns casos marcados pela impossibilidade de realizar o distanciamento social, seja porque trabalham, seja porque necessitam sair às ruas para as várias tarefas como fazer as compras, outros para se juntarem em festas clandestinas, e mesmo em manifestações antirracistas e antinazistas (no início da pandemia).

Não podemos omitir que presenciamos também uma cultura de resiliência, muitas vezes intermediada por redes sociais, por acompanhamento psicológico, mas também por outras maneiras de cuidar de si e do "outro", em que se percebe no comportamento e nas narrativas das práticas juvenis, estratégias de resistência, de reinvenção e de superação para além das falas: vídeos, desenhos, fotos e mensagens escritas, poesias, músicas com conteúdo de protestos, de declarações de afetos, de esperanças de um futuro pós-pandemia marcado por uma sociedade mais democrática, igualitária, não violenta, com

maiores e melhores oportunidades de educação e de trabalho, igualdade de gênero e não discriminação étnica. Por outro lado, muito cansaço e críticas à internet, às redes sociais, ao tempo que permanecem conectados. Outras atividades como aprender a cozinhar, escrever entre outras foram efetivas durante este período: "Durante a Pandemia para espairecer descobri a cozinha e estou treinando cookies de Natal para aprender"; "Gosto de escrever um diário ou um texto falando da situação, o que muito me alivia".

Por fim, o estudo das emoções pode contribuir para a compreensão de temas candentes de pesquisas sobre as condições juvenis, como por exemplo, as dinâmicas de inclusão e exclusão, que regem as relações entre os grupos sociais, o estudo dos sentimentos, tais como o nojo, o desprezo, a indiferença ou as fontes de imponderação dos laços sociais e um olhar mais apurado para os sentimentos de fidelidade, gratidão, compaixão e solidariedade (Ariza, 2020, 2021; Bericat, 2002, 2012, 2016).

Uma entrevistada relata sobre polícia, racismo no Brasil:

> Eu acho que a população negra é a que mais sofre com essa pandemia. Quem tem as condições mais precárias é a população negra. Nos Estados Unidos e o fato de ter tido a morte de uma criança como o João Pedro. As pessoas estão no isolamento e ainda estão sendo mortas. A polícia deveria dar proteção e segurança e está matando as pessoas trabalhadoras, são sempre pessoas negras. Isso já acontece há muito tempo. A população negra é que tá morrendo, tá encarcerada, essa ação violenta dos policiais não é outra coisa é a questão do racismo. A bala perdida tem sempre uma cor que é negra (Estudante de graduação em ciências sociais, 21 anos).

As vulnerabilidades que parecem comprometer a saúde mental juvenil são apontadas em relatos que apresentam as seguintes questões:

a) Alguns se sentem aflitos ante a possibilidade de não conseguirem dar continuidade aos seus estudos e de não conseguirem trabalho no presente e no futuro;
b) A maioria expressa a preocupação com a possibilidade de algum ente querido ficar doente ou eles mesmos contraírem o vírus;
c) Alguns manifestam preocupação com a instabilidade causada pelo avanço ou recuo da doença em nível local e global;
d) As medidas de distanciamento social para retardar a propagação da doença implica mudanças em suas rotinas e causa-lhes ansiedade.
e) Narram conflitos familiares, violência doméstica, racismo, homofobia, comportamentos auto lesivos, tentativas de suicídio na família e deles mesmos, sofrimentos por não conseguirem encontrar-se presencialmente com namorados/namoradas e amigas/os.

Alguns contraíram a Covid-19 apresentando sintomas leves e se recuperaram sem sequelas. Entretanto, alguns sentem receio de apresentarem problemas de saúde no futuro e se ficarão imunes em relação à Covid-19, bem como sentiram constrangimento em compartilhar com amigos e até com a família extensa o adoecimento em questão por vislumbrarem a possibilidade de serem estigmatizados diante das incertezas e desconhecimentos relativos ao vírus.

Dentre os entrevistados há os que afirmam evitar o acesso constante às redes sociais em função das *fake News* sobre a Covid-19 e sobre outros temas, mas também sobre as notícias alarmantes da quantidade de mortes e de infectados pela pandemia e sobre as notícias relativas à violência policial, às medidas tomadas pelo governo relativas a Covid-19 e à educação pública.

O medo, o pânico e o terror em relação à pandemia apresentados em diferentes matizes e intensidades tornam-se fenômenos que, embora possam ser sentidos em contextos de guerra, terrorismo, crises

políticas e econômicas, denotam o medo do outro devido a um possível contágio (Ariza, 2021), mas também aumentam o desprezo pelo que provoca a perda de um futuro possível que também pode ser sustentado, pela nostalgia de um passado melhor, pelo menos num passado não tão mau como o futuro que já está no horizonte.

Há também os que se queixam do não acesso à internet e ainda os que garantem utilizar a internet para fazer cursos, assistir *lives*, filmes e séries.

> Internet me faz mal, me traz ansiedade, mas vejo coisa ruim, tem dia que me afeta muito (Estudante de jornalismo, 20 anos).
> Nas redes as pessoas não conseguem me entender (Estudante, mestrado 28 anos).

Sobre o cotidiano na pandemia da covid-19, os conflitos familiares e o uso do mundo virtual, diz a jovem:

> Professora, acho que agora está tudo tão virtual que eu não tenho conseguido ver, por exemplo, *lives* e Netflix. Todo mundo dando dicas e eu ainda não consegui, assim, mas eu comecei a fazer vários cursos, que eu pensava que nem ia fazer. Eu tenho lido mais. Antes eu tinha uma vida de sair quase todo dia. Adoro sair todo dia. Uma vida mais na rua, também, à noite. E agora acho que fiquei bem abafada dentro de casa. E também vários conflitos dentro de casa porque as pessoas são diferentes mesmo. Muitos conflitos com meu irmão (Graduada em comunicação social e estudante de Ciências Sociais, 29 anos).

Com a Pandemia ficou ainda mais visível uma série de problemas relacionados à desigualdade social, especialmente para os jovens, mostrando uma lógica excludente de acesso à cultura, ao trabalho, à educação, à moradia, à saúde. O distanciamento gerou dúvidas e

dificuldades sobre o uso do tempo e do espaço entre eles. Essa desigualdade, além de ser um fator objetivo, afeta também sua condição social e afetiva, na medida em que as expectativas são cerceadas principalmente em relação ao futuro. Segundo Reguillo (2013, p. 78) a pobreza e a desigualdade podem ser pensadas como categorias socioculturais na medida em que "modela os corpos daqueles que não cabem nos novos territórios neoliberais".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os diferentes contextos sociais formados pelas cidades brasileiras, Teresina, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo trazem à tona uma realidade marcada pela diversidade de jovens e de práticas que apontam semelhanças e diferenças em situações de crise sanitária e política. Essas crises se materializaram em múltiplos problemas sociais que, além de amparados pela sociologia das emoções, são amparados pela dor, pelo sofrimento e pela infelicidade; que são sentidos de forma intensa e duradoura (Bericat, 2016). Os relatos recolhidos nas entrevistas, referentes às cidades brasileiras, demonstram sofrimentos e estratégias de resistência.

Alguns entrevistados acreditam em sua vida e em seu futuro, apesar do temor, mas nem tanto no destino do Brasil, onde falta confiança e esperança, inclusive nas políticas para eles próprios. A grande pergunta permanece: como construir, em um mundo com tantas desigualdades e em momento de insegurança, com nossas juventudes, uma ideia de futuro em que se mostre confiança e reitere um mundo onde possam viver melhor. Temos a responsabilidade de pensar respostas para a questão, com propostas a partir de seus territórios, onde eles

têm vivências, experiências, contingências, configurações, e subjetividades, as quais estão constantemente configurando e reconfigurando.

Num mundo em que é uma pena morrer, viver pode valer a pena e esta é a principal tarefa das instituições e de cada um de nós. Urge a implementação, no Brasil, de políticas públicas focalizadas nos territórios mais vulneráveis socioeconomicamente, dentre eles os povos indígenas, mulheres negras e comunidades LGBT+. As entrevistas revelaram a dor, o sofrimento e a infelicidade que a pandemia causou não apenas durante a pandemia, mas também na perda geracional do futuro. Um futuro que era difícil para esses jovens brasileiros desde antes da pandemia, mas a pandemia acentuou a desigualdade, a pobreza, a exclusão e a vulnerabilidade pelas quais suas vidas passaram. Diante desse cenário, as políticas públicas e demais ações institucionais reiteram o caráter estratégico que têm para enfrentar a multiplicidade de problemas sociais derivados e aprofundados por esta crise de saúde.

Há que reivindicarmos ações que visem cessar a violência, a morte por homicídio e suicídio de jovens brasileiros. Queremos atuações políticas eficazes e contundentes que barrem o processo de aprofundamento da desigualdade racial, em especial para as mulheres negras, e que reparem o preconceito de gênero, das comunidades LGBT+ e étnico. Reiteramos o destaque aos povos indígenas, notadamente os jovens, e contra pessoas adoecidas com problemas de saúde mental. Mais intervenções institucionais na prevenção e posvenção do suicídio. Por um novo reordenamento político nacional, que contemple os segmentos infantil e jovem, garantindo uma sociedade menos desigual e que tenham acesso a trabalho, educação e cultura.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. et al Diagnóstico Participativo das Violências nas Escolas: falam os Jovens. Flacso, 2016 in http://flacso.org.br/?publication=diagnostico-participativo-das-violencias-nas-escolas-falam-os-jovens

ABRAMOVAY, M. et al. Juventudes na Escola, Sentidos e Buscas: Por que frequentam? Flacso – Brasil, Mec, OEI. Brasília, 2015.

ACHILLE, M. Brutalisme, Paris. Ed La Découverte, 2020.

ARENDT, H. A Condição Humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ARIZA, Marina. (coord). Las emociones en la vida social. Miradas sociológicas, México, UNAM, 2020.

ARIZA, Marina. La Sociología de las Emociones en América Latina Annual Review of Sociology. Annual Review Sociology, 47:S-1–S-19, 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA. Suicídio: informando para prevenir/ associação Brasileira de Psiquiatria, Comissão de Estudos e Prevenção do Suicídio – Brasília: CFM/ABP, 2014

Atlas da Violência 2019. https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3474

Atlas da Violência de 2020. https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020

Atlas da Violência, 2018. https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33410&Itemid=432. Acessosetembro 2020

BEATRAIS, A.L. A case control study of suicide and attempted suicide in older adults. Suicide, Life and Threatening Behaviour, England, v.32, n.1, 2002.

BERICAT, E. “¿Sienten las sociedades? Emociones individuales, sociales y colectivas”. En: P. Fernández y N. Ramos (Coords.), Corazones inteligentes (121-144), Barcelona, Kairós, 2002.

BERICAT, E. “Emociones” Sociopedia.isa, 2012.

BERICAT, E. “Problemas sociales, estructuras afectivas y bienestar emocional” En: A. Trinidad y M. Sánchez (eds.) Marcos de análisis de los problemas sociales. Una mirada desde la sociología (pp.83-103), España, Edit. La Catarata, 2016.

BEZERRA, P. CNN BrasilBusiness, em São Paulo, 2020. Pela primeira vez, mais da metade dos brasileiros não têm trabalho, diz IBGE. Acesso: https://www.cnnbrasil.com.br/business/2020/06/30/pela-primeira-vez-mais-da-metade-dos-brasileiros-não-tem-trabalho-diz-ibge. Acesso em 28/10/2020

BOTEGA, N. J. Crise suicida: avaliação e manejo. Porto Alegre: Artmed, 2015.

BOURDIEU. P. Capital Cultural. Escuela y Espacio Social, México, 2015. SigloVeinteuno.

CAMUS, A. O mito do sísifo: ensaio sobre o absurdo. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

CARSOLA R. Do suicídio: estudos brasileiros. Campinas: Papirus,1991.

CASTRO, M.e ABRAMOVAY, M. O Cuidado é conceito que envolve atenção ao outro e solicitude, cuidar mobiliza afetividade. Cadernos de pesquisa da Fundação Carlos Chagas n 163. São Paulo, 2017.

CATINI, C. O brutalismo vai à escola. Blog da Boitempo, 2020. Acesso outubro de 2020.

DAYRELL, J. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização Juvenil. Educação e Sociedade. Campinas, v.28, n 100, OUT. 2007.

DELUMEAU, J.História social do medo no Ocidente, 1300-1800: uma cidade sitiada. São Paulo Companhia das Letras , 1989.

DURKHEIM, E. O Suicídio - um estudo sociológico. São Paulo: Martim Claret, 2002.

ELIAS, N. A solidão dos moribundos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar,2001.

FEFFERMANN, M. As interfaces do genocídio no Brasil: raça, Gênero e classe. Instituto de Saúde. São Paulo. 2018. http://www.saude.sp.gov.br/resources/instituto-de-saude/homepage/pdfs/temassaudecoletiva25.pdf. Acesso junho 2020.

GAY, P. Mensur – a acariciada cicratriz. In: GAY, P. O cultivo do ódio. São Paulo: Companhia das Letras,1995.

GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

GENEEP, A. v. Os ritos de passagem: estudo sistemático dos ritos da porta e da soleira, da hospitalidade, da adoção, gravidez e parto, nascimento, infância, puberdade, iniciação, coroação, noivado, casamento, funerais, estações etc. Petrópolis: Vozes, 2011.

IICA, BID, Microsoft. Conetividade Rural na América Latina e no Caribe. Uma ponte para o desenvolvimento sudstentável em tempos de Pandemia. IICA 2020.

ILLOUZ. E.Saving the modern soul: therapy, emotions and the culture of self-help. Berkeleyand Los Angeles, California:UniversityofCalifornia Press, 2008.

KOURY, Mauro G. Pinheiro, BARBOSA, Raoni Borges. ErvingGoffman: reflexões etnográficas desde a antropologia das emoções. Recife: Bagaço; João Pessoa: GREM, 2019

LE BRETON, D. Asolescecence et conduits à risque. Ed. Fabert ,Bruxelles, 2014.

MAUSS, M. Sociologia e antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MINAYO, M. C. de S. et all.(Orgs.) Comportamento Suicida de Idosos. Fortaleza: Edições UFC,2016.

NOVAES, R. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: MENDES DE ALMEIDA, M. I. ; EUGÊNIO, F.(orgs.). Culturas jovens: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE(OMS). Prevenção do Suicídio: um manual para profissionais de saúde em atenção primária. Genebra: OMS, 2000.

PERFIL Epidemiológico de casos notificados de violência autoprovocada por suicídio de 15 a 20 anos no Brasil (SIM), Secretaria de Vigilância em Saúde, Ministério da Saúde, vol.50, 20019.

REGUILLO, Rossana. Jóvenes en la encrucijada contemporánea: en busca de un relato de futuro. Debate feminista, v. 48, p. 137-151, 2013.

REVISTA IHU On-Line. Os três rostos da solidão: A reflexão de Hanna ã luz do confinamento. IHU http://www.ihu.runisinos.br/78-notícias 602006. Acesso agosto 2020.

SCHEFF, T. Goffman e as Dimensões da Superfície e do Interior da Vida Social Humana. In: KOURY, M.G.P.; BARBOSA, R.(orgs.). A Vergonha no Self e na Sociedade. A Sociologia e Antropologia das Emoções de Thomas Scheff. Coleção Cadernos do GREM, n.10. Recife/João Pessoa: Bagaço/Edições GREM, 2016.

SNEIDMAN, E. S. This I believe. In. SNEIDMAN, E.S.(Ed). Comprehending suicide: landmarks in 20 th century suicidology. Washington: American Psychological Association Books, 2001.

SOARES, A. As emoções do care. In HIRATA, H. GUIMARÃES, N. Cuidado e Cuidadoras: as várias faces do trabalho do care. São Paulo. Atlas, 2012. P. 44-60.

TIC Domicílios 2017, Agência Brasil. https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-07/mais-de-um-terco-dos-domicilios-brasileiros-nao-tem-acesso-internet. Acesso setembro 2020.

TURNER, V. Betwixt And Between: o período liminar nos 'Ritos de Passagem'. In: Uma floresta de símbolos: aspectos do Ritual Ndembu. Niterói: EDFUFF, 2005.

ZELIGER, V. Aeconomia do care. In: HIRATA, H. GUIMARÃES, N. Cuidado e Cuidadoras: as várias faces do trabalho do care. São Paulo. Atlas, 2012. P 15-28.

15

A INTERCULTURALIDADE E A POÉTICA EM TEMPOS PANDÊMICOS

Carine Josiéle Wendland

Caminhamos linearmente pela história na nossa linha do tempo contada pelos números cardinais, em sequências ordinais, nas quais nos tornamos ordinários e deixamos de reconhecer a própria história. Kusch (2007a) já criticava a forma como a história é vista. A pré-história é como tal chamada, porque antecede aos 400 últimos anos de progresso europeu da cidade, escapa-se a Grécia que serve de mito para a cidade moderna. Na sua concepção, uma forma profunda de ver a história é ter a grande história como a primeira, que manipulou os primeiros utensílios. Esta "gran historia supone la simple sobrevivencia de la especie" (p. 153) e a pequena história, essa recente, dos grandes utensílios, daqueles que querem ou tentam *ser* alguém.

Embora separados por um vírus, nos unimos em educações. Os "contextos não são armazéns de sentidos e de sensações prontos a serem usados. Alteram a identidade dos que sentem e dos que são sentidos. Os corpos sentem e são sentidos em contextos" (SANTOS, 2019, p. 243) e é neles que estamos. Em contextos também de (re)conhecimento das filosofias ameríndias, que já faziam parte da grande história considerada por Kusch.

Como contextos e pretextos em pesquisa temos uma pandemia que assola mundialmente bilhões de pessoas, que já matou milhões e que segue matando milhares dia após dia. A pesquisa, todavia, não se descola

da vida, ao fazer parte, faz viver. E neste contexto, a pesquisa e a vida se dão de forma diferente do habitual, mas não menos intensa.

Ademais, no contexto de universidade geocultural, no solo da América Profunda, está a interculturalidade. Este lugar de aprendizagens e transformações na convivência. Convivência que tem se dado virtualmente. Na intrínseca relação entre ensino, pesquisa e extensão, a universidade, ao abrir-se interculturalmente para com outras culturas, trata de um encontro com a geocultura "que reconhece a importância da noção educativa na qual o/a indígena tem como dimensão central buscar as respostas a partir de sua própria cultura" (MENEZES, MORETTI, 2018, p. 26).

Com base em Kusch (2007b), refletimos que o problema da América estaria no confronto entre racionalidades para encontrar uma racionalidade mais profunda, mais próxima a nossos conflitos - visto que, qualquer diálogo é intercultural e contém conflitos, diferenças e alteridades. A interculturalidade está neste lugar do entre, dentro e fora da universidade, no entre indígenas e não indígenas. As reflexões, a seguir, são pautadas em especial nas culturas Guarani Mbya e Kaingang que em pesquisa e vivência perpassam as relações cotidianas virtuais.

Para tanto, partindo deste solo de América Profunda, para lá estar e ver brotar o pensamento seminal, emergem questões de como produzir saúde no meio de tantas mortes e de tanta fome? Como produzir alma e espiritualidade? Como (sobre)viver? O contexto (com-texto) atual, apesar de tudo, é *com*.

COLONIALIDADE, COMPLEXOS E COVID

O prefixo co, que do latim *cum*, o mesmo que "com", traduz um sentido de com-panhia, mas também de com-versa. *Com*-versa é comigo, traz o eu e o tu. A *com*-versa traz *nós*. Em e a partir de com-versas interculturais que as questões emergentes foram surgindo no âmbito da vivência.

Na convivência com estas culturas, tenho percebido acadêmicamente, em livros, lives e nesse contexto virtual provocado pela pandemia do novo coronavírus, um adensamento aproximado com os indígenas e pergunto se seria, então, a relação intercultural também uma forma de produzir alma e se esta ocorre sem presencialidade.

As relações que acontecem entre um indígena e um não-indígena são de uma outra ordem, não estão somente no nível de uma racionalidade[1]. Boechat, *et al* (2017) também concordam que o conhecimento científico não é apenas alcançado por meios racionais, mas de uma aproximação maior ao sentimento e à intuição. Pois o "espírito científico tem de se formar deformando-se" (BOECHAT; *et* al, 2017, p. 2). Na relação intercultural é possível ver e sentir o lugar do outro que enfrenta limitações, refaz-se como lugar de escuta profunda.

A presença no presente, no tangível em tempos de pandemia não é possível, ademais a alternativa é o próprio fazer ser o que não é, ou seja, a própria poética. Para isto, realizar "pesquisas no campo do imaginário, encontrar metodologias subtende-se criá-las, usar e abusar da bricolagem, brincar – com licença poética – de utilizar inúmeras abordagens de pesquisa sem pudor, mas lembrando-se do rigor" (OLIVEIRA; SILVA,

[1] Conforme a professora Ana Luisa Teixeira de Menezes (2021), em encontro de orientação.

2016, p. 54). Ao compreendermos todo ser humano como poético e intercultural, as conversas interculturais, estabelecem o elo entre estes humanos, além de denotar o lado poético – de *pöien*, fazer – pois cria uma outra e nova forma de caminhar e perceber fenomenologicamente.

Nas reflexões do campo do imaginário, da educação, cultura e política, é possível perceber que o instante dói, destrói e produz falta de saúde. No Brasil, na época da chegada dos portugueses, "a população indígena [...] representava em torno de cinco milhões de indivíduos, falando cerca de 1.300 línguas diferentes [...]. Segundo o censo do IBGE de 2010, a população indígena somava em torno de 900 mil indivíduos. Destes, aproximadamente 300 mil viviam em cidades" (BOECHAT, 2018, p. 79). Embora não tenhamos um novo censo, os números evidentemente decrescem em função da pandemia causada pelo novo coronavírus – covid-19, da fome, do desmatamento, do desmantelamento da vida de demais fatores que fazem com que o complexo cultural, esclarecido mais adiante, permaneça e se fortaleça.

O colonialismo precursor do poder político, econômico, epistemológico, do poder enfim, continua na América Profunda como colonialidade. Esta última é mais profunda e por estar ainda conosco, duradoura. Ela é a parte invisível que constitui a modernidade. Descolonizar o conhecimento supõe "descolonizar a lógica e o modelo de racionalidade totalizante, excludente, em função dos quais pensamos, em suma, descolonizar o imaginário, reprogramar o pensamento, despensar" (TAVARES, 2013, p. 211).

Nas palavras de Krenak:

> Cantar, dançar e viver a experiência mágica de suspender o céu é comum em muitas tradições. Suspender o céu é ampliar o nosso horizonte; não o horizonte prospectivo, mas um existencial. É enriquecer as nossas

> subjetividades, que é a matéria que este tempo que nós vivemos quer consumir. Se existe uma ânsia por consumir a natureza, existe também uma por consumir subjetividades - as nossas subjetividades (2019, p. 15).

Quem lê estas poéticas palavras nem imagina o que estes povos já passaram e seguem intensa e progressivamente passando, imersos nesta pandemia. O cantar, dançar e viver expressos nas palavras de Krenak são a linguagem poética desse povo, muito além do mero falar e escrever e traduzem de certa forma a busca pela saúde e pela vida.

> A ideia de nós, os humanos, nos descolarmos da terra, vivendo numa abstração civilizatória, é absurda. Ela suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos. Oferece o mesmo cardápio, o mesmo figurino e, se possível, a mesma língua para todo mundo (KRENAK, 2019, p. 12).

Não é possível esquecer ou apagar a colonialidade. Suas marcas permanecem presentes entre nós, de modo que ultrapassá-las é uma tentativa de resgate do *ser* humano que poderá voltar-se mais ao estar-sendo indígena. O paradigma da colonialidade traz uma relação entre linguagem[2] e poder, território, escrita, religião, entre outros fatores, uma vez que define os colonizados como seres sem linguagem, como comunicadores simples, que se expressam de maneira rudimentar (VERONELLI, 2016).

Para os colonizadores, ver os indígenas conversando entre eles era algo menor do que expressar conhecimento. A colonialidade do poder não entende os colonizados como agentes comunicativos, mas reduz-os a primitivos, seres sem capacidade de estabelecer uma comunicação

[2] Entendo aqui também linguagem como qualquer forma de expressão do humano, somos seres produtores de linguagem e viventes na linguagem.

dialógica racional, ou seja, sem linguagem. Veronelli (2016) difere língua e linguagem. Para ela, linguagem é a capacidade de estabelecer comunicação mediante signos - sejam orais ou escritos, enquanto línguas são as muitas manifestações diferentes que apresentam a linguagem nas diversas comunidades do planeta. A linguagem produz e permite diferentes modos de viver, porque há diferentes modos de estar nela. A dança, a pintura, a arte como um todo, especialmente dos indígenas nos mostram alguns desses modos de viver.

A partir disso, me questiono - neste lugar de América Profunda que exala um *hedor* do indígena na cidade, como se estivesse fora do lugar e não permitisse a *pulcritud* - se este momento de pandemia não seria a união dessa relação consciente e inconsciente de negação e oposição entre indígenas e não-indígenas e justamente uma união que visa a saúde?

Percebeu-se com o início da pandemia a reinvindicação crescente de lives para com intelectuais indígenas, a busca constante do *juruá* - como é chamado o não-indígena pelos Guarani - e dos *fóg* – o não-indígena a partir da perspectiva Kaingang,- por escutar.

Ao afirmar uma epistemologia única, um modo de ser único, age-se para ocultar, negar e desprezar modos de vida. Ao longo da história, houve um silenciar de povos e culturas dominados pelo capitalismo e colonialismo. E mais do que isso, houve um epistemicídio, "a destruição de algumas formas de saber locais, à inferiorização de outros" (SANTOS; MENESES, 2009, p. 183).

Krenak (2017), nos interpela então, a serviço de quem seguimos perpetuando práticas coloniais ou de colonização? As famílias Krenak cabem hoje no Maracanã, considerando que eram 5 milhões de indígenas no litoral brasileiro quando os brancos chegaram, cerca de 20 ou 30 anos depois, o número caiu para alguns milhares, apenas. Houve um

extermínio. E o extermínio continua acontecendo. Consideremos que atualmente ainda mais forte, pois quem aos indígenas deveria proteger, propulsiona uma política de morte.

Para Onorio de Moura, indígena Kaingang e doutorando em Educação pela Universidade de Santa Cruz do Sul, a pandemia tem afetado muito os povos indígenas,

> tanto no setor da área da pesquisa, em todos os sentidos [...], questão social também né, eu gosto de lembrar que essa pandemia não é a primeira, que nem no início de 1910[...], aproximadamente, [...] teve grandes pandemias que vieram e dizimaram uma boa parte dos povos indígenas, principalmente dos Kaingang. Então não é a primeira, só que hoje ela é mais complicada ainda [...] porque lá em 1900, naquela época ainda tinha a mata, ela estava de pé pra se refugiar né, que nem os parentes lá da Amazônia, quando começou a pandemia, o pessoal foi tudo para as reservas indígenas, foram todos para a mata, então é um refúgio, onde não tem doença e hoje nós aqui, no Rio Grande do Sul principalmente, a gente não tem nem mais nossas matas de pé, pra onde é que a gente vai fugir?

O resto de mata que ainda nos resta, felizmente sustenta o céu e produz espiritualidade. Mas, a queda do céu, que acontecerá "quando a floresta acabar e as entranhas da terra tiverem sido completamente destroçadas pelas máquinas devoradoras de minério, as fundações do cosmos ruirão e o céu desabará terrível sobre todos os viventes" (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 14), não permitirá que tenham mais árvores que suspendam o céu lá em cima.

Para Krenak e Albert (2019), a queda do céu ou este findar do mundo,

> talvez seja uma breve interrupção de um estado de prazer extasiante que a gente não quer perder. Parece que todos os artifícios que foram buscados

> pelos nossos ancestrais e por nós têm a ver com essa sensação. Quando se transfere isso para a mercadoria, para os objetos, para as coisas exteriores, se materializa no que a técnica desenvolveu, no aparato todo que se foi sobrepondo ao corpo da mãe Terra. Todas as histórias antigas chamam a Terra de Mãe, Pacha Mama, Gaia. Uma deusa perfeita e infindável, fluxo de graça, beleza e fartura. [...] Todas as vezes que a imagem do pai rompe nessa paisagem é sempre para depredar, detonar e dominar. (KRENAK, p. 30, 2019).

Este estar em contato com a natureza é essencial para a produção de saúde. O cacique Guarani da *Tekoá Ka'agui Poty* (Aldeia Flor do Campo), localizada no município de Estrela Velha (RS), João Paulo Acosta, relata que com sua preocupação com a falta de alimentos, está adoecendo. Em conversa com a FUNAI (Fundação Nacional do Índio), recebia o retorno de que não tinha previsão de entrega de cestas básicas. Em escrita relata:

> Nossa preocupação tão grande de novo, e aquele aldeia que tem mais perto da cidade estão ganhando direto alimentos e nos moramos longe da cidade estamos passando dificuldade demais. Hoje eu estou direto na cama. Triste. O pessoal já está enviando dinheiro, mas vamos conseguir mais. E sinto muitas dores no peito. Eu estou pedindo a nhanderu me iluminar. Não estou gripe. Eu estou fraco.

Iria tomar no outro dia, remédio preparado na aldeia, pois sentia

> Uma dor [...] bem no coração mesmo. Eu não sei por que, fiquei fraco ontem, mas isso aí tem que levar pro karaí, não é pro médico do branco não [...]. Mas hoje eu fiquei muito triste né, porque várias coisas acontecendo e essa dor imensa no peito e pensando e ligando pra vocês né [...] se fosse sozinho, eu não pedia né, mas é pela minha mãe, pela minha família, mas eu vou ficar melhor amanhã.

Ao passo que enfrentam a situação da fome, os alimentos são muito caros e não conseguem se manter com o que o município dá, que não chegaria a 50 reais. As doações vindas de pessoas também já não estavam sendo suficientes. "*Desde que começou esse problema, da doença, do vírus né, [...] a FUNAI conseguiu uma cesta básica pra cada família, em torno de máximo 20 quilos pra cada família*" o que, porém, durava poucos dias.

FUNAI e SESAI (Secretaria Especial de Saúde Indígena) não permitiam os indígenas irem à cidade venderem artesanato:

> quando a gente vai pro município [...] a autoridade da cidade não vão deixar nosso povo vender o artesanato, com certeza isso vai acontecer, ele já vai ligar pra FUNAI, vai ligar pra SESAI, então a cobrança da SESAI por parte do município, é cobrança muito grande , já liga pra SESAI - porque que vocês tão largando indígena pra cidade, a FUNAI tá sendo cobrada, então a gente não vê condição pra sair pro [...] outro município, porque aquele município também não tá aceitando o povo indígena na cidade, então isso tem que entender aquele que tão ajudando o povo indígena e a FUNAI, a SESAI do município, ele só fala que não é pra sair, mas ajudar, não ajuda.

Vherá Poty, indígena Mbya Guarani, atualmente morando em uma aldeia de Santa Catarina, relata que a venda do artesanato vem por uma necessidade, pois antes e muito além disso

> muitas famílias indígenas faziam e nem vendiam né, por dinheiro, mas sim [...] faziam troca por farinha de milho, de trigo, feijão, torresmo, galinhas, sempre se fazia muito esse processo assim da troca mesmo, nem vendia, porque não tinha muito sentido assim de vender por dinheiro, parece que perdia muito o valor, tinha muito mais sentido de trocar por alimento do que vender por dinheiro, eu lembro bem disso, porque eu também acompanhava as famílias a fazer isso né, as vezes trocavam por cobertor, trocava por roupa, sapato e era assim. E isso tinha, pelo menos assim pra mim, isso

> tinha muito mais sentido do que vender por 10, 15 reais hoje. E, dinheiro, sei lá, acho que se formos pensar assim nessa concepção assim da troca, o dinheiro perde muito valor, porque o dinheiro parece que sempre tem essa lógica de medir o valor de qualquer objeto e o artefato não tem isso né, a partir do momento que tu coloca um valor parece que tu te limita né, até onde esse objeto vale ou não vale, então tu perde muito esse valor real de um artefato, mas é que as pessoas da cidade tem essa mania já de perguntar "quanto que vale?" e isso mesmo que pra nós não tem muito sentido, a gente sempre inventa aí "ah, é 15 reais, 20 reais".

Em outro momento relata

> Vou trazer uma questão bem simples. Digamos que eu ganhe mil reais, em um negócio que a gente faz. Eu me senti rico com mil reais. E o que acontece? O que eu posso fazer com mil reais? Na aldeia, a gente sempre faz essa pergunta. Ah, vou comprar comida pra mim! Mas eu tenho comida. Então vou comprar comida para aquelas outras famílias que tão precisando. Uma coisa que eu sempre penso muito e vejo, uma realidade nossa, lá na aldeia. Por que que a cidade é tão rica, rica de grana, de dinheiro, e existe muita gente morando na rua...? Na aldeia, a gente é tão pobre de dinheiro, mas não tem ninguém morando na rua... (SOUZA, 2019, p. 112).

Para além disso, conforme Onorio,

> também tem a ver com a pandemia [...] a questão do movimento político, que em plena pandemia, além de nós como povos indígenas estarmos nessa luta, tentativa de se cuidar com relação da saúde, a questão do vírus né, contaminação e propagação, a gente ainda precisa lutar pelos nosso territórios indígenas, que estão sendo ameaçados a partir de pressões dos agronegócios, dos garimpeiros, que tem interesse em explorar nossas terras indígenas através do marco temporal e essa lei, ela diz que só reconhece nossas terras indígenas, onde os indígenas estavam em cima a partir de 1988[...], além da gente ter toda essa dificuldade com os nossos anciões de cuidar deles, ainda há uma questão política né, tentativa de extermínio dos

> povos indígenas em curso e em meio à pandemia, utilizando a própria pandemia como estratégia para passar diante de um Supremo Tribunal com pressão dessas instituições que seriam o agronegócio, os garimpeiros apoiado pelo nosso líder máximo [...], então a política de tentativa de extermínio em meio à pandemia, são técnicas que não são de agora, desde 500 anos atrás. O Estado vem utilizar técnicas na tentativa de extermínio né, então a gente tem que lutar contra a pandemia e também lutar contra o próprio sistema né, que o Estado que tenta exterminar os povos indígenas a partir da retirada dos seus territórios indígenas [...]. O Brasil como um todo foi território indígena e ainda é, então tem essa questão de luta por território em meio à pandemia e agrava mais ainda as dificuldades dentro das aldeias, das terras indígenas, os acampamentos, toda essas situações das aldeias que vivem nas periferias de grandes cidades como em Porto Alegre e nas pequenas cidades.

Há quinhentos anos os indígenas estão resistindo, "eu estou preocupado é com os brancos, como que vão fazer para escapar dessa. A gente resistiu expandindo a nossa subjetividade, não aceitando essa ideia de que nós somos todos iguais" (KRENAK, 2019, p. 15). Além disso, a cada ano ou parte de ano, uma dessas línguas originais da periferia da humanidade é excluída, permanecem apenas aquelas que para as grandes corporações possam ajudar no "desenvolvimento sustentável".

A (re)existência dos povos indígenas no momento tem sido forte, poética e sensível. Dançar em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF), quando a votação do marco temporal estava lá tramitando, não tinha viés artístico de apresentação, mas do corpo ritmado na intrínseca relação entre canto, dança e reza. (Re)existir a um marco e a inúmeros fatos que matam, reivindica memória. A memória é um espaço de não deixar esquecer.

A memória é também um espaço de poder, de disputas políticas por grupos divergentes, cabe-nos lembrar que o extermínio se deu pelo fato

de considerarem que representavam um atraso ao desenvolvimento econômico da região, uma afronta às ideias da civilização cristã ocidental, e por isso justificava-se sua eliminação, tal como afirma Ferreira (2017), cabe lembrar do acontecido também, porque "Um povo sem memória é um povo sem futuro" (p. 303).

Por não deixar esquecer, a memória tem a função de salvação, de lembrar e não deixar esquecer e por isso vem a "memória coletiva como essencial para o resgate da identidade dos povos" (BOECHAT, 2018, p. 73). E junto com ela, o inconsciente coletivo que pertencente a um grupo social ou cultura representado pelo "*inconsciente cultural* (Joseph Henderson) [...]. O inconsciente cultural se situaria topograficamente entre o inconsciente coletivo e o inconsciente pessoal" (p. 75).

Por sua vez, Thomas Singer e Samuel Kimbles (2004 apud BOECHAT, 2018), a partir do conceito de complexo de Jung, trouxeram o *complexo cultural*. Este "diz respeito a questões conflituosas que uma nação ou coletividade desenvolve no decorrer de sua história" (p. 75).

Assim como o complexo afetivo do indivíduo advindo de uma situação traumática da infância precisa na idade adulta ser mais bem elaborado, assim o complexo cultural

> embora se originando nos inícios da organização de uma cultura, poderá ter efeitos deletérios sobre a organização social futura da sociedade [...] complexos culturais podem ter influência sobre outros afins e atraí-los para um campo de força comum com efeitos destrutivos para a cultura em médio e longo prazos (BOECHAT, 2018, p. 76).

A partir de Leonardo Boff, Walter Boechat (2018) traz à tona os quatro complexos culturais ou as quatro sombras da cultura brasileira, sendo elas: colonialismo, holocausto indígena, escravidão e corrupção.

Me detenho aqui a pensar apenas as duas primeiras na especificidade das questões. Quanto ao primeiro complexo, é possível perceber que "o processo de mitologizar é espontâneo do inconsciente, quando o desconhecido tende sempre a ser preenchido por imagens mitológicas" (p. 78), ou seja, não somente indígenas tinham o mito como referência, mas também na Europa imperava o mito da Idade do Ouro, projeto nas, então, terras desconhecidas que também eram associadas "ao mitologema do Paraíso Terrestre [no qual] está o poderoso mito da Grande Mãe, eterna doadora de benesses sem limites" (p. 78) e portanto um dos mitos fundadores da *terra brasilis* em conformidade com Boechat (2018) a partir de Meira Penna (1999: 117ss.) fazendo com que os aqui chegassem pensassem numa fonte inesgotável de bens e permitindo que esse pensamento ressoasse até hoje como complexo cultural.

O segundo aspecto de *sombra* trata do holocausto indígena a exemplo do instrumento nazista de morte transposto ao *genocídio indígena* nas Américas, tanto a nível de guerra quanto por doenças desconhecidas e a talvez mais sutil e tão mais destruidora: conquista de almas. Embora, as reduções jesuíticas auxiliassem para com o aspecto da crueldade advinda dos colonizadores, suas almas eram destituídas com a linguagem, os mitos e sua vida (BOECHAT, 2018).

O que faz, portanto, com que estes complexos permaneçam e resplandeçam se dá pelo nosso esquecimento quanto às etnias indígenas e sua consequente morte. Urge a necessidade de trazer à memória sombras coletivas. Para além destes complexos, podemos pensar as raízes da colonialidade na linguagem e nas epistemologias também como complexos culturais? Seria a educação de nós outros não-indígenas também

arraigadas de complexos culturais[3]? Considerar a história pela sua raiz, é tentar a compreender integralmente, num sentido de

> *ubuntu*[4], ao valorizar a pessoa, as relações harmoniosas entre elas e com o cosmos, na procura de uma harmonia entre o homem e o universo, representa uma alternativa epistemológica que pode contribuir para dar um outro sentido à vida humana e repensar a questão dos direitos humanos a partir de uma perspectiva holística (SANTOS; MENESES, 2009, p. 186).

Os ideais eurocêntricos ainda permeiam entre nós. É importante, nesse sentido, salientar que desconsideravam qualquer outro povo, não somente indígenas, mas todos que para eles fossem sub-humanos. Como podemos observar em Santos e Meneses (2009), os europeus ao considerarem que os africanos não tinham consciência de si, acreditavam que só eles poderiam traçar um quadro de sabedoria. De modo que, a modernidade, na sua versão colonialista, neo-liberal e capitalista "esvaziou a riqueza de sentidos do mundo [...] Há, pois, que devolver alguns dos objectos furtados para criar padrão de interculturalidade" (p. 188).

"O mestiço e a raça africana não tinham a mesma dignidade" (SANTOS; MENESES, 2009, p. 299) que outros. Os jesuítas ocuparam-se das apenas duas raças "puras" deste solo, os crioulos, filhos dos espanhóis que nasceram na América e os indígenas que aqui já estavam, porém quanto aos indígenas era duvidosa a presença de alma. A

[3] No grupo de pesquisa Peabiru (UFRGS/UNISC - CNPq, em 22 de abril de 2021, conversávamos sobre os complexos. Estes podem ter memória de longa duração e emoções muito poderosas neles e que, portanto, caracterizam-se como algo acumulado de geração para geração e que se configura como autônomo. Conforme a pós-doutoranda Fatima são espécies de traumas da humanidade não amenizados. A professora Ana Luisa relatou que todo complexo é positivo e negativo e existem justamente para aprendizados e transformações. Torna-se maléfico à medida que é totalmente inconsciente e resiste à consciência. Outro aspecto está também no conjunto do complexo pessoal que é alterado e fortalecido com os complexos pessoais.

[4] Categoria "epistêmica e ontológica do pensamento dos grupos africanos que falam línguas Buntu, que significa ser em geral, relações interpessoais e procura de uma harmonia cósmica" (*Ibidem*).

justificativa para a invasão e destruição dos povos partia da suposta falta de alma destes "sub-humanos".

Veronelli (2016) aponta para a relação entre humanidade e linguagem. A negação da humanidade constitui a ideia de raça. "La raza es una construcción mental que prescribe una desigualdad natural entre poblaciones y sociedades [...]" (p. 41). A raça separa as pessoas à medida que distingue cores e culturas. O branco preza e "só jura pela santíssima Trindade do Estado, do Mercado e da Ciência" (CASTRO, 2015, p. 24), enquanto há povos que vivem o mundo.

O que enfrentamos hoje é fruto das árvores com raízes prejudicadas pela seca, e sufocadas pela colonialidade nas suas diferentes vertentes: capital e racionalismo frente ao modernismo. Por estarmos pensando na imagem da árvore, lembremos que muitas pessoas pensam que são ecologicamente corretas frente a natureza, mas a visão de ecologia que o branco coloca, o indígena já vive desde que nasceu com todas as formas de vida.

> Quando falam da floresta, os brancos muitas vezes usam uma outra palavra: meio ambiente. Essa palavra também não é uma das nossas e nós a desconhecíamos até pouco tempo atrás. Para nós, o que os brancos chamam assim é o que resta da terra e da floresta feridas por suas máquinas, tudo o que eles destruíram até agora. Não gosto dessa palavra meio. A terra não deve ser recortada pelo meio. Somos habitantes da floresta, e se a dividirmos assim, sabemos que morreremos com ela. Prefiro que os brancos falem de natureza ou de ecologia inteira. Se defendermos a floresta por inteiro, ela continuará viva. (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 484).

Nesta concepção, ousaria dizer que vivemos numa meia humanidade, já que esta não se encontra inteiro e não quer considerar uma de suas partes. É essa metade que pode nos ensinar de sua educação, de sua

espiritualidade, de sua alma no mundo, que pode ser nossa também, já que a dimensão do eu não existe sem o *nós*.

Finalmente, descolonizar o conhecimento seria apenas "dar visibilidade aos povos silenciados e oprimidos pelo colonialismo, capitalismo e neocolonialismo" (TAVARES, 2013, p. 211)? Ou seria também assumir os saberes e as filosofias destes mesmos povos como nossos?

"Corpos diferentes resultam da diferença cultural inscrita nos sentidos. Essa diferença cultural é quase sempre destacada pelos diferentes contextos sociais nos quais os sentidos são especialmente ativados" (SANTOS, 2019, p. 242). Nós outros, ocidentais, temos o sentido da visão em supremacia aos demais. Culturas ameríndias, por exemplo, tem todos os sentidos em relevância, em especial o da audição.

> A ideia de que corpos e sentidos são interculturais é a mais complexa de todas porque a diversidade não se limita a corpos e sentidos humanos; tem a ver também com corpos vivos não-humanos. Tem a ver com as relações, igualmente interculturais, que os humanos têm com não-humanos. Se o sistema de equivalência entre sensações e percepções é complexo nas relações entre humanos, o é muito mais ainda no que se refere à relação dos humanos com não-humanos, nomeadamente, com a natureza (SANTOS, 2019, p. 242).

A diversidade intercultural dos sentidos já foi reconhecida pelas ciências sociais modernas, mas no modelo extrativista. "Em consequência disso, a distância cultural entre investigador e investigado reforçou a separação entre sujeito e objeto, bem como a linha abissal entre sociedades/sociabilidades metropolitanas e [...] coloniais" (SANTOS, 2019, p. 242).

As conversas interculturais como modo de pesquisar e perceber são permeadas por conflitos interculturais e produção de sentidos de si

no outro e do outro em si. O ato de perpassar o vazio intercultural provocado pelo ocidente, de cortar a linha abissal ao meio e de findar com todos os apartheids e fins de mundo possíveis move-nos para uma educação poética.

Mia Couto (2021)[5], relata que

> nós já tivemos vários fins do mundo. Aliás, o mundo termina todos os dias. Terminou no genocídio. Nosso mundo terminou na escravatura quando foi a escravatura, a colonização, depois as guerras, a seguir a independência. Portanto, o que aconteceu, e é isso em que há um certo paralelo, é que a sementeira do ódio foi feita em Moçambique, durante tempos, anos, décadas. Se olhou o outro, se aprendeu a olhar o outro, o que era diferente, com uma certa desconfiança. E, depois, esse desconhecimento fez nascer e fez sedimentar o ódio [...] que quando quisemos nos libertar dessa guerra, essa sementeira tinha sido tão intensa, tinha se implantado tão secretamente dentro de cada um de nós, que agora nós temos de pagar com essas sucessivas ondas de violência que o Brasil também tem, [...] à certa altura, nós perdemos [...] não só a ideia, mas o desejo de mudar o mundo, o que implica também mudarmos e aceitar que é preciso falar com os outros, por mais diferentes que eles sejam.

"Recuperar la racionalid del sujeto observado, significa frustrar la propuesta inicial de la investigación para subordinarla a la posibilidad de una comunicación" (KUSCH, 2007b, p. 205) em que desaparece a relação observador-observado para uma relação de *com*-vivência na constituição de uma "racionalidad enredada en su própria razón de ser" (p. 205), ou seja, que a interculturalidade é poder subjetivar o que o outro da relação está dizendo. Enquanto não tiver sentido produzido em mim

[5] Em live transmitida no Festival Literário de Araxá – FLIARAXÁ, em 1º de novembro de 2020. FLIARAXÁ. *Mia Couto e Ailton Krenak no IX Fliaraxá*. Duração: 1:13:48. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=_Hy2LJAADyc> Acesso em: 13 mar. 2021

não há interculturalidade[6]. Porque, muito além de um encontro de culturas, é aquilo que vai constituindo sentido do que o outro traz na conversa e no convívio e a partir de então passa a ser do próximo da relação também, que por sua vez, passa a se reconhecer igualmente. Então a interculturalidade é um ato simbólico que na ação da poética intercultural também está implicado. "El pensamiento, por su parte, se mueve dentro de un lenguaje y éste implica un horizonte simbólico. El horizonte simbólico se alimenta a su vez de una tradición, funciona dentro de un presente y facilita el proyecto hacia un futuro" (KUSCH, 2007b, p. 210 e 211).

EDUCAÇÃO POÉTICA

No horizonte, passado, presente e futuro na perspectiva de tempo dos indígenas conforme Munduruku (2021)[7] é um tempo circular, tempo da natureza, da renovação e neste tempo circular rememoro a intrínseca relação entre ensino, pesquisa e extensão do grupo de pesquisa do CNPq Peabiru: Educação Ameríndia e Interculturalidade da Universidade de Santa Cruz do Sul, que reverberou em dois cursos de extensão no ano de 2020, um deles "Morte e nascimento da ancestralidade indígena na alma brasileira", lançado pela UNISC, Institutos Junguianos do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, Associação Junguiana do Brasil e editora Vozes que teve abrangência nacional e internacional, uma grande participação da comunidade de profissionais de saúde e educação, entre outros. A ação trazia profissionais de áreas transdisciplinares que discutiram a presença

[6] Conforme a professora Ana Luisa Teixeira de Menezes (2021), em encontro de orientação.

[7] TRAMAS. *Literatura Indígena: entre a escrita e a oralidade***.** Aula inaugural da IV Edição do curso Aprendizagens interculturais: produção de sentidos na educação. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=qRPi_5XJyMo&list=PLxoWhnFiDRPMEiGwIxfmgBuaeg1GWxTZe> Acesso em: 08. Abr. 2021.

indígena, os complexos culturais e as contribuições epistemológicas indígenas na formação humana. O curso foi gratuito na modalidade *on-line* com um total de mil inscrições e reforçou as pesquisas realizadas pelo grupo de pesquisa. Os palestrantes e professores do curso foram autores do livro "Morte e renascimento da ancestralidade indígena na alma brasileira: Psicologia junguiana e inconsciente cultural" com o lançamento do livro ao final do curso, pela Editora Vozes.

Outro curso de extensão importante em âmbito nacional foi o "Renascimento da ancestralidade indígena na alma brasileira", que teve a participação de intelectuais indígenas e profissionais da área da educação e da psicologia visando a sistematização e o diálogo com as epistemologias indígenas, em especial interlocução com etnias mbyá guarani, baniwa e munduruku. Este último curso já trouxe as *com*-versas interculturais propiciando uma aproximação e diálogos entre profissionais, lideranças e intelectuais indígenas a cada encontro. Tirando o indígena do lugar invisibilizado para aquele que ensina e traz contribuições significativas para o debate epistemológico e ontológico na ciência.

Como já estamos habituados a ouvir, ler ou produzir sentidos, a pandemia provocou, permitiu e de certa forma obrigou reinvenções. O escutar do não-indígena perceptível nas duas experiências de curso denota sua poética sensível por vezes ou até então não muito perceptível. Assim como Vherá começou a vender seu livro de fotografias digitalmente para diferentes regiões do país, deu e permanece dando cursos, estabeleceu uma forte interação com a universidade, bem como diversos outros indígenas vislumbra-se as reinvenções ou talvez a refeitura de si.

A pesquisa/vida emerge enquanto experiência de educação, de fazeres, e das relações interculturais que promovem aproximação de espiritualidades e o fortalecimento destas, a produção de alma, poética

e saúde. Os percalços da pandemia e seus danos irreparáveis nos fazem pensar na pandemia e quarentena constante que vivem os indígenas ao serem colocados à margem da meia humanidade em que vivemos.

As com-versas com indígenas permitem a ampliação do pensamento e de percepções dos seus caminhares:

> nosso caminhar é muito importante também, porque anteriormente caminhava muito Guarani, [...] mora 10 anos numa aldeia, muda pra outra aldeia ou busca outra aldeia pra si. Pra fazer outra aldeia, por exemplo, no tempo de chegar os *juruá* vamos dizer assim, mas hoje a gente vive cercado, muito cercado, muito limitado vamos dizer assim, então com isso é muito difícil manter essa cultura como antes, mas hoje continua vivo no modo de falar em Guarani, fazer religião, fazer ritual, a gente continua fazendo isso porque através do ritual pode ter a saúde, educação, sabedoria, continua fortalecendo a vida Guarani num caminho longe né, através da cultura, da agricultura [...], então a educação vem através do Nhanderú e através da cultura também, isso é muito importante. (Cacique Santiago, 2021)

A pandemia pode ter alterado pensamentos, moldado ações, reverberado em sabedorias antes não acessadas, mas não temos como ocultar a sombra que ela trouxe ao mundo e à vida das pessoas, pois

> essa pandemia, ela vem justamente pra acabar né, e a nossa grande preocupação como membro de um povo indígena é o cuidado com os nossos sábios, os nossos kofá, nossos kujã, que são as nossas bibliotecas vivas né, e a pandemia do Covid-19 levou muita gente né, matou muita gente, que morreram carregando toda uma sabedoria do povo Kaingang, por exemplo, então são questões que a pandemia veio pra levar um pouco dos nossos sábios e isso pra nós é um prejuízo imensurável se tratando do povo Kaingang. Em contrapartida, a gente tem uma estratégia de movimento, com ferramentas de enfrentamento que a gente mais utiliza hoje é esse pensamento coletivo, a gente usa essa ferramenta de luta que é o pensamento coletivo, o ajudar um ao outro, o próximo, as lideranças indígenas correndo atrás de instituições,

> órgão não-governamentais para pedir ajuda né, questão de alimento, questão de saúde, remédio, as nossas curandeiras indo pro meio do mato pra fazer os chás, correndo atrás de ervas medicinais pra fazer as curas, pra prevenir, então esse pensamento coletivo, tem movimentos de combate também a essa pandemia. (Onorio de Moura, 2021)

Gerações de jovens indígenas necessitam fazer ser o que não é, utilizar-se da poética, com as perdas de seus kofás, de seus anciãos e anciãs. Os não-indígenas têm uma grande dívida com os povos indígenas: a terra. Esta última produz e germina educação, cultiva e repassa a educação às "bibliotecas vivas" e numa circularidade de sentidos, educa.

> Há um movimento: o pensamento coletivo ainda está muito de pé, o diferencial é isso né, e a voz indígena está ecoando, tanto utilizando a própria pesquisa - utilizar as próprias ferramentas digitais, as tecnologias [...] como ferramentas de luta, como movimento de luta em defesa dos povos indígenas contra a pandemia.

O pensamento coletivo mantém viva a cultura, a filosofia e os saberes destes povos. Neste viés, é possível vencer o desafio da colonialidade e do pensar. Se o céu cair, cairemos nós também, mas Krenak (2019) lembra que há o lugar do sonho onde se projetam paraquedas. Que caiamos leve sem causar muito impacto, que pisemos leve tal como borboleta. E que os maiores (im)pactos sejam os da escuta, os dos sonhos e os da vida.

REFERÊNCIAS

BOECHAT, W. F. *et al. Pesquisa e epistemologia na perspectiva alquímico – simbólica. In:* Anais do XXIV Congresso Nacional da AJB – Fronteiras, 2017: Departamento de Epistemologia da Associação Junguiana do Brasil, 2017.

BOECHAT, Walter Fonseca. *Complexo cultural e brasilidade*. In: Humbertho Oliveira. (Org.). Desvelando a alma brasileira. 1ed. Petrópolis: Vozes, 2018, v. 1, p. 68-87.

FERREIRA, Moisés Carlos. *El botón de nácar e a repressão na América Latina*. DOC On-line, n. 22, setembro de 2017, pp. 295-307.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

KUSCH, Rodolfo. *Obras completas - tomo II***.** 1. ed., v. 2 - Rosário: Fundación A. Ross, 2007a.

KUSCH, Rodolfo. *Obras completas - tomo III***.** 1. ed., v. 3- Rosário: Fundación A. Ross, 2007b.

MENEZES, A. L. T.; MORETTI, C. Z. *Aprendendo com os guaranis: geocultura através do ensino, pesquisa, extensão na universidade comunitária*. Revista Sinergias - Diálogos educativos para a transformação social. janeiro 2018, n.º 6.

OLIVEIRA, V.; SILVA, M. Em defesa da leveza, do sensível e da sensibilidade na pesquisa em educação *in:* FEITOSA, D.; DORNELES, M.; BERGAMASCHI, M. *O sensível e a sensibilidade na pesquisa em educação*. Bahia: Editora UFRB, 2016.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (org). *Epistemologias do sul.* São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul***.** 1.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SOUZA, Fátima. R. S. *A lei n. 11.645/2008 e a experiência formativa de professores na escola - imagens alquímicas da história e da cultura indígena para unus mundus***.** (Tese – Programa de Pós-Graduação em Educação); Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Santa Cruz do Sul, 2019.

TAVARES, Manuel. *A filosofia andina*: uma interpelação ao pensamento ocidental. Colonialismo, colonialidade e descolonização para uma interdiversidade de saberes (J. Estermann). São Paulo: *EccoS – Rev. Cient.*, n. 32, p. 197-252, set./dez. 2013.

VERONELLI, Gabriela. *Sobre la colonialidad del linguaje.* Bogotá – Colombia: Universitas humanística nº.81. Enero/junio de 2016 p. 33-58. ISSN 0120-4807.

SOBRE AUTORES/AS

Adriana Colling é professora no Instituto Estadual de Educação Indígena Ângelo Manhká Miguel, doutoranda em Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestra em Educação pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e licenciada em Geografia pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí). Integrante do grupo de pesquisa PEABIRU: Educação Ameríndia e Interculturalidade/CNPq-UFRGS.

Adriana Rosa Marques é professora na rede pública estadual do RS, - Escola Indígena Mbya Guarani Nhamandu Nhemopu'ã. Mestra em Educação em Ciências pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), licenciada em Pedagogia pela ULBRA, com especialização em Terapia Comunitária pela Universidade Federal do Ceará (UFC). É integrante do grupo de pesquisa PEABIRU: Educação Ameríndia e Interculturalidade/ CNPq-UFRGS.

Andaraí Ramos Cavalcante é Graduada em Serviço Social (1981), licenciada em História (1999), Mestre (2013) e Doutora(2019) em Políticas Sociais e Cidadania pela Universidade Católica do Salvador. Professora da Rede Estadual de Ensino – Secretaria de Educação do Estado da Bahia. Analista Técnico - Assistente Social da Fundação Cultural do Estado da Bahia. Participante do Grupo de Pesquisa Antropologia, Fronteira e Cidadania UCSAL/CNPq.

Berenice Schelbauer do Prado é Técnica em Assuntos Educacionais na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Doutoranda em Educação na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Mestra em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina, Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná. Membro do Grupo de Pesquisa GEPDiC (Educação, Diversidade e Cidadania). Bolsista CAPES-PROEX.

Carine Josiéle Wendland é Mestranda em Educação no PPGEdu UNISC, Bolsista CAPES-PROSUC, na linha Aprendizagem, Tecnologias e Linguagem na Educação. Artista Visual (UNIASSELVI) e licenciada em Pedagogia (UNISC). Grupos de Pesquisa: Peabiru: Educação ameríndia e interculturalidade (UFRGS/UNISC - CNPq) e Estudos Poéticos: Educação e Linguagem: infância do pensamento e dimensão poética da linguagem.

Cléia Costa dos Santos é Advogada, Procuradora do Estado da Bahia, aposentada. Mestra em Políticas Sociais e Cidadania pela UCSal. Membro do Instituto de Advogados da Bahia e Coordenadora do Núcleo de Relações Étnico-Racial.

Francisca Verônica Cavalcante é Doutora em Ciências Sociais com ênfase em Antropologia (PUC/SP), Professora associada III do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Piauí (UFPI); Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da mesma Universidade, com estudos em temáticas sobre: Gênero e Geração; Conservação e Proteção Ambiental e Arqueologia da Paisagem e Paleoambiente. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Transdisciplinar sobre Corpo, Saúde e Emoções - CORPOSTRANS e Membro/Pesquisadora do Núcleo de Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes e Jovens (NUPEC). Atualmente é integrante da equipe de pesquisadores da Pesquisa Trajetórias/Práticas Juvenis em Tempos de Pandemia da Covid-19.

Gilmar Bittencourt da Silva é Defensor Público do Estado da Bahia. Doutor e Mestre em Políticas Sociais e Cidadania pela UCSal. Membro da Comissão de Assuntos Internacionais da ANADEP. Membro do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico.

Ingrid Oyarzábal Schmitz é Professora de História e Historiadora (PUCRS), Pedagoga (UFRGS), e, atualmente, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e bolsista CAPES.

Isael da Silva Pinheiro é indígena/Guarani, doutorando em Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e licenciado em Geografia pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Integrante do grupo de pesquisa PEABIRU: Educação Ameríndia e Interculturalidade/CNPq-UFRGS.

Márcia Esteves de Calazans Psicóloga**.** Professora na Prefeitura Municipal de Porto Alegre. É Pósdoutora pelo Programa de Pós-graduação em Educação, junto ao grupo PEABIRU: Educação Ameríndia e Interculturalidade, UFRGS. (2019-2021). E, também, Pós-doutora pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia INCT/CNPq: Violência, Democracia e Segurança Cidadã ,USP (2011). Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2009). Mestre em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2003). Graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1990). Sua trajetória de trabalho se concentra em sistemas de proteção as infâncias e juventudes, gerações, gênero, relações étnico-raciais, políticas de educação, gestão de projetos de impacto social, monitoramento e avaliação de políticas e programas sociais . Membro da Associação Brasileira de Psicologia Social - ABRAPSO; Associação Brasileira de Saúde Mental - ABRASME, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED); Associação Brasileira de Sociologia -SBS e da Latin American Studies Association - LASA. Integrante do Grupo de Trabalho Violencias, políticas de seguridad y resistencias no Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO). Membro docente do CLACSO para Diploma Superior en Seguridad, Violencia y Democracia, onde leciona a classe "La violencia y el racismo en Brasil" . É pesquisadora no Núcleo de Estudos sobre Educação e Direitos Humanos, UCSAL/CNPq. Pesquisadora no GP África-Brasil: Produção de Conhecimento, Sociedade Civil, Desenvolvimento e Cidadania Global, UNILAB/CNPq. E, Pesquisadora no Centro de Investigación en Gubernamentalidad y Estado da Universidad Nacional de Rosário/AR. Integrante da Comissão Cientifica da II e III Conferência Euroamericana para o Desenvolvimento dos Direitos Humanos (2020 e 2021), Coimbra/PT, para os objetivos do milênio.

Márcia Luísa Tomazzoni é professora da rede pública estadual do Rio Grande do Sul, mestra em Educação e licenciada em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Integrante do grupo de pesquisa PEABIRU: Educação Ameríndia e Interculturalidade/CNPq-UFRGS.

Maria Aparecida Bergamaschi é professora na Faculdade de Educação e no Programa de Pós-Graduação em Educação da Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), integrante da coordenação da Ação Saberes Indígenas na Escola - Núcleo UFRGS e líder do grupo de pesquisa PEABIRU: Educação Ameríndia e Interculturalidade/CNPq-UFRGS.

Marina Araujo Vargas é estudante de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e possui graduação em Administração Pública e Social pela mesma Universidade. Participa da equipe executora da Ação Saberes Indígenas na Escola - Núcleo UFRGS.

Michele Neves Meneses é Educadora Popular em Saúde, Enfermeira sanitarista, trabalhadora do SUS, Doutoranda em Enfermagem na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Mestra em Ensino na Saúde (UFRGS). Membra do grupo de estudos em Promoção da Saúde (GEPS - UFRGS) e da Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular em Saúde (ANEPS).

Miriam Abramovay é Doutora em Ciências da Educação pela Universidade Lyon 2, Coordenadora da área de Juventude, Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO-Brasil). Tem várias publicações na área de violência nas escolas, juventude e violência. Co-coordenadora da Pesquisa Trajetórias/Práticas Juvenis em Tempos de Pandemia da Covid-19 e coordenadora do curso Aperfeiçoamento em Juventudes e Educação - Flacso, OEI, UNESCO. Tem experiência na área de Ciências Sociais, com ênfase em Sociologia, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero, educação, violências nas escolas, violência e juventude, juventude e políticas públicas, gangues e segregação social.

Roberta Madeira de Melo é licenciada em História (2017) e Mestra em Educação (2019) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutoranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Integrante do grupo de pesquisa Estudos em Memória, Museus e Patrimônio (UFRGS).

Ursula Zulita Rivera é Doctora en Ciencia Política (UNAM). Desde 2004 es profesora-investigadora de tiempo completo de la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales México. Sus temas de investigación y publicaciones son la violencia en las escuelas, la participación social en la educación, el derecho a la educación y la educación para la vida democrática aunado a otros tópicos referentes a las políticas educativas, el desarrollo y la inclusión social. Tiene nivel 1 en el Sistema Nacional de Investigadores (CONACYT). Es responsable de la Pesquisa Trajetórias/Práticas Juvenis em Tempos de Pandemia da Covid-19 no México.

Woie Kriri Sobrinho Patté é professor do povo Xokleng, Terra Indígena Ibirama laklãnõ, SC. Graduado na Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, ênfase em gestão ambiental, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), cacique na Retomada do Território Ancestral Xokleng em São Francisco de Paula, RS, mestrando em Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de produção e pesquisa científica/acadêmica das ciências humanas, distribuída exclusivamente sob acesso aberto, com parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil e exterior, assim como monografias, dissertações, teses, tal como coletâneas de grupos de pesquisa e anais de eventos.

Conheça nosso catálogo e siga as nossas páginas nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.

www.editorafi.org
contato@editorafi.org